



cescontexto

Bibliotecas públicas, políticas culturais
e leitura pública

Organização

Paula Sequeiros

Nuno Medeiros

Nº 23

Dezembro, 2018



Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto

Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação: Ana Raquel Matos

ISSN 2182-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2018.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

「Bibliotecas Públicas, políticas culturais e leitura pública」

6 e 7 de setembro de 2018

Casa dos Bicos, Fundação José Saramago (Lisboa)



José Martín Ramírez © Unsplash

Inscrições abertas em
ces.uc.pt/eventos/bibliotecas-publicas

apresentadoras/es 20 julho a 28 julho 2018
participantes 30 julho a 17 agosto 2018



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Centre for Social Studies
University of Coimbra

CES | Alta
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra
Portugal
T +351 239 855 570

CES | Sofia
Colégio da Graça
Rua da Sofia, 136-138
3000-389 Coimbra
Portugal
T +351 239 853 649

CES | Lisboa
Picoas Plaza
Rua Viriato, 13 Lj 117/118
1050-227 Lisboa
Portugal
T +351 216 012 848

ces.uc.pt



Co-financiada:



Fotografia de José Martín Ramírez C, Unsplash.

Agradecimentos

A Conferência Internacional *Bibliotecas Públicas, Políticas Culturais e Leitura Pública*, organizada pelo CES, Universidade de Coimbra (UC), ocorreu em Lisboa, de 6 a 7 de setembro de 2018, na Casa dos Bicos, Fundação José Saramago. A realização contou com o apoio de:



Índice

<i>Paula Sequeiros e Nuno Medeiros</i>	
Que faremos com estas bibliotecas?	6
<i>Rui Matoso</i>	
O contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural.....	11
<i>Margarita Pérez Pulido e Maurizio Vivarelli</i>	
La identidad de la biblioteca pública y el campo de la biblioteconomía social.....	35
<i>Maria Manuel Alves Rijo</i>	
Como envolver a comunidade com a Biblioteca através da arte?	47
<i>Débora Dias</i>	
Do privado ao público: a biblioteca pessoal e suas metamorfoses	57
<i>Carla Silva</i>	
A Biblioteca do Liceu Alexandre Herculano no Porto: entre políticas estigmatizantes e uma estratégia de mobilização social.....	72
<i>Paula Sequeiros</i>	
Na biblioteca pública, ler por prazer: uma mirada feminista	82

Que faremos com estas bibliotecas?

Paula Sequeiros,¹ Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
psequeiros@ces.uc.pt

Nuno Medeiros,² Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa e Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa
nuno.medeiros@fcsh.unl.pt

As políticas culturais têm marcado de modo diverso as realidades nacionais e locais das bibliotecas públicas e da leitura pública. Materializando e multiplicando exemplos concretos – desde instituições centenárias na Europa e no mundo ocidental até projetos recentes espalhados por países, regiões e contextos socioculturais –, as bibliotecas têm exercido um papel relevante nos serviços públicos às populações, como lugares de cultura, lazer, aprendizagem, informação, formação e sociabilidade.

Como nenhuma outra, se excetuarmos a função de repositório, a leitura aparece indissociavelmente ligada à finalidade das bibliotecas, assimilando-se a um tropo funcional da sua própria definição. A representação imagética da leitura tem-se mantido ocupada pelo livro (objeto e símbolo), expressão máxima da leitura como competência cognitiva e interpretativa e como elemento vetusto e conferente de estatuto. A relação da leitura com estes aspetos de organização social e de acesso a bens culturais, sua apropriação e circulação, bem como a sua imbricação na realidade histórica das bibliotecas constitui desde cedo um tópico do exercício do poder, particularmente visível no contexto da modernidade. O advento da leitura pública como desígnio de projetos nacionais, alicerçados pela qualificação da população e apontados à sua elevação cultural e intelectual, sedimenta a ideia de que cabe aos poderes públicos organizar a relação com o objeto leitural capaz de induzir a transformação humana. No quadro destas reconfigurações insere-se a biblioteca.

Convém algum esclarecimento terminológico, ainda que sucinto. Por leitura pública entendemos a diversidade de práticas e modos de ler em qualquer meio físico ou digital, no âmbito de bibliotecas, de instituições públicas ou de entidades coletivas com fins de uso público, ainda que de foro diverso, como o privado ou o cooperativo. O âmbito aqui consignado à leitura pública liga-a a um quadro institucional heterogéneo: na sua promoção, nos espaços que a acolhem ou suscitam, nos saberes e competências mobilizados (especializados ou não). Nesta tipologia ampla compreende-se uma biblioteca municipal, ou um polo, uma associação recreativa e cultural, uma biblioteca especializada e privada de um instituto, organização profissional ou fundação, com o acesso ao público como traço comum.

¹ Investigadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Pesquisa na área das bibliotecas públicas e novas tecnologias, bibliotecas públicas e leitura. Pós-doutoranda no CES com projeto "A biblioteca no tempo: bibliotecas dos paradigmas do impresso, do oral e do digital", 2017. Licenciada em História, Universidade do Porto; Mestrado Sociedad de la Información y del Conocimiento, UOC; Doutoramento em Sociologia, Universidade do Porto. Foi documentalista em empresas e bibliotecária em instituições do ensino superior. Trabalhos depositados em <http://eprints.rclis.org/>.

² Docente na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa. Investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Colabora ainda com o H&TRC – Centro de Investigação em Saúde e Tecnologia do Instituto Politécnico de Lisboa. Doutorado em Sociologia. Tem-se especializado na sociologia e história da cultura, do livro, da edição e da cultura e comunicação impressas, na sociologia e história da alimentação e na sociologia da saúde e das profissões.

Por outro lado, a leitura pública existe enquanto elemento estruturador de práticas de agentes variados, personagens que vão da animação de leitura às profissionais de biblioteca, da administração à chefia de serviços, da legislação à vereação da cultura, da casa editora à livraria, da investigação ao leitor e à leitora e ainda à docência.

Não pretendendo fazer uma genealogia da biblioteca pública e das políticas públicas de leitura, pretendemos sim indagar a biblioteca como espaço e como ideia materializados e representados de modo plural. Como observar e analisar as alterações das finalidades e as respostas institucionais? Como imagina a biblioteca a realidade envolvente? E aspirará à diversidade, à transformação? Estas foram perguntas centrais que endereçámos aos participantes da conferência internacional *Bibliotecas Públicas, Políticas Culturais e Leitura Pública*, organizada pelo Centro de Estudos Sociais e decorrida em 6 e 7 de Setembro de 2018 na Fundação José Saramago, em Lisboa.

Nas décadas mais recentes, a conjugação de fenómenos como crises económicas e financeiras, a inflexão nas políticas culturais e da prestação dos serviços públicos, ou ainda a difusão da leitura digital, entre outros, alterou de modo complexo e ainda não inteiramente conhecido os cenários, os modos e a oferta dos e nos espaços de leitura pública. Essas mudanças produziram-se de modos diversos e até contraditórios nos espaços de leitura locais, nacionais, além-fronteiras, com diferente visibilidade e repercussão pública: desde o encerramento de bibliotecas até uma expansão continuada das redes de leitura, desde cortes drásticos no financiamento até uma profusão de discursos institucionais sobre casos de sucesso, desde debates sobre – e denúncias de – censura e vigilância “suaves” até a um recrudescimento de práticas de controlo da leitura, das aquisições e do acesso a meios digitais.

A biblioteca, no entanto, não se constitui historicamente apenas como lugar de acesso à informação para fins variados, com particular incidência numa plasticidade recente. Os espaços de biblioteca têm conhecido alterações de uso e de conceção que as transformam em espaços multiformes e sincréticos, onde se encontram representações e práticas de utilização para lá das tradicionalmente associadas à leitura e ao acesso a bens intelectuais enquanto cultura para elites. Entender a biblioteca com serviço de leitura pública é, desde algumas décadas, procurar conhecer uma crescente diversificação de sentidos, morfologias e usos, fazendo com que o espaço e o lugar social e cultural das bibliotecas sejam atualmente pautados pela heterogeneidade.

Por outro lado, a dinâmica reconfiguradora ocorre igualmente numa outra dimensão, a da leitura pública como esfera de ação e luta social e política, incorporando conflitos, gerando tensões e discussões próprias, mas também dinâmicas e cenários concretos nos quais se fomenta a normatização, a inclusão, mas também a exclusão, a contracultura ou a resistência. As bibliotecas públicas são hoje objeto de debate, mas também de experiência. Nelas e a partir delas são desenvolvidos processos suscetíveis de reenquadrar, modificar e ampliar finalidades institucionais, surgindo como campo de teste de políticas públicas e de visões sociais de efeitos, uma vez mais, recompositores do que podem e devem ser as bibliotecas. Qual o seu lugar nas cidades, nos espaços rurais? Quem oferece leitura e como se oferece? Como as bibliotecas acolhem a diversidade (raças e etnias, nacionalidades, identidades de género, religiosas)? Como encaram as desigualdades? A biblioteca pode ser um espaço contracultural? Que ligações com as comunidades, contexto para a ação das bibliotecas? Que eixos se desejam ou esperam para a programação e gestão dos espaços? Como pensá-los arquiteturalmente? Parafraseando o título de José Saramago, lançámos a pergunta: *Que faremos com estas bibliotecas?*

É a leitura de alguns desses processos e projetos que aqui propomos, elaborada com base em algumas das participações na conferência *Bibliotecas Públicas, Políticas Culturais e Leitura Pública*. Emergem, à cabeça, as questões ligadas à própria definição – ou redefinição

– da biblioteca pública naquilo que ela é e pode ser, face não só às mudanças das últimas décadas, mas também face aos modelos decorrentes dessas mudanças. No texto *La identidad de la biblioteca pública y el campo de la biblioteconomía social*, Margarita Pérez Pulido e Maurizio Vivarelli tecem uma panorâmica desta mutação e dos modelos que ela foi gerando, explorando as novas linhas de complexificação da cultura biblioteconómica, as encruzilhadas com que se depara, as tensões que suscita, mas também nas possibilidades que abre, especialmente no decurso da afirmação de modelos de cunho participativo. Como consequência, a autora e o autor teorizam um perfil de biblioteconomia social nas suas declinações metodológicas, práticas, gestionárias, éticas e deontológicas.

A discussão em torno das conceções materiais e dos modelos culturais de intervenção nas bibliotecas de leitura pública, constituem, então, uma parte da problematização do tema. Um outro eixo é o das políticas públicas enquanto instrumentos de democracia e emancipação cultural, o que entronca nas dimensões estratégicas da biblioteca na sua intersecção com a oferta de leitura. O que entronca ainda com uma via na relação interventiva com utentes e população, em geral, servida ou potencialmente servida pelas bibliotecas. É deste universo de convergência que trata o texto *O contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural*, de Rui Matoso. Tomando como objeto de análise as bibliotecas públicas e as dinâmicas culturais locais, o autor explora as relações entre os pressupostos políticos discerníveis, possíveis ou desejáveis e os modos variados como se estes se articulam com a vida cultural das cidades. Nesse sentido, o texto de Rui Matoso divide-se em duas fases. Na primeira, promove uma análise do papel desempenhado pelas bibliotecas nos processos de descentralização e municipalização da política cultural. Numa segunda fase, propõe vias políticas de estratégia e de atuação para uma mudança social e urbana dirigida à participação criativa e cidadã.

A exploração de casos concretos de envolvimento com as comunidades específicas servidas por uma biblioteca corresponde, pois, a outra das componentes imprescindíveis a esse esforço de indagação das bibliotecas enquanto entidades multiformes, dotadas de particularidades e de uma história. A biblioteca pode ser tomada como elemento agregador das populações em que se insere e que procura servir, materializando a ideia de que a intervenção gizada pelos atores políticos incumbidos de gerir a oferta cultural e bibliotecária pública pode firmar laços com a comunidade envolvente e com grupos no seio desta. É o caso de *Como envolver a comunidade com as bibliotecas através da arte?*, de Maria Manuel Rijo. A Biblioteca Municipal Ary dos Santos, situada no concelho de Loures, tem-se consumado como ilustração da intervenção pública na cultura local com sede numa biblioteca municipal com atividade recentemente iniciada, que proporciona serviços que ultrapassam os limites de uma oferta reduzida culturalmente à leitura, integrando-se num diálogo que, longe de se restringir a um papel passivo, demanda a interpelação da heterogénea comunidade envolvente, privilegiando o caso descrito a dimensão artística. Num registo narrativo de carácter testemunhal, a autora não esconde um tom implicado, articulando uma apresentação dos pressupostos estratégicos em que se funda a política definida para balizar politicamente a atuação da Biblioteca Municipal Ary dos Santos com a descrição das medidas que procuraram dar corpo a essa estratégia.

A vaga reconfiguradora não traz somente influxos positivos. As bibliotecas públicas sempre parecem ter funcionado como metáfora das contradições verificadas nas opções políticas, campo de interesses flutuantes que olha para a leitura e a salvaguarda e conhecimento de património de modo errático. Não raro, o que sucede é o abandono e o desinvestimento de longo prazo nos espaços e espólios de biblioteca, muitas vezes de valor simbólico, patrimonial e educativo. Se esta realidade afeta, com graus de impacto diverso, as bibliotecas públicas municipais ou especializadas (incluindo as universitárias organizadas em

torno de institutos e centros de pesquisa), ela far-se-á sentir com agudeza nas bibliotecas escolares.

Parece ser o caso do acervo depositado na biblioteca de uma escola secundária histórica no Porto. No texto *A Biblioteca do Liceu Alexandre Herculano no Porto: entre políticas estigmatizantes e uma estratégia de mobilização social*, Carla Silva parte deste caso para uma análise de escopo ambicioso. Aí articula o resultado de escolhas e medidas restritivas de cariz neoliberal, nacional e local, com o depauperamento dos serviços tanto de promoção da leitura como de manutenção e estudo patrimonial que a biblioteca escolar pode oferecer. O seu argumento é especialmente incisivo por este caso contemplar um espólio de elevado valor bibliográfico, tanto nos espécimes possuídos quanto na lógica das coleções e todo o seu conjunto. Os constrangimentos observados aprofundam as assimetrias entre instituições, na medida em que ampliam as clivagens entre territórios e grupos sociais que os habitam e que são servidos pelas diversas escolas. Introduzindo, portanto, a problemática das desigualdades sociais, a autora dá a conhecer as ações de mobilização social, esteadas na participação cívica e no compromisso coletivo, promovidas pela própria biblioteca. Propulsionadas pela mitigação das limitações e pela ultrapassagem de obstáculos, essas ações dialogam com a comunidade e aspiram a uma equidade no acesso ao espólio histórico e cultural e aos bens e serviços de leitura e educação.

A preservação, organização e disponibilização pública de espólios documentais e bibliográficos, face ao perene risco de esquecimento, fragmentação e mesmo destruição, são o mote de Débora Dias no seu texto *Do privado ao público: a biblioteca pessoal e suas metamorfoses*. Sustentada num estudo de caso da biblioteca pessoal de Joaquim de Carvalho, intelectual figueirense, constituída ao longo da primeira metade do século XX, a narrativa de Débora Dias discute o trajeto de uma biblioteca privada no processo relação com o espaço público. A autora assemelha metaforicamente a constituição de uma biblioteca privada a uma obra, procurando interpretar esse trajeto de construção em dois tempos. Em primeiro lugar, o tempo de vida de Joaquim de Carvalho, confundindo-se a biblioteca com a preenchida biografia do patrono, professor, filósofo, historiador, diretor tanto da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra quanto da Imprensa da Universidade de Coimbra, animador de publicações em torno da filosofia, entre outros cargos de relevo na Universidade de Coimbra. Essa obra pode ser entendida a partir das lógicas que presidiam à circulação de livros e periódicos no contexto do final da Primeira República e do Estado Novo, até ao final dos anos 1950. Em segundo lugar, o tempo transcorrido a partir da aquisição do espólio pelo Estado e da incorporação no fundo da Universidade de Coimbra, tempo esse que desenha um percurso contraditório a partir do qual se podem pensar as políticas públicas de proteção e valorização do património bibliográfico.

Nas coleções, nos espaços e nas dinâmicas de intervenção cultural, pressente-se um tema que, embora sempre presente neste horizonte de questionamento, se mantém usualmente em silêncio nas políticas e práticas de leitura e mesmo nas finalidades da leitura pública. Qual o lugar para a leitura (simplesmente) por prazer nos espaços das bibliotecas públicas? No texto *Na biblioteca pública, ler por prazer: uma mirada feminista*, Paula Sequeiros interroga as possibilidades de concretização de um lugar para a leitura por prazer no espaço da biblioteca pública. Elencando os estigmas permanentes da leitura – perigo social, imoralidade, inutilidade –, tanto em privado como no âmbito de serviços públicos de leitura, a autora associa-os ao moralismo conservador, patriarcal e ao imperativo produtivista, propondo uma superação deste quadro através de um olhar e de um quadro teórico feminista. A autora argumenta esta mudança de perspetiva crítica e enfoca uma abordagem à leitura como trabalho de cuidado de si, em que a pessoa leitora se articula com o social, num trabalho de reprodução dirigido à imaginação, à reparação corporal, e à busca de alegria e contentamento.

O conjunto de textos aqui reunido pretende funcionar como um feixe de aproximações que capture criticamente e descreva casos específicos ou lógicas transversais de mudança e reconfiguração. Pretende ainda despertar estudos de caso e abordagens parcelares que contribuam para uma agregação analítica e reflexiva de algumas destas dinâmicas, de modo a responder, ou melhor, a ajudar a responder à pergunta seminal (mas também final) que nos mobilizou: que faremos com estas bibliotecas?

O contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural

Rui Matoso,¹ Escola Superior de Teatro e Cinema e Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
rui.matoso@gmail.com

Resumo: A importância das bibliotecas para as comunidades locais é amplamente reconhecida na sociedade, designadamente porque cumprem os pressupostos de um serviço público de cultura, e porque de facto estes equipamentos contribuem para que exista ainda alguma vitalidade cultural no quotidiano das cidades. Neste trabalho pretende-se analisar o contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural nos municípios portugueses, num contexto de descentralização e municipalização da cultura, bem como propor estratégias e práticas culturais transformadoras que visem a vitalidade cultural urbana. Defende-se igualmente que o papel das bibliotecas públicas na emancipação da sociedade civil só pode ser o de favorecer a expansão da criação cultural autónoma, crítica e plural dos cidadãos e das cidadãs.

Palavras-chave: Democracia cultural, participação ativa, políticas culturais, vitalidade cultural, governação municipal.

Introdução: bibliotecas municipais, cidades e políticas culturais

Aquilo que a poesia cumpre em relação ao poder de dizer e a arte em relação aos sentidos, a política e a filosofia têm de cumprir em relação ao poder de agir (Agamben, 2007: 49).

Numa época em que assistimos à emergência global de “neofascismos” a par das forças de radicalização do neoliberalismo, do capitalismo de catástrofe e da aplicação da “doutrina do choque” (Klein, 2007), se a sociedade politicamente organizada não acionar processos de redemocratização da esfera pública e das instituições, pode estar em causa, como avisa Boaventura de Sousa Santos (2016), a própria sobrevivência da democracia, pois as novas ditaduras do século XXI “vão surgir sob a forma de democracias de baixíssima intensidade. Serão ditaduras que se apresentam como ditamoles ou democraduras”.

No que concerne à mudança de padrão do próprio capitalismo na sua mais recente mutação, designado aqui como Capitalismo Cognitivo (Boutang, 2011), observa-se que este novo paradigma promove, paradoxal e irracionalmente, cortes orçamentais violentos nas

¹ Investigador e doutorando em Ciências da Comunicação e da Cultura, no laboratório CICANT da Universidade Lusófona (ULHT, Lisboa). Membro da European Communication Research and Education Association. Docente em regime precário na Escola Superior de Teatro e Cinema e na Universidade Lusófona. É Mestre em Práticas Culturais para Municípios – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (2008), tendo anteriormente realizado uma Pós-Graduação em Gestão Cultural na ULHT (2006).

formas de produção cultural em que baseou o seu próprio desenvolvimento histórico, i.e., nos modelos de produção das artes, nas ciências e na educação.

No campo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o desenvolvimento de uma cibernética de vigilância, associada às máquinas ideológicas de propaganda, ao controle e à manipulação das consciências, é um dos sinais mais preocupantes no que concerne à resiliência das comunidades locais, designadamente, de resistência à dominação simbólica. Nestas circunstâncias-limite urge reinstaurar o poder da sociedade civil e das instituições públicas na reformulação de uma democracia de alta intensidade.

A construção de um projeto de desenvolvimento humano para a liberdade carece de uma valorização da cultura popular, assim como do incentivo à criatividade e à participação ativa da população. As políticas culturais aparecem, portanto, como importante meio para fomentar tal envolvimento da sociedade com o desenvolvimento e a transformação, através de processos de elaboração, deliberação e realização plural de projetos. Consequentemente, os governos locais, devem reconhecer que os direitos culturais são parte indissociável dos direitos humanos, assumindo que a liberdade cultural dos indivíduos e das comunidades é condição essencial da democracia.

Isto pressupõe assumir claramente que “o desenvolvimento” não é um estado definitivo ou uma teleologia, nem se limita apenas a satisfazer necessidades básicas das comunidades. Não podendo por isso confundir-se meramente com a ideologia do crescimento económico, a qual representa hoje a evidência de uma propaganda criminosa que ao longo das últimas décadas, em vez de desenvolvimento, nos vendeu a destruição massiva de ecossistemas e de comunidades.

A perspetiva cultural do desenvolvimento implica portanto uma noção de desenvolvimento endógeno, para que os atores sociais possam mudar-se a si próprios através da criatividade social, em vez de continuarem presos a imposições externas, reclamando o entendimento de que a cultura é constitutiva da sociedade, ou seja, que não há sociedade sem cultura. Mas exige ainda:

1. Uma política cultural do desenvolvimento, i.e., a cultura como “consciência” do desenvolvimento;
2. Uma política de desenvolvimento da cultura: reforço da democracia e diversidade cultural, participação culturalmente orientada (identidades abertas e plurais);
3. Concebê-la como criação coletiva, de grupos, de sociedades, e como processo global em que se empenham os agentes sociais enquanto protagonistas, sujeitos e não apenas objetos das dinâmicas sociais, através da participação;
4. De forma a assegurar a cada um a possibilidade de contribuir para a formação de ideias e participar na definição das opções que determinam o futuro (*Declaração Europeia sobre os objetivos Culturais*, 1984).

O desígnio da democracia cultural vem sendo protelado há décadas em Portugal, com maior evidência e constrangimentos à escala da governação municipal, onde a sua concretização seria mais óbvia. É no âmbito de uma certa urgência centrada na reflexão acerca das estratégias, das políticas e de práticas culturais transformadoras, catalisadoras da vitalidade cultural dos territórios, que pretendemos analisar o contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural nos municípios portugueses, num contexto político marcado por uma renovada vontade descentralizadora.²

O ano de 1986 marca o início da intervenção do Estado na conceção de uma Rede de Bibliotecas Municipais, tendo como pressuposto a definição de uma política nacional de Leitura Pública. Foi para o efeito um grupo de trabalho pluridisciplinar diretamente

² Publicada a 16 de agosto de 2018, a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018), vem definir o quadro jurídico da descentralização.

dependente da Secretária de Estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia, designado para planificar a intervenção do Estado neste setor.

As conclusões do estudo foram plasmadas no relatório *Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais* (Moura, 1986), documento onde se apresentava a proposta para a criação de uma Rede Nacional de Leitura Pública, tendo como unidade básica o concelho. A proposta passou a constituir a base do *Programa Rede Nacional de Bibliotecas Municipais*, mais tarde designado Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.³ O modelo de implementação do referido Programa sustenta-se no conceito de biblioteca pública definido pelo *Manifesto da UNESCO* (1994), documento universal orientador daquilo que se entende como sendo um serviço público de bibliotecas municipais, bem como da política que deve presidir à sua criação e desenvolvimento.

Atualmente existem em Portugal cerca de 303 bibliotecas municipais, com valências gratuitas para os utilizadores, como, entre outros, acesso à Internet, requisição de livros e suportes audiovisuais. A importância das bibliotecas para as comunidades locais é amplamente reconhecida na sociedade, designadamente porque cumprem os pressupostos de um serviço público de cultura, e porque de facto estes equipamentos contribuem para que exista ainda alguma vitalidade cultural no quotidiano das cidades. Além disso, assumem um papel relevante no combate às desigualdades e à exclusão social – são um serviço gratuito e universal - e, por isso, adquirem também o estatuto de bem comum cultural ao dispor de todos e de todas.

Referindo-se ao contexto cibernético proporcionado pelas TIC, mas também ao paradigma das redes e aos desafios da Sociedade da Informação e de Conhecimento, em que as bibliotecas estão inseridas há já algum tempo, Fernanda Figueiredo considera que

tendo em conta estas responsabilidades e a realidade atual das bibliotecas da rede verificamos que não atingimos ainda um nível satisfatório de desenvolvimento no que respeita à utilização das TIC nas bibliotecas, principalmente na vertente de criação e disponibilização de serviços e conteúdos ao público, assim como na utilização das potencialidades da tecnologia para atualizar o conceito de rede (2004: 69-70).

Passados 15 anos da publicação deste texto no Caderno BAD nº1, podemos-nos interrogar novamente sobre o estado da arte da literacia tecnológica promovidas pelas bibliotecas municipais, quando sabemos que vivemos hoje imersos em ambientes digitais, como peixes num aquário de águas simbólicas, altamente condicionados por gigantescos poderes multinacionais que influenciam o acesso aos conteúdos difundidos.

Portanto, mais do que o simples acesso passivo à informação como ato de receção, é a produção de conhecimentos críticos que nos deve inquietar e mobilizar, o conhecimento como atividade, como acréscimo e construção de si e do mundo. Pois, também sabemos que os media, da televisão à Internet, têm sido implacáveis na produção de subjetividades dóceis.⁴ Num mundo sujeito ao excesso de informação, o desempenho das bibliotecas municipais no agenciamento de subjetividades emancipadas não pode ser subestimado. Antes pelo contrário, deverá ter o protagonismo necessário e suficiente para provocar, na sociedade civil, *habitus* ancorados na produção e na difusão de mundividências alternativas ao *status quo*.

É também por isso que não nos deve satisfazer a retórica neoliberal no entendimento da dimensão cultural urbana como mero dispositivo funcional e eficaz na produção de bens e serviços aptos a circular nos mercados livres mundiais. A dimensão cultural é acima de tudo um fenómeno coletivo e intersubjetivo resultante da inscrição, da perceção e do conhecimento produzidos através do contacto com os objetos culturais.

³ <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/>.

⁴ «É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado» (Foucault, 1987: 118).

Para que se cumpra, e se atualize, o potencial de intervenção das instituições públicas de cultura, neste caso das bibliotecas municipais, há necessidade e urgência de se reequacionar o substrato político em que estão enraizadas. O que equivale a transformar o paradigma de políticas culturais, em sentido amplo e sectorial, no rumo da revitalização cultural das nossas cidades.

Capitalismo cultural e cognitivo – revolução eletrónica

Dinheiro e linguagem têm algo em comum: eles não são nada e mesmo assim movem tudo (Berardi, 2012: 1).

O que capitaliza o capital é o poder semiótico (Guattari, 1981: 191).

Fazendo uso da reconhecida fórmula das três fases do capitalismo⁵ de Ernest Mandel, Fredric Jameson em, *Culture and Finance Capital* (1997), descreve o capitalismo tardio como estágio especulativo da expansão financeira, uma espécie de vírus desenvolvendo-se numa epidemia lançada pela máquina capitalista, ou seja, pela “descodificação generalizada de fluxos, pela desterritorialização massiva e pela conjugação de fluxos desterritorializados (...) refletindo-se na descodificação dos Estados pelo capital financeiro e pelas dívidas públicas” (Deleuze e Guattari, 1983: 232).

A afinidade entre poder e saber, evidenciada por Michel Foucault (2010:30), reclama a nossa atenção para a conexão íntima entre capitalismo e conhecimento. O poder produz saberes, mas também fabrica ignorância. Não havendo relação de poder sem a constituição de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Assim, parece-nos evidente, que as interferências provocadas pelas atuais tecnologias na estrutura da rede neuronal dos nossos cérebros (neuropoder), exigem novas formas de resistência cultural, antagonistas das formas de governamentalidade ancoradas no controle e submissão das subjetividades.

A difusão de uma certa “miséria simbólica” é a característica que Bernard Stiegler usa para descrever a época em que o simbólico é controlado e produzido tendo em vista o condicionamento e a substituição da experiência directa. Nesta situação, avisa Stiegler (2004:13), o abandono do pensamento político pelo mundo das artes e da cultura, resultará numa catástrofe.

Entre os teóricos críticos, existe a convicção de que atualmente o poder dominante é exercido mediante máquinas que organizam diretamente os cérebros e os corpos, com o objetivo de criar um estado de alienação permanente, independente do *mundo da vida*.⁶ As noções de *Capitalismo Semiótico* (Berardi, 2010), de *Império* (Negri e Hardt, 2001) ou de *Sociedade de controle* (Deleuze, 1992), atualizam o conhecimento acerca dos mecanismos de exploração do *Intelecto Geral*, já delineada por Marx no manuscrito *Grundrisse*⁷, para

⁵ Em *Der Spatkapitalismus* (1972), Ernest Mandel apresenta três fases do desenvolvimento capitalista: na 1ª fase, o capitalismo de mercado favorece o crescimento do capital industrial; numa 2ª fase, o capitalismo de monopólios que surge pela década de 1960 é marcado pelo desenvolvimento imperialista dos mercados internacionais e pela exploração das ex-colónias; a 3ª fase é designada como capitalismo tardio, e verifica-se na atualidade pela expansão das multinacionais, pela globalização dos mercados e intensificação dos fluxos internacionais de capital. Esta última fase é considerada mais propriamente como uma crise de reprodução do capital do que por um novo estágio de desenvolvimento, uma vez que o crescimento do consumo e portanto, da produção, tornar-se-iam insustentáveis devido à exploração intensiva de matérias-primas e à destruição da natureza.

⁶ Na conceptualização de Jürgen Habermas, a acção comunicacional, característica do Mundo da Vida (*Lebenswelt*), ficou à mercê da acção estratégica e os sistemas de dominação invadiram o Mundo da Vida, ameaçando-o e colonizando-o através da racionalidade técnico-instrumental.

⁷ «A natureza não constrói máquinas, nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, etc. Estes são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza, ou da participação humana na natureza. Eles são órgãos do cérebro humano, criado pela mão humana; o poder do conhecimento, objetivado. O desenvolvimento do capital fixo indica em que medida o conhecimento social geral se tornou uma força directa de produção, e em que grau, portanto, as condições do próprio processo de vida social estão sob o controle do intelecto geral e foram

constatar o modo como a criação de capital fixo captura e objetiva o conhecimento social, e com isso a vida social em si mesma, e os transforma em força de produção capitalista.

De acordo com a crítica marxista da economia burguesa (Marx, 1977), os instrumentos de produção constituintes da infraestrutura económica da sociedade condicionam as formas de existência e de consciência social. Ou seja, o modo e as relações de produção das condições materiais de vida, condicionam os processos sociais, políticos e intelectuais. Nesse sentido, não é a consciência social que determina as circunstâncias históricas em concreto, mas são as condições da produção (instrumentos e relações) que determinam as possibilidades da consciência.

De entre essas condições, diríamos que, na atualidade, o acesso generalizado aos novos *media*, às redes digitais e aos computadores, é potencialmente gerador de novos meios e relações de produção favoráveis à re-organização e à consciencialização dos movimentos sociais, e por conseguinte, ao incremento da dissensão na esfera pública e no combate tanto à produção operacional do consenso como à inércia societal.

Este breve preâmbulo marxista serve o intuito de convocar a *Revolução Electrónica* (Burroughs, 1994), de modo a posicionarmos-nos na esfera do agonismo cibernético contemporâneo. A revolução eletrónica pode ser analisada sob dois prismas fundamentais: por um lado, no que concerne aos aspetos técnicos da génese e desenvolvimento das tecnologias; e por outro, nos usos das suas possibilidades criativas (e subversivas). Neste caso, consideramos igualmente incorreto, tal como Hans Magnus Enzensberger, conceber as TIC apenas como meios de consumo e mediação de informação, dado que devem ser tidas, principalmente, enquanto meios de produção cultural:

Os gravadores de fita, as câmaras comuns e as câmaras de filmar já são de forma extensiva possuídos por pessoas assalariadas. A pergunta é porque esses meios de produção não aparecem em fábricas, em escolas, nos escritórios da burocracia, em resumo, em todo o lugar onde há conflito social. [...] Só um esforço coletivo, organizado, pode demolir esses muros de papel. "[Imaginam-se] "modelos de comunicações do tipo em rede assentes no princípio da reversibilidade dos circuitos [...] um jornal de massas, escrito e distribuído pelos seus leitores e leitoras, uma rede de vídeo de grupos politicamente ativos (Enzensberger, 1970: 259).

A designação genérica de “novas economias” resulta, enquanto reterritorialização do capital financeiro flutuante do pós-fordismo, em sub-categorias amplamente divulgadas⁸. Em comum, estas economias emergentes apresentam um novo modelo de mercado de trabalho sustentado na premissa da flexibilidade laboral, trabalho *freelance*, hiperflexibilidade contratual e precarização. Se associarmos à precarização do proletariado cognitivo (cognitariado: investigadores, professores, artistas, ...) o diminuto financiamento público às universidades ou à criação artística, importa então questionar, que processos de subjetivação individual e coletiva podem ocorrer no contexto do capitalismo cognitivo?

Independentemente da resposta cabal àquela pergunta, o que parece ser inevitável é a tendência para o capitalismo se tornar um fator de *descivilização* e de regressão tecnológica e intelectual, pois, ao explorar as energias neuro-psíquicas influi negativamente nas formas de individuação coletiva e individual. Numa fase mais feroz e destrutiva como a atual, onde é saliente o ataque do capital ao *cognitariado*, é notória a subjugação da investigação científica à lógica global da mercadorização e à naturalização de uma racionalidade económica predadora.

transformadas de acordo com ele; até que ponto os poderes da produção social foram produzidos, não só na forma de conhecimento, mas também como órgãos imediatos da prática social, do processo de vida real.». Karl Marx, *The Grundrisse*, 1858. [tradução nossa].

⁸ Sub-categorias, tais como: Economia do Conhecimento, Economia da Cultura e da Criatividade ou Economia da Informação.

Não se trata já de interpretar o mundo, avisou-nos Marx, mas sim de transformá-lo. A *multitude* que reúne esforços para combater o *Império* é multiforme, um conjunto proliferante e caótico de singularidades de atores e redes, gerador de ontologias plurais, muitas delas ainda desconhecidas. Formadas a partir das reticulações entre o operariado cognitivo e imaterial, ativistas e movimentos sociais, trabalhadores precários, entre outras ontologias desesperadas por ganhar existência e poder para agir no mundo.

As potencialidades de mobilização diretas dos meios de comunicação tornam-se ainda mais claras quando eles são conscientemente usados durante fins subversivos. A sua presença é um fator que aumenta imensamente a natureza demonstrativa de qualquer ato político (Enzensberger, 1970: 269).

Ao longo destes últimos anos, marcados pela ciberguerra, pelo terrorismo e por políticas securitárias promotoras do *Estado de Exceção*, tomado agora como paradigma normal de governação e cada vez mais caracterizador do *modus operandi* de Estados ditos “democráticos”, artistas e escritores vêm contrapondo, de forma mais individual ou coletiva, diversas acções de resistência. Em 2013, na sequência das revelações de Edward Snowden, 562 escritores, incluindo 5 Prémio Nobel, de mais de 80 países, lançaram uma petição à escala mundial, em defesa das liberdades civis e contra a vigilância efetuada por corporações e governos.

Redes, democratização e descentralização da cultura

O Estado não deve desempenhar funções que pertencem aos indivíduos e à sociedade, sobretudo quando se apropria de atividades não para as fazer funcionar melhor, mas para aumentar o seu poder (Fernandes, 2014: 74).

Com a aprovação da Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto), a dimensão cultural fica reduzida a umas míseras quatro alíneas do Artº 15, e praticamente despida de qualquer sentido democrático e da sua importância vital para os territórios. Observa-se desde logo a pobreza semântica do legislador, e mais grave, o tom “salazarista” - logo, inconstitucional - das expressões utilizadas: “c) Executar o controle prévio de espetáculos, bem como a sua fiscalização, autorizando a sua realização quando tal esteja previsto”.

A infeliz expressão: “Executar o controle prévio de espetáculos” é de facto indigna de um Estado de direito e democrático, uma vez que em democracia não é permitido ao Estado, nas suas múltiplas instâncias, exercer o controle prévio de iniciativas culturais. Aquelas palavras de ordem nem sequer têm lógica ou adesão à realidade do atual contexto administrativo. O Dec. Lei n.º 23/2014 de 14 de fevereiro, que aprova o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de instalação e fiscalização dos recintos, através da Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC), contradiz, e bem, a linguagem autoritária herdada do antigo regime.

Em Portugal, a descentralização não encontra aliás raízes profundas, à semelhança dos países com um historial de tradições autoritárias, porém, segundo afirmam os historiadores, o país possui uma longa tradição municipalista, consagrada na Constituição da República Portuguesa (CRP). No caso em questão, e observando o histórico de alterações da legislação relativa à descentralização da cultura, vai-se perdendo o entendimento de quais são, afinal, as competências das autarquias em matéria de cultura. E, a única coisa que vai crescendo a olhos vistos é a pobreza da mentalidade política cultural ao nível local.

Propositadamente, ou por ignorância intrínseca, o certo é que, para além da visão tecnocrática e neoliberal aplicada atualmente à administração da cultura local, é o próprio Partido Socialista que parece ignorar o legado dos *Estados Gerais* (1995: secção X) no que

concerne à descentralização cultural. Na apresentação das linhas programáticas para a cultura, pode ler-se:

Descentralizar é hoje muito mais do que permitir às regiões periféricas um contacto meramente pontual e casuístico com actividades culturais exteriores. Torna-se também indispensável dotar cada vez mais as regiões do País dos meios necessários à concretização de uma vida cultural que, salvaguardando a especificidade de cada sector de actividade artística, incorpore uma componente cada vez mais significativa de iniciativa própria, capaz de conduzir, tanto quanto possível, a perfis culturais diversificados e autónomos.

Nessa que foi uma das épocas mais prolíficas das políticas culturais em Portugal, com Manuel Maria Carrilho como Ministro da Cultura, é possível encontrar dois dos vetores fundamentais da descentralização e correlativa municipalização da cultura. Por um lado, salienta-se que o fundamental num processo de descentralização cultural está para além de promover o contacto das populações com a oferta cultural existente – leia-se, a descentralização deve ultrapassar as políticas do “acesso” e a mera democratização da cultura cujo paradigma reside na acessibilidade à cultura legitimada. Por outro, afirma-se que a descentralização reside na necessidade de dotar o país dos meios necessários à concretização de uma vida cultural que incorpore uma componente cada vez mais significativa de iniciativa própria, capaz de conduzir, tanto quanto possível, a perfis culturais diversificados e autónomos. Ou seja, é proposta a defesa e a promoção de medidas em favor de:

1. Mudança de paradigma, da democratização (descentralização da oferta) à democracia cultural (produção própria);
2. Vitalidade cultural endógena dos territórios;
3. Existência de meios e condições dirigidas à produção cultural local por iniciativa própria dos cidadãos e com autonomia;
4. Diversidade cultural.

A maioria dos autarcas defende que só pode haver descentralização com a entrega aos municípios do respetivo financiamento (envelope financeiro) e de recursos humanos suficientes. Apesar de as reivindicações financeiras dos autarcas serem plausíveis, a justiça desta pretensão deve depender de uma rigorosa análise da gestão, das estratégias e das políticas culturais dos municípios. No que respeita aos orçamentos para a cultura, sabe-se que as Câmaras Municipais, no seu conjunto, investem mais do que o montante inscrito para a cultura no Orçamento Geral do Estado. O Inquérito de 2015 ao *Financiamento Público das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas*, (INE), informa que as Câmaras Municipais afetaram 392,2 milhões de euros às atividades culturais e criativas. Comparativamente, a proposta de Orçamento do Estado para 2015, contou com 219,2 milhões de euros para a cultura.

No domínio das bibliotecas e da leitura pública, o programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas foi criado com o objetivo de dotar todos os municípios portugueses de uma biblioteca, e aos quais compete a sua tutela e gestão. Porém, passados mais de 30 anos da instituição desta Rede, devemos considerar que a envolvente contextual se alterou significativamente (social, tecnológica e culturalmente), pelo que urge redefinir estratégias e reformular a política cultural para o sector.

As políticas de descentralização verificadas no sector da leitura pública (rede de bibliotecas), na difusão das artes do espetáculo ou nos museus municipais, não geraram automaticamente novas centralidades culturais no território nacional.

É facilmente verificável que a criação de novas centralidades depende, em grande medida, das estratégias e das políticas culturais locais e das iniciativas organizadas por estruturas associativas, propiciadas por novos equipamentos e projetos que se tornaram referências no panorama contemporâneo da oferta cultural.

No entanto, ainda que com alguma precaução, é comum reconhecer que a descentralização contribuiu, de algum modo, para o desígnio da democratização da cultura – um propósito fundado no aumento e na descentralização da oferta, bem como na ampliação do número e perfil social dos praticantes culturais. Contudo, a precaução a que aludimos deve-se muito ao problema, sobejamente conhecido nos estudos da sociologia da cultura, da avaliação dos resultados e efeitos das políticas apostadas na democratização através do aumento e descentralização da oferta cultural:

É o facto destas não gerarem automaticamente um alargamento social dos públicos (...) alguns dos investimentos efectuados não se fizeram acompanhar de outros igualmente indispensáveis para a valorização e mobilização das dinâmicas culturais locais, capazes de incentivar a participação de populações menos familiarizadas com as artes e a cultura. Em muitas cidades e concelhos onde se realizaram importantes investimentos infra-estruturais não existe ainda um retorno equilibrado relativamente à procura de bens e serviços aí gerados (Gomes e Lourenço, 2009:12-13).

Por um lado, uma política cultural autárquica não se pode resumir à reprodução da política efectuada à escala nacional, porquanto é ao nível dos territórios concretos que as “condições de cultura” têm de ser criadas, tendo em vista que a fruição e as práticas culturais se destinam a todas as pessoas. E, por outro, a qualidade da vitalidade cultural dos municípios, e mais propriamente das cidades que são sedes de concelho, não se resume à existência de serviços públicos tutelados pelas autarquias.

A necessidade de se transcender o paradigma da democratização não significa abandonar os objetivos visados pelo financiamento público à produção cultural, à sua mediação e difusão, ou sequer à programação dos equipamentos culturais municipais. Antes pelo contrário, requer:

- Um aprofundamento das estratégias de alargamento da base social dos públicos;
- A redução das barreiras e a ampliação das condições de acesso à oferta cultural;
- A diversificação nos modos de receção e de apropriação da arte e da cultura;
- A formação de novos públicos para a cultura;
- A dessacralização das formas de cultura cultivada (erudita), aproximando-a das populações e dos seus quotidianos;
- A inclusão de novas expressões culturais e artísticas;
- O alargamento do universo dos criadores culturais e a dessacralização dos critérios de hierarquização da produção intelectual e artística.

O conceito de “rede” aplicado aos equipamentos culturais, às cidades e a outras entidades, vem sendo cada vez mais utilizado em estratégias de ação coletiva. Mas podemos questionar, nas circunstâncias que caracterizam a complexidade das sociedades contemporâneas, se esta nova vaga de redes cumpre a função de serem geradoras de comunidades interpretativas e de praticantes culturais, nos seus territórios de influência. No entendimento de Luiz Oosterbeek,

O ordenamento do território deve privilegiar menos as redes de equipamentos e mais as redes de interesses interpessoais, concitando a participação das pessoas em processos de cidadania ativa. Entendemos que tal participação só poderá ser conquistada na medida em que ocorra uma real transferência de poder para essas pessoas. Tal não significa que os equipamentos não são necessários (são uma óbvia pré-condição), mas apenas que antes de projectar equipamentos e espaços há que programar, de forma participada e com base em análises prospectivas, redes de interesses. Neste quadro, é essencial estar atento às novas dinâmicas locais e à criação de novas centralidades, que em muitos casos demandarão equipamentos polivalentes. Identificar os grupos humanos envolvidos, identificar o(s) seu(s) território(s) e escutar os seus interesses é a base de um qualquer ordenamento eficiente, também no plano cultural (2007: 36).

Na nossa contemporaneidade cibernética, onde praticamente todos os indivíduos, instituições e objetos se encontram conectados numa gigantesca rede à escala global (*Internet*

das Coisas), o conceito operativo de “redes” torna-se de facto paradoxal. Vivemos hoje imersos numa infinidade de redes-de-redes-de-redes..., numa espécie de *mise-en-abîme* reticular.

O problema estudado por Bruno Latour é, em suma, o da cartografia do agenciamento coletivo ou a articulação entre múltiplos elementos em interação e o modo como as relações se modulam sob efeito das ações lançadas a cada momento na rede. Neste contexto, os atores e as suas ações são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autónomas. Se atendermos à sua noção de *Actor-Network*, verificamos que não existe dicotomia “ontológica” entre ator (nó da rede) e as conexões (*links*) que dão corpo à rede em si mesma, pois são dois elementos revertíveis (2011: 800).

No âmbito das políticas de descentralização e municipalização da cultura, a Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), trinta e dois anos depois da criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, tem vindo a incentivar os municípios a criarem redes intermunicipais entre bibliotecas. O 1º Encontro das Redes Intermunicipais de Bibliotecas Públicas⁹ ocorreu no passado dia 5 de junho de 2018, em Seia, e desde então multiplicam-se os esforços visando desenvolver uma estratégia de criação de redes intermunicipais de bibliotecas públicas.

Não duvidamos da nobreza das intenções que motivam a criação desta nova tipologia de redes de bibliotecas à escala intermunicipal, até porque, em termos objetivos, a criação da Rede Nacional foi bastante bem sucedida, se a compararmos com a de outros equipamentos municipais, designadamente com a Rede Portuguesa de Museus, constituída no ano 2000, mas cuja existência efetiva tem conhecido diversos contratemplos e inatividade ao longo destes anos. Já quanto aos teatros municipais, a comparação é impossível, uma vez que esta rede ainda não foi sequer alvo de aprovação em sede parlamentar, apesar dos diversos projetos de lei apresentados.

A resiliência da rede de bibliotecas é sinal de uma atividade estruturante e estruturada dos agentes ligados ao sector da leitura pública, mas também pelo motivo de ter sido um programa bem fundamentado desde o início. Contudo, como pudemos verificar no capítulo anterior, o contexto cultural da contemporaneidade apresenta características muito diversas daquelas que marcavam o acesso ao conhecimento nas décadas anteriores. Porém, hoje, não basta afirmar que o acesso gratuito à Internet e às TIC instaladas nas bibliotecas favorece a democratização do conhecimento e da literacia, porque esse acesso está desde logo condicionado pelo próprio funcionamento das redes digitais, das plataformas e da infraestrutura técnica e económica que a suporta.

Os sistemas económicos moldam as redes que eles mesmos criam e, à medida que as redes se tornam mais integrantes da vida quotidiana, são, por sua vez, moldadas pelas forças do capital. Daqui podemos concluir que o fenómeno das redes não é neutro, nem que está isento dos interesses em jogo a cada momento.

A história da Internet ilustra como esse processo se desenrolou. A Internet começou como uma rede que incorporava as relações do tipo *peer-to-peer* – uma rede que ligava dois ou mais nós (utilizadores) através dos endereços virtuais (URL) dos dispositivos informáticos, sem a mediação de motores de pesquisa ou de ambientes pré-formatados como hoje é o caso do *Facebook* ou de outras plataformas similares. No entanto ela foi sendo reformulada pela economia capitalista em proveito de uma topologia cliente-servidor ineficiente e não-livre, originado uma espécie de armadilha gigantesca onde os utilizadores são aprisionados para fins de marketing e propaganda ideológica. Aliás, é curioso pensarmos na ideia de “rede” (telemática) como metáfora das redes usadas na pesca ou na caça, pois

⁹ <https://www.bad.pt/noticia/2018/04/26/1o-encontro-de-redes-intermunicipais-de-bibliotecas-publicas-5-de-junho-em-seia/>

ambas servem para capturar. Num caso capturam-se animais, no outro captura-se a atenção e as emoções dos utilizadores.

Se pretendemos contribuir para a reflexão em torno de um serviço público de cultura fundamental para a liberdade dos cidadãos e para o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade, devemos questionar-nos acerca do que devam ser hoje as práticas de literacia, sabendo de antemão que o desenvolvimento tecnológico alterou substancialmente o paradigma cognitivo e os modos de agenciamento dele derivados.

Em síntese, no campo da literacia cognitiva e visual é com um novo horizonte pós-simbólico que nos confrontamos no nosso quotidiano cibernético. Uma tecnoesfera onde proliferam *imagens operacionais*, as quais não são já produzidas para o olhar humano, como até aqui tinham sido as imagens técnicas convencionais produzidas para fins científicos, estéticos, educativos ou de entretenimento. Ou seja, em vez de simplesmente representar as coisas do mundo, as máquinas de visão (*vision machines*) e as suas imagens começaram a desenhar ações no mundo, i.e., operam agenciamentos não-humanos e impercetíveis, com efeitos na vida social (Matoso, 2016).

Deste modo, a questão que nos colocamos, é a de saber se a estratégia para a criação de redes intermunicipais para as bibliotecas públicas, contem, para além dos objetivos instrumentais e funcionais intrínsecos à redefinição da tipologia organizacional, um renovado posicionamento que possibilite às bibliotecas municipais um novo fulgor da sua função de serviço público cultural num contexto marcado pela transmutação dos *media* digitais e do seu impacto na fruição e na criação cultural como direito constitucionalmente consagrado.

Neste aspeto, urge saber, e discutir, se a reinstituição das bibliotecas como motores fulcrais da democracia cultural é apenas resultado de uma racionalidade política fundada em requisitos de eficácia conforme aos modelos da prestação de serviços públicos, ou se radica num outro paradigma de transformação das políticas culturais, ou seja, de uma nova geração de políticas culturais transformadoras (Matoso, 2014).

A urgência da democracia cultural

A esta relativamente crescente visibilidade do cultural, não chegou a responder uma política cultural que, de modo articulado e sistemático, acompanhasse e estimulasse as mudanças emergentes na sociedade civil (Santos, 2004: 411).

A vida urbana supõe que aconteçam encontros, confrontos e diferenças, conhecimento e reconhecimento recíprocos (em que se inclui o combate ideológico e político) dos modos de viver, *patterns* que coexistem na cidade (Lefèbvre, 2012: 28).

Diante de um Séc. XXI globalmente turbulento, e em sociedades altamente complexas e de risco como aquelas em que vivemos, surge a necessidade de olhar para a história, como sugere a pintura de Paul Klee (*Angelus Novus*), para melhor nos confrontarmos com o futuro. E, desse modo, voltar a dirigir a nossa atenção para o contrato social que a sociedade civil (o povo soberano) plasmou na Constituição da República Portuguesa (CRP), em 1976.

Falar hoje de democracia é quase como falar de uma miragem no deserto instaurado pelo populismo e pela ressurgência de governos neofascistas um pouco por todo o planeta. Na Europa, no Brasil, na Ásia ou nos Estados Unidos, vão sendo eleitas figuras obscuras que medram na cena política movidas pelo ódio aos direitos humanos e à diversidade sociocultural. Estas novas reencarnações do totalitarismo vêm fomentando um estado de guerra permanente, e um antagonismo bélico contrário à condição de uma política democrática.

A questão fundamental é saber se o ódio à democracia (Rancière, 2006) se consegue perpetuar através das leis, dos instrumentos e das instituições da democracia formal, sob as

quais se exerce o poder. Ou, se pelo contrário, a luta contra essa aparência de democracia se transforma na via de construção de uma democracia “real”, uma democracia onde a liberdade e a igualdade não estariam somente representadas nas instituições da lei e no Estado, mas encarnadas nas formas da vida material e da experiência sensível.

Na nossa atualidade pós-política, em que o discurso dominante tenta obstruir a própria possibilidade de uma alternativa à ordem instaurada, todas as práticas que possam contribuir para a subversão e a desestabilização do consenso neoliberal hegemónico são bem-vindas (Mouffe, 2014).

Se analisarmos corretamente o estabelecido no nosso Direito Constitucional Cultural, torna-se evidente que num Estado de direito, o que lhe compete é a garantia da liberdade cultural e a proteção dos direitos fundamentais à cultura. De modo abreviado e objetivo, diríamos que a CRP estabelece explicitamente que o Estado (governo e autarquias), não pode incorrer nas tentações (totalitárias) de instrumentalização da cultura e da programação cultural.¹⁰

A democracia, ao contrário da democratização, significa democratizar e socializar os meios de produção, distribuir recursos, criar condições para que os diversos grupos sociais construam as suas práticas culturais em liberdade. Sendo um garante do Estado democrático e de direito, a CRP não é o único instrumento jurídico de protecção das liberdades e dos direitos culturais. À escala internacional e europeia outros instrumentos existem, tais como:

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos;
2. Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos;
3. Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
4. Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia;
5. Declaração de Friburgo sobre os Direitos Culturais.

Se a razão de ser de uma política democrática é a liberdade, e o seu campo de experiência é a ação, é também porque “a política baseia-se no facto da pluralidade humana [...] ocupa-se da coexistência e da associação de homens diferentes” (Harendt, 2007: 83).

Não se pode dizer que a sociedade, como quer que se apresente, seja livre. A sociedade, no máximo, pode tornar a liberdade possível. Se a “liberdade de” significa ausência de coerção, a “liberdade para” traduz a possibilidade de autorrealização em concretas condições existenciais. A liberdade existe apenas onde as pessoas aproveitam a oportunidade para a autorrealização. A única função da política, como reguladora do contexto, consiste em remover e abolir todas as coerções da liberdade, deixando aos indivíduos a possibilidade exclusiva da autorrealização (Fernandes, 2014: 159).

Em sociedades supostamente democráticas como a portuguesa, é salutar e desejável que as práticas culturais contenham intrinsecamente um “elemento de confrontação inevitavelmente crítico do *status quo* e da totalidade das suas instituições” (Adorno, 2003: 117), incluindo as formas de “culturas alternativas”, “contra-culturas” e “sub-culturas”.

Na perspetiva informada dos constitucionalistas portugueses, as modernas constituições dos Estados democráticos e de direito implicam a garantia da liberdade cultural, pluralismo e divisão de poderes, de acordo com o paradigma da “cultura aberta” para uma “sociedade aberta”, o que obriga o Estado, nas suas mais diversas escalas e instituições, a considerar tanto as posições dominantes com as minoritárias. Consequentemente, é inadmissível confundir-se “Estado de Cultura” com “Cultura de Estado”, pois, “não cabe aos poderes públicos a a manifestação de “gostos” estéticos ou de preferências culturais, antes compete a

¹⁰ CRP - Artigo 43.º (Liberdade de aprender e ensinar): 1. É garantida a liberdade de aprender e ensinar; 2. O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.

adoção de políticas de cultura abertas e plurais – a a prová-lo, lá está a proibição dos poderes públicos de “programar” a cultura “segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas” (Artº 43º, nº 2 da CRP)” (Silva, 2007: 60). Esta norma Constitucional é absolutamente clara no sentido de afirmar que um protagonismo da “cultura estadual”, i.e., mediatizada pelo Estado, é de facto inconstitucional. Todavia, como se pode facilmente constatar, existem entidades com peso e responsabilidades acrescidas no campo cultural que preconizam e atribuem prémios de “melhor programação autárquica” (Sociedade Portuguesa de Autores)¹¹.

A realidade mostra-nos, de forma clara e evidente, que a “administração cultural” instalada nos municípios resvala, de forma transversal, para uma ocupação abusiva da esfera pública cultural, promovendo monoculturas de entretenimento e de lazer, com gradações mais ou menos sofisticadas ou contemporâneas, as quais salientam a concretização de um “punhado de acções espectaculares (*panis et circenses*) com forte impacto mediático, mas de cariz efémero, sem efeitos de meio transformadores” (Lopes, 2007: 58).

No âmbito das políticas culturais em Portugal e da qualidade democrática da governância municipal, os sucessivos estudos são de facto pouco animadores, mantendo-se patente a reprodução dos vícios da “baixa política”. Vejamos o que dizem alguns investigadores:

1. Clientelismo: Corre-se sempre o risco de a intervenção do Estado nesta área implicar, tal como no mecenato privado, a criação de clientelas e de propensões ao carreirismo, grandemente incompatíveis com a independência crítica que, justamente, se julga vantajoso fomentar (Pinto, 1997: 6); Os laços entre os eleitos e as associações, coletividades e outros agentes culturais – e, num contexto fortemente presidencialista e dependente de redes relacionais (Silva, 2007:23); A pessoalização do poder acentua-se, agindo os eleitos em função de lógicas carismático-demagógicas, clientelares e partidárias e prevalecendo, por isso, uma visão paternalista (Santos, 1998: 178);
2. Consensualismo: Invocando interesses concelhios supostamente evidentes e, portanto, imunes à divergência de opinião, [o executivo] tende a despolitizar a acção camarária, apresentando-a como uma espécie de emanção necessária da vontade comunitária (Silva, 2007:18); O que sobressai é a reduzida capacidade da acção cultural autárquica para gerar diferenciação ideológica – e, portanto, identificação política, no sentido forte da palavra, isto é, como um conjunto de opções, objetivos e processos que se distingue e confronta com conjuntos alternativos (Silva, 2007:24);
3. Presidencialismo: Sistema de governo de pendor presidencialista e em que a maioria tem grande capacidade de cooptação das oposições (Silva, Babo e Guerra, 2015: 112); confere um poder reforçado ao presidente de câmara na construção e gestão das redes sociais e na definição de finalidades e procedimentos (...) a acção política local é muito personalizada na figura do presidente de câmara (Silva, 2007: 27); os actores locais são mais receptores do que formadores de políticas (Silva, 2007: 26);
4. Fontismo cultural local: uma pronunciada e contínua ênfase no investimento na obra física – e na obra física de média e grande dimensão, o “equipamento cultural”. Aproveitando o acesso a fundos nacionais ou europeus e mesmo desviando para aí alguns dos recursos próprios do orçamento municipal... (Silva, 2007: 22).

Numa época marcada por inúmeras ameaças ao bem-estar das populações, poder-se-ia expandir a realização de projetos culturais disruptivos, que interrogassem a realidade e as condições de vida existentes, através de uma programação cultural irreverente, em vez da monótona apresentação de uma agenda de eventos aos fins-de-semana, como se a fruição

¹¹ <https://www.spautores.pt/destaques/premio-autores-2018-nomeados>.

cultural estivesse condicionada pelo ritmo imposto pelo capitalismo aos cidadãos em geral. Na conceção da vitalidade cultural que aqui defendemos, é notória a urgência de mudar o padrão ornamental da cultura para uma convivência cultural quotidiana no sentido mais amplo, e não apenas no sentido artístico ou patrimonial dos sectores legitimados pelo Estado através das respetivas políticas e instrumentos sectoriais.

Ao invés, de modo a contrariar a neutralização da diversidade do campo cultural, a CRP é bem explícita no que se refere ao desígnio da democracia participativa, visando a realização da democracia económica, social e cultural: Todos têm direito à fruição e criação cultural.¹² Porventura haverá quem pretenda eliminar a conjugação aditiva com a criação (produção) de cultura, talvez porque exija uma maior cumplicidade com a democracia, no direcionar dos meios e dos serviços municipais de cultura para a existência plena de condições de criação e produção cultural em larga escala.

De acordo com um estudo dos pelouros da cultura em Câmaras Municipais da Região do Norte, realizado por José Cabral Ferreira (2001), a maior parte das Câmaras não têm desenhado para a cultura um programa político que vise uma estratégia a ser prosseguida de acordo com os objetivos do sector cultural e se integra na estrutura política global, e aquilo que existe é “normalmente uma lista de objetos, em busca de investimentos orientados para coisas...”.

Uma política cultural democrática não trata apenas de “satisfazer necessidades” dos consumidores culturais (fruição), mas tem, obrigatória e Constitucionalmente, de estimular as condições necessárias para que os cidadãos possam criar e gerir as suas próprias práticas, necessidades e desejos culturais, no contexto concreto das suas vidas. De outro modo, poder-se-ia ironizar, afirmando, que o direito de fruição cultural é “democrático”, enquanto o direito de criação seria “aristocrático” (Silva, 2007: 96).

Do mesmo modo, não cabe ao Estado, nem ao Direito, decidir quem é ou não artista, e muito menos o que é ou não é cultura. O direito fundamental à cultura deve ser entendido como “proibição de definição”, que impede o Estado de impor como certas, verdadeiras e boas as suas conceptions sobre arte e cultura.

Se não é incumbência do Estado proceder à definição de Cultura, a sua missão deve focar-se na criação de mecanismos “procedimentais” para que os “conflitos culturais” possam ter lugar. Assim, podemos facilmente entender, que os direitos fundamentais à cultura, possuem uma dimensão prospetiva ou programática, que obriga os poderes públicos a actuar de forma continuada e permanente. A cultura, enquanto dimensão da política pública, deve então ser entendida como capacidade ativa de cidadania, ou seja, como conjunto de ferramentas simbólicas e conceptuais que os membros de uma comunidade necessitam para lidar com a realidade difusa do mundo contemporâneo e para elaborar novas estratégias de vida coletiva.

No vocabulário jurídico, entende-se que o estatuto constitucional dos indivíduos no domínio cultural – *status activus culturalis* – não pode continuar a ser meramente negligenciado (direito negativo), mas implica a necessidade de intervenção explícita (direito positivo) dos poderes públicos para a realização plena da cidadania cultural, a qual consiste primordialmente no reconhecimento da participação das pessoas na definição de políticas públicas de cultura – *status activus processualis culturalis* (Silva, 2007: 93-94).

Consequentemente, a derradeira finalidade de uma política cultural é a de enriquecer o universo de possibilidades abertas às práticas culturais dos cidadãos, intervindo sobre as condições que estruturam essas mesmas práticas:

- Condições de produção e criação cultural em sentido amplo;

¹² CRP - Artigo 78.º (Fruição e criação cultural).

- Condições de conservação, preservação e valorização do património cultural material e imaterial;
- Condições para a valorização da produção plural dos conhecimentos e das subjetividades;
- Condições de acessibilidade universal aos serviços e bens culturais, e do entendimento político da cultura como bem comum;
- Condições de fruição das artes e dos equipamentos culturais em diferentes modalidades e intensidades;
- Condições de participação ativa dos cidadãos no desenho das políticas públicas como imperativo cívico categórico...

José Madureira Pinto, assume uma posição idêntica, defendendo que ao Estado cabe o papel insubstituível, se bem que não exclusivo, na promoção de espaços de autonomia para a produção intelectual e artística, mas simultaneamente a exigência intrínseca de auto-limitação do seu poder, criando-se assim organizações independentes da administração pública, as quais desenham e implementam programas políticos de forma igualitária e transparente (Pinto, 1997: 4-7).

Sendo a democracia cultural considerada como uma “política cultural de terceira geração” (Lopes, 2007: 95), articulada em torno do direito à cultura e da “dignificação da vida social, política e ontológica de todas as linguagens e formas de expressão cultural e na abertura de reportórios e de campos possíveis” (2007: 97), torna-se um poderoso instrumento de reversão das inércias inibidoras de uma participação mais organizada e prolífica na vida social.

De acordo com Pier Luigi Sacco (2011), a importância estratégica da participação cultural ativa - no contexto da sua noção de *Cultura 3.0* - é intrínseca à expansão massiva do grupo de produtores culturais. Deste modo torna-se cada vez mais difícil distinguir entre produtores e consumidores culturais, é pois uma questão de permuta de papéis sociais que cada indivíduo assume no seu quotidiano. A característica fundamental da *Cultura 3.0* é, portanto, a transformação do público - que ainda é a referência da fase "clássica" da indústria cultural - em praticante, definindo assim um novo, difuso e cada vez mais múltiplo conceito de autoria e de propriedade intelectual. O acesso a novas experiências estéticas e culturais é um desafio e um incentivo para que os indivíduos desenvolvam as capacidades criativas na assimilação e manipulação dos conteúdos culturais a que vão sendo expostos. Assim, não se trata somente de ouvir música, mas de tocar e compor; nem apenas de ler textos, mas de os escrever, e assim por diante.

No contexto de uma estratégia mais coerente e abrangente de coordenação sistemática de todos os efeitos indiretos da produção e da participação cultural, seria pertinente orientar projetos de revitalização cultural com uma abordagem proativa e participada, que promovam e desenvolvam as competências locais, os meios criativos e os recursos endógenos, ao invés de se concentrar em formas de entretenimento instrumentais e inautênticas para benefício da suposta competitividade territorial e das “classes criativas”. É também a partir desta visão que a *Agenda 21 da Cultura (A21C)* encoraja as cidades a elaborar estratégias culturais a longo prazo e convida o sistema cultural a influenciar os principais instrumentos de planeamento urbano.

O papel das bibliotecas públicas na emancipação da sociedade civil

As cidades e um mundo melhor construí-los-emos nós, os cidadãos. Acabou-se a submissão (Toni Puig, 2004: 53).

Na designada sociedade da informação e do conhecimento, e do capitalismo cognitivo, semiótico ou cultural, os serviços públicos de cultura desempenham um papel fundamental na resistência semiótica, mas também no agenciamento coletivo, crítico e criativo.

As instituições públicas existentes carecem ser reconfiguradas de modo a satisfazer novos anseios populares, pois, a cada fase de desenvolvimento da democracia deve corresponder a sua própria forma de organização. As práticas contra-hegemônicas, e em particular as práticas artísticas, têm uma relação necessária com a política, porque, ou contribuem para a reprodução do consenso operacional que cristaliza uma determinada hegemonia, ou o desestabilizam.

É necessário e justo salientar que múltiplos atores sociais, do campo acadêmico ao artístico, vêm debatendo e publicitando desde há muito, a necessidade de efetuar transformações nos paradigmas que regem a governância municipal de cultura. Em suma, diríamos identicamente que não corresponde à verdade que se possam imputar responsabilidades relativas à estagnação das políticas culturais no quotidiano das nossas cidades, a uma hipotética inércia dos produtores de conhecimento social.¹³

O conhecimento produzido, os debates e as respetivas opiniões encontram-se amplamente divulgados e acessíveis a qualquer decisor político ou técnico da administração pública. Logo, só nos resta concluir que a incapacidade para lidar com a dimensão participativa, sistemática e regular, na gestão estratégica e democrática das cidades, tem levado à persistência de um "consenso operacional" produzido e controlado pelas instâncias de poder (político, mediático ou institucional), favorecendo a reprodução das desigualdades e alimentando a inércia no mundo social.

Como repercussão, a escala territorial mais apta à interatividade sociocultural (o território local), transforma-se paulatinamente em geradora e acumuladora de alheamento e passividade entre cidadãos (*interpassividade*). Os indivíduos e os coletivos da cidade percecionam-se assim como meros utilizadores de um serviço pronto-a-consumir, reduzindo ao mínimo o investimento na construção de relações sociais críticas, plurais, autónomas, dissonantes e criativas.

Num contexto municipal marcado pela gritante ausência de políticas culturais que promovam a democracia e a cidadania cultural, salvo honrosas exceções, haverá duas tendências mais evidentes para lidar com as circunstâncias. Segundo Chantal Mouffe (2014), a pergunta fundamental é esta: devem as práticas culturais críticas estar envolvidas com as actuais instituições, com o objetivo de transformá-las, ou devem abandoná-las por completo?

Uma das respostas, com bastante influência no meio cultural de pendor mais autonomista, defende uma estratégia de retirada das instituições, alegando que as instituições do mundo da cultura se tornaram cúmplices do sistema vigente, e que já não podem fornecer um espaço para a diversidade e para a crítica. Esta estratégia de êxodo vem tendo diferentes versões, de acordo com a forma como o futuro é perspectivado, mas todas elas afirmam que as estruturas tradicionais de poder organizadas em torno do Estado e da democracia representativa tornaram-se irrelevantes e que vão desaparecer progressivamente.

Chantal Mouffe (2014), na esteira da filosofia política desenvolvida com Ernesto Laclau (1985), defende que, em oposição à via do êxodo, as práticas artísticas e culturais são aquelas que, de várias formas, ainda desempenham um papel no processo de

¹³ Vide, entre outros: Cabral (2001); Ribeiro (2007) e Esteves (2003).

desarticulação/rearticulação que caracteriza a política contra-hegemónica. Estas práticas pretendem atingir as instituições que petrificam a hegemonia dominante, a fim de provocar transformações democráticas profundas na forma como elas funcionam. Assim, defende-se que as práticas culturais críticas não contribuem para a luta contra-hegemónica abandonando o terreno institucional, mas apenas envolvendo-se nele com o objetivo de fomentar a dissensão e criar uma multiplicidade de espaços agonísticos, onde o consenso dominante é desafiado e onde novos modos de identificação são disponibilizados.

No sector artístico, verifica-se que as múltiplas práticas de ativismo (*artivismo*) podem ser vistas como um movimento contra-hegemónico, contrárias à apropriação capitalista da estética a fim de garantir o seu processo de valorização nos mercados da arte. Nas suas múltiplas manifestações, o *artivismo* pode certamente ajudar a subverter o senso comum pós-político, e fomentar a criação de novas mentalidades.

A correlação existente entre políticas e práticas é esclarecida por Jacques Rancière (2005: 13) através do conceito de “partilha do sensível”, designadamente se nos referirmos à proximidade entre práticas estéticas e práticas políticas, como “um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade das suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento”.

Na base da política, ainda segundo Rancière (2005: 17), reside uma “estética” que não deve ser aqui entendida no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de fazer arte. A política “ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”. É, portanto, esta partilha do sensível (do visível e do dizível) que reúne políticas e práticas num mesmo *continuum* da produção de um regime ético do viver em comum.

O contributo das bibliotecas públicas para a emancipação da sociedade civil, na defesa e aprofundamento da democracia cultural, tal como o de qualquer outro equipamento, instituição ou serviço público de cultura, só pode ser o de favorecer na sociedade civil a expansão das práticas culturais autónomas, críticas e plurais dos cidadãos, individualmente considerados ou organizados em grupos que partilham interesses comuns.

As bibliotecas só se cumprirão enquanto meios culturais ao serviço do desenvolvimento humano enquanto liberdade (Sen, 2003), se forem igualmente catalisadoras da vitalidade cultural dos territórios. As bibliotecas não têm de ser subservientes a nenhuma tutela administrativa, e muito menos subjugadas por lógicas consensuais e instrumentais dos aparelhos partidários que dominam as autarquias. As bibliotecas, enquanto instituições públicas, são meios ao serviço do soberano (o povo), visando, na parte que lhes compete, a “realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” (CRP, Artigo 2.º).

Aliás, não pensamos ser adequado, na nossa contemporaneidade atravessada pelo paradigma das redes e dos ecossistemas, da interdependência, da interdisciplinaridade ou da hibridação, olhar para os equipamentos culturais como espaços monodisciplinares, ou sequer espaços fechados sobre si mesmo. O museu apresenta cinema e concertos dentro de si e na rua, o teatro é palco para a ciência e o debate filosófico e as bibliotecas podem cruzar-se com toda a atividade humana. Assim, a Biblioteca deve assumir-se como centro nevrálgico e energético da sapiência em todas as suas vertentes, da ética à estética e à política. Se existe instituição social e humana que deva estar ao permanente serviço da democracia e da sociedade civil, é a biblioteca. Nesse sentido, não devíamos esquecer o aviso de Goya, e até talvez mesmo torná-lo num adágio popular: *o sono da razão produz monstros*.

Apesar da imaginação e da criatividade dar azo a uma imensa panóplia de ações e projetos, identificamos, desde já, algumas ideias que possam funcionar como estratégias de dinamização sociocultural dos municípios, através das bibliotecas:

- Criação de Centros de Documentação e Investigação / Redes de Conhecimento Local, em parceria com entidades culturais que desenvolvam investigação nos mais diversos âmbitos do conhecimento;
- Desenvolvimento de atividades promotoras da literacia visual, digital e tecnológica (imagem, computação, redes, tecnologias, etc.);
- Favorecer e acolher as iniciativas cidadãs, designadamente propostas de programação e de desenvolvimento de projetos complementares às áreas de intervenção da biblioteca;
- Incentivar – fornecendo meios e recursos logísticos – a realização de atividades “alternativas” de produção de conhecimentos críticos: Oficinas, laboratórios, criação e difusão de fanzines (publicações *do it yourself*), concursos literários, abertura de candidaturas públicas e transparentes, ciclos de cinema, residências artísticas e culturais que promovam cruzamentos disciplinares, clubes de leitura autónomos, encontros literários, sessões de *poetry slam*, leitura encenada, gravação de projetos sonoros e audiovisuais, etc.;
- Dinamizar o espaço público urbano: co-organizar feiras do livro e de publicações pulverizadas pelos bairros, bibliotecas de rua para troca direta de livros, colaborar e incentivar projeto com outras artes (performativas, visuais, arquitetura efémera,...) no espaço público.

No livro, *Conversación com Manuel Borja-Villel* (Expósito, 2015), verificamos como as práticas artísticas promovidas ao longo das últimas décadas sob a designação de *Crítica Institucional*, se tornaram úteis na construção do pensamento e da ação crítica no questionamento da obediência absoluta e da submissão dos sujeitos às formas autoritárias de governação. Fundamental na ideia de “práticas instituintes” é a confrontação com o “democratismo”, que por um lado representa o dispositivo global de manutenção de monopólios de poder (político, militar, financeiro) sob uma aparência superficial (mediática) de democracia cada vez mais exposta nas suas verdadeiras intenções de dominação e controle, e, por outro, está incorporado nas nossas estruturas de pensamento individuais e coletivas. Trata-se portanto de abrir espaços de crítica e criação, momentos constituintes da democracia fundamental, logo, da democratização de todos os campos, da ecologia, economia, política, arte, etc. Nas palavras de Borja-Villel, referindo-se ao MACBA (Expósito, 2015: 107):¹⁴

O museu tinha que interpelar toda a gente e ser interpelado por ela, ativá-la. A questão era portanto como dotar de agência a cidadania, oferecer-lhe mais ferramentas para colocar em prática a sua capacidade política através da instituição. E, por sua vez, a instituição, ao implicar-se num processo instituinte, iria sendo modificada ao deixar-se afetar por este tipo de interações.

¹⁴ <https://www.macba.cat/es/inicio>.

Notas complementares - casos de projetos paradigmáticos

Para finalizar, gostaríamos ainda de mencionar alguns projetos que se situam no cruzamento entre as artes, a cultura e a cidade, os quais, de diversos modos, remetem para a leitura e a literacia, bem como para a democracia cultural e a emancipação da sociedade civil.

Gramsci Monument

O monumento¹⁵ dedicado ao filósofo Antonio Gramsci é o quarto e último da série de monumentos de Thomas Hirschhorn dedicados a grandes escritores e pensadores, iniciados em 1999 com o *Spinoza Monument* (Amsterdão, Holanda), seguido pelo *Deleuze Monument* (Avignon, França, 2000) e o *Bataille Monument* (Kassel, Alemanha, 2002). Este quarto monumento presta homenagem ao teórico político italiano e marxista Antonio Gramsci (1891-1937), famoso pelos seus *Cadernos e Cartas da Prisão* (1926-1937). O Monumento Gramsci é baseado na vontade de Hirschhorn de provocar encontros, criar um espaço cultural livre e pensar Gramsci hoje. Estes “monumentos” convocam o amor à sabedoria (filosofia), o amor à infinitude do pensamento, resultando em espaços arquitectónicos temporários criados, dinamizados e ocupados com a participação ativa das comunidades.



Gramsci Monument (Thomas Hirschhorn, Nova Iorque, 2013)

Livros e leitura no espaço público autogerido

As “bibliotecas de rua” são já conhecidas entre nós, mas a sua expansão geográfica até aos bairros mais periféricos, através de projeto elaborados e geridos pelos cidadãos, ainda não tem a expressão e o impacto o que poderiam ter. De modo a suscitar a apropriação e o protagonismo da sociedade civil, neste e noutros tipos de iniciativas correlacionadas, as bibliotecas municipais poderiam servir como elementos catalisadores da ação coletiva.

Dado que hoje em dia é extremamente fácil conhecer a localização geográfica através de GPS e de mapas digitais, seria também pertinente produzir um *website* que indicasse a localização das “bibliotecas” e os livros que as pessoas depositavam ou gostariam de

¹⁵ <http://moussemagazine.it/thomas-hirschhorn-gramsci-monument/>; <http://www.thomashirschhornwebsite.com/>.

encontrar. Deste modo, fomentar-se-ia o diálogo e a partilha em torno da literatura e do conhecimento.

Um caso emblemático é o projeto *Estante Pública*,¹⁶ inaugurado em Porto Alegre em julho de 2008, concebido e implementado pelo *Grupo Nômade*. Com estruturas simples de estantes para livros, e sem nenhum tipo de controlo de poderes públicos ou privados, as estantes ocupam o espaço normalmente usado para publicidade nas paragens dos autocarros, permitindo assim o livre intercâmbio de livros entre as pessoas, promovendo desse modo a autogestão coletiva de um projeto cultural que conjuga mobilidade, urbanismo e literatura.



Minibiblioteca numa paragem de autocarro, Porto Alegre, Brasil (Fotografia: Estúdio Nômade)

Feiras, oficinas e festivais literários

O desenvolvimento da esfera literária ao nível local, numa sociedade aberta e interdisciplinar, requer a promoção das mais diversas formas literárias e de projetos editoriais independentes, onde a liberdade de expressão, de pensamento e criatividade possam de facto o ganhar existência pragmática no quotidiano das cidades, para além da monocultura promovida pelo *status quo*. Desde a manufatura baseada no *Do It Yourself* (DIY), às iniciativas de *Slam Poetry* ou a existência de coletivos de edições alternativas e independentes. Em contextos

¹⁶ <https://vimeo.com/channels/estantepublica/>.

com menor diversidade cultural e menor pendor cosmopolita, o papel das bibliotecas públicas passa muito por ativar e fazer parte de uma estratégia de acção coletiva plural que provoque a emergência de iniciativas cívicas e da democracia cultural.

A *Feira Laica*¹⁷ foi criada como evento de edição independente, tendo como objetivos basilares a promoção da bibliodiversidade e a luta contra o monolitismo cultural. Partindo de uma lógica de espaço de comércio cultural alternativo e justo, deu visibilidade a inúmeros editores independentes, artistas gráficos e artesãos e promoveu diversos eventos geradores: exposições de artes gráficas, banda desenhada, oficinas de serigrafia e tipografia, concertos, publicações, cinema de animação.

O *ZineFestPt*¹⁸ propõe uma série de atividades que em torno do panorama artístico contemporâneo nesta área, designadamente o universo da micro-edição, da auto-edição, da publicação independente e da cultura alternativa associadas aos livros e sobretudo aos fanzines.

O *Festival Silêncio*¹⁹ assume-se como uma iniciativa local e participativa que convida estruturas, parceiros e artistas a integrarem um programa que, durante quatro dias se dissemina pelo espaço público do Cais do Sodré.

Assembleias comunitárias e novas sociabilidades interculturais

A existência de “assembleias populares” ganhou nova relevância após a crise de 2008 e o aparecimento na esfera pública de movimentos sociais e políticos com o objetivo de resgatar a democracia. Em Espanha, o ano de 2011 foi marcado pelo *Movimento 15-M*²⁰ (Indignados) convocado por diversos coletivos que exigiam uma mudança de sistema político. O movimento *Occupy*, iniciado pelo *Occupy Wall Street*, surgiu a partir da injustiça económica de que 1% dos oligarcas acumula a riqueza equivalente aos 99% dos cidadãos, tendo-se estendido também por diversas esferas culturais, nomeadamente pela dos museus públicos (*Occupy Museums*).²¹

Estas iniciativas, entre outras, demonstram que hoje a exigência da democracia não se pode fazer sem a da democracia cultural e, é nesse sentido, que também as instituições públicas, neste caso, as bibliotecas, são parte integrante da transformação cultural e política necessárias à defesa dos direitos humanos e culturais.

A *Assembleia da Batata*²² (Torres Vedras) acontece numa praça pública e é um processo que visa promover as relações pessoais e coletivas ligadas a diversas esferas de ação, favorecendo assim a criação de massa crítica cívica, bem como a interação, intergeracional e intercultural. Deste modo, a Assembleia da Batata tem como finalidade potenciar a autonomia e a capacidade de intervenção dos mais jovens na vida pública. Pretende igualmente promover o conhecimento e a consciencialização das transformações sociais necessárias para o aprofundamento da democracia participativa nas várias dimensões da política. Cada reunião da assembleia é constituída por diversos componentes: 1) intervenção artística (performativa: circo de rua); 2) criação de um espaço de expressão plástica e a escrita criativa (criação de posters e mensagens visuais) e bancas com informação; 3) debate temático; 4) refeição vegetariana; 5) conclusões e plano de ação. A *Assembleia da Batata* foi incluída no projeto *Iniciativas Locais de Mudança* mapeadas pelo projeto Alternativas.²³

¹⁷ <https://feiralaica.wordpress.com/>.

¹⁸ <https://zinefestpt.wordpress.com/>.

¹⁹ <http://festivalsilencio.com/>.

²⁰ https://es.wikipedia.org/wiki/Movimiento_15-M.

²¹ <http://www.occupymuseums.org/>.

²² <https://www.facebook.com/assembleiadabatata/>.

²³ <https://www.projetoalternativas.org/mapa-de-iniciativas;>

https://docs.wixstatic.com/ugd/dfb657_0af5cc53eed348329b73774186d781c6.pdf.



Assembleia da Batata - Torres Vedras, setembro, 2017 (Fotografia: Eduardo Matoso)

Referências bibliográficas

Agamben, Giorgio (2007), *Crítica do contemporâneo*. Política - Conferências Internacionais de Serralves. Porto: Serralves.

Berardi, Franco (2007), “Schizo Economy”, *SubStance*, #112, 36(1), 76-85.

Berardi, Franco (2010), “Cognitarian subjectivation”, *E-flux journal* #20. Consultado a 17.10.2018, disponível em <https://www.e-flux.com/>.

Berardi, Franco (2012), “Emancipation of the Sign: Poetry and Finance During the Twentieth Century”, *E-flux journal* (39). Consultado a 17.10.2018, disponível em <https://www.e-flux.com/>.

Boutang, Yann Moulier (2011), *Cognitive Capitalism*. Cambridge: Polity Press.

Burroughs, William (1994), *A revolução electrónica*. Lisboa: Vega.

Cabral, Manuel Villaverde (2001), “Democracia e Participação Política”, *Con(m)textos de Sociologia*, (1), 13-17. Associação Portuguesa de Sociologia.

Conselho da Europa (1984), *Declaração Europeia sobre os objetivos Culturais*. Estrasburgo.

Debord, Guy (1991), *A Sociedade do Espectáculo*. Lisboa: Edições mobilis in mobile.

Decreto-Lei n.º 23/2014 de 14 de fevereiro. Diário da República n.º 32/2014, Série I. Presidência do Conselho de Ministros.

- Deleuze, Gilles (1992), Postscript on the Societies of Control. *October*, 59 (Winter), 3-7.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Felix (1983), *Anti-Oedipus*. Chicago: University of Minnesota Press.
- Enzensberger, Hans Magnus (1970), “Constituents of a Theory of the Media”, *New Left Review* (64), 13-36.
- Esteves, João Pissarra (2003), *Espaço Público e Democracia*. Lisboa. Edições Colibri.
- Expósito, Marcelo (2015), *Conversación com Manuel Borja-Villel*. Madrid: Ediciones Turpial.
- Fernandes, António (2014), *Para uma Democracia Pluralista e Participativa*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Ferreira, José (2001), *O Pelouro da Cultura nas Câmaras da Região do Norte-Oito notas conclusivas dum inquérito por questionário*. Consultado em 15.07.2008, disponível em www.ine.pt.
- Figueiredo, Fernanda (2004), “Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: atualizar para responder a novos desafios”, *Cadernos BAD* (1), 61-72.
- Foucault, Michel (1987), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, Michel (2010), *A ordem do discurso*. São Paulo: Editora Loyola.
- Gomes, Rui; Lourenço, Vanda (2009), “Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal”, *OBS pesquisas*, 15. Observatório das atividades Culturais.
- Guattari, Félix (1981), *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo. Editora Brasiliense.
- Haiven, Max (2010), “The Financial Crisis as a Crisis of Imagination”, *Work and Days* 59/60, 183-202.
- Harendt, Hannah (2007), *A promessa da política*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Jameson, Fredric (1997), “Culture and Finance Capital”, *Critical Inquiry*, 24(1), 246-265.
- Klein, Naomi (2007), *The Shock Doctrine*. Canada: Random House.
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal (1985), *Hegemony and socialist strategy*. Londres: Verso.
- Latour, Bruno (2011), “Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Art-Network Theorist”, *International Journal of Communication*, (5), 796 –810.
- Lefèbvre, Henri (2012), *O direito à cidade*. Lisboa: Livraria Letra Livre.
- Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. Diário da República n.º 157/2018, Série I. Assembleia da República
- Lopes, João Teixeira (2007), *Da democratização à democracia cultural*. Porto: Profedições.

- Marcuse, Herbert (2011), *O homem unidimensional*. Lisboa: Letra Livre.
- Marx, Karl (1977), *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Moscovo: Progress Publishers.
- Matoso, Rui (2016), *Imagem-Operativa/Imagem-Fantasma: A percepção sintética e a industrialização do não olhar em Harun Farocki*. Atas do V Encontro Anual da AIM, 66-78. Lisboa: AIM. Consultado em 12.08.2018, disponível em <http://aim.org.pt/atas/pdfs/Atas-VEncontroAnualAIM-07.pdf>.
- Matoso, Rui (2014), “Que opções para uma política cultural transformadora?”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 2(2), 144-164.
- Mouffe, Chantal (2014), *Estratégias de política radical e resistência estética*. Consultado em 02.08.2017, disponível em <http://www.esquerda.net/artigo/estrategias-de-politica-radical-e-resistencia-estetica/33990> [Tradução de Rui Matoso].
- Moura, Maria José (coord.) (1986), *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Negri, Antonio e Hardt, Michael (2000), *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Oosterbeek, Luiz (2007), “Ordenamento cultural de um território”, in Portugal, José e Marques, Susana (Coords.), *Gestão Cultural do Território*. Setepés, pp- 28-38.
- Partido Socialista (1995), *Estados gerais para uma nova maioria*. Consultado a 17.10.2018, disponível em http://www.forumcidadania.org/politica/partidos_files/gerais.htm
- Pinto, José Madureira (1997), “Democratização e desenvolvimento cultural sustentado: O papel do Estado”, *OBS* (1), 4-7.
- Puig, Toni (2004), *Se acabó la diversion*. Buenos Aires: Paidós.
- Rancière, Jacques (2006), *Hatred of Democracy*. Londres: Verso.
- Ribeiro, Arnaldo (2007), *Governância Municipal. Cidadania e governação nas câmaras municipais portuguesas*. Viana do Castelo: CER - Centro de Estudos Regionais.
- Sacco, Pier Luigi (2011), *Culture 3.0: A new perspective for the EU 2014-2020 structural funds programming*. Working Group on Cultural and Creative Industries.
- Santos, Boaventura Sousa (2002), *Reinventar a democracia*. Lisboa: Fundação Mário Soares e Gradiva Publicações.
- Santos, Boaventura Sousa (2016), *A Esquerda do futuro: uma sociologia das emergências*. Consultado a 3.11.2018, disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Esquerda-do-futuro-uma-sociologia-das-emergencias-/4/35257>.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (2004), *Políticas Culturais e Descentralização*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Sen, Amartya (2003), *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva.

Silva, Augusto; Babo, Elisa Pérez; Guerra, Paula (2015), “Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise”, *Sociologia, problemas e práticas* (78), 105-124.

Silva, Vasco Pereira da (2007), *A Cultura a que tenho direito*. Coimbra: Almedina.

Stiegler, Bernard (2004), *De la misère symbolique 1: L'époque hyperindustrielle*. Paris: Éditions Galilée.

UNESCO (1994), *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas*. Consultado a 02.11.2018, disponível em <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>.

La identidad de la biblioteca pública y el campo de la biblioteconomía social

Margarita Pérez Pulido,¹ Universidad de Extremadura, Facultad de Biblioteconomía y Documentación
marperez@unex.es

Maurizio Vivarelli,² Università di Torino, Dipartimento di Studi storici
maurizio.vivarelli@unito.it

Resumen: En los últimos años la identidad de la biblioteca pública se ha visto afectada por profundas transformaciones, causadas por complejos factores de naturaleza social, económica, cultural y organizativa. Esto ha determinado la difusión de modelos diversos que se utilizan, por ejemplo, para el diseño de espacios o para la programación y gestión de servicios. La fragmentación de la identidad de la biblioteca se refleja también en principios y metodologías de evaluación de la percepción del impacto social de la biblioteca. Estas transformaciones se manifiestan igualmente en la configuración del perfil general de la cultura biblioteconómica, que oscila entre la adhesión al modelo clásico y las tensiones hacia nuevos modelos, entre los cuales el participativo. En la contribución propuesta se tratan y discuten unos argumentos de manera aproximativa.

Palabras-clave: Bibliotecas públicas, biblioteconomía social, modelos teóricos, función social de la biblioteca.

Introducción

El objetivo general de esta intervención es discutir algunos elementos del concepto de “identidad” de la biblioteca pública contemporánea, de las transformaciones que lo están modificando, y finalmente de las perspectivas que se pueden identificar para una reconfiguración de la disciplina, la biblioteconomía, que evidentemente tiene las bibliotecas como su objeto de estudio. En esta línea de reflexión, se mantiene activa una relación de colaboración con Margarita Pérez Pulido durante algunos años, así como con otros colegas italianos como Giovanni Solimine, Giovanni Di Domenico, Chiara Faggiolani y Anna

¹ Es doctora en Documentación por la Universidad de Salamanca y profesora titular en el Departamento de Información y Documentación de la Facultad de Ciencias de la Documentación y Comunicación de la Universidad de Extremadura. Sus principales líneas de investigación se refieren al estudio de la planificación y gestión de servicios bibliotecarios, especialmente para públicos en situación de desventaja, y de la ética y deontología de la información. Es autora de numerosas publicaciones en revistas extranjeras y en revistas especializadas españolas y de monografías. Como parte del Grupo de Trabajo de Ética de la Sociedad Española de Documentación Científica (SEDIC), ha elaborado el código de ética de los profesionales españoles reconocido por FESABID y por IFLA. Es miembro de la Oficina de Responsabilidad Social de la Universidad de Extremadura.

² Es profesor asociado de Bibliografía y Biblioteconomía en el Departamento de Estudios Históricos de la Universidad de Turín. Sus principales líneas de investigación se refieren al estudio de las transformaciones de la biblioteca pública contemporánea, los principios y métodos de proyección de espacios en la biblioteca, las relaciones entre historia de las bibliotecas e historia de la lectura. Es autor y editor de numerosas publicaciones en revistas. Es miembro del Comité Científico de “AIB Studi”, “Biblioteche oggi Trends”, “Biblioteche oggi”, “Culture del testo e del documento”. Forma parte del Comité Directivo de la SISBB – Società italiana di Scienze Bibliografiche e Biblioteconomiche e del centro di ricerca interdepartimentale MediHum – Memoria Digitalis Humanistica.

Galluzzi. También estamos definiendo los métodos para desarrollar un proyecto centrado en examinar el término y el concepto de "biblioteconomía social".

La variedad y diversidad de estos términos es una clara indicación de la fragmentación del paradigma clásico de la biblioteca pública, desarrollada sobre todo en el contexto de la *Library Science* y la *Librarianship* angloamericana. Para proporcionar una idea, aunque solo parcialmente estructurada, de la variedad de modelos y de las formas lingüísticas utilizadas para describirlos, se presenta (Tabla 1) una serie de palabras utilizadas para representar características específicas de la identidad de la biblioteca pública contemporánea, así como una selección de fuentes en las que esas expresiones son utilizadas. La columna de la izquierda de la Tabla 1 muestra palabras clave significativas para la representación de la identidad de la biblioteca pública contemporánea, mientras que en la columna de la derecha hay referencias a publicaciones en las que se usan estas palabras o expresiones.

En esta variedad de expresiones lingüísticas, examinadas en este momento de manera no sistemática, es posible sin embargo identificar el perfil de los modelos, fragmentarios y parciales, según el cual se interpreta la identidad de la biblioteca y de la biblioteca pública en particular, donde ya es posible identificar algunos puntos de vista bien diferenciados.

En una primera área, que se distingue por las palabras clave más directamente relacionadas con las culturas profesionales, el objetivo parece estar delimitado y definido, y el tema central es definir las características de las prácticas de gestión incluidas en la tradición angloamericana de la *Library Science*. Dentro de esta perspectiva, con una matriz pragmática, el *focus* se coloca, en lugar de la identificación de modelos teóricos dotados de su propia estabilidad autónoma, en la definición de un conjunto de valores sedimentados a lo largo del eje de esta misma tradición. En este sentido, la búsqueda de elementos específicos se centra, por lo tanto, en las actividades consideradas esenciales para la gestión de la biblioteca y, sobre todo, en lo que concierne, en sentido amplio, a la mediación documental resumida en la expresión *only connect* de Michael Gorman (2000). La mediación, por lo tanto, es el rasgo característico esencial que se manifiesta en el contexto principal de los servicios de referencia y catalogación, en el que el núcleo central del profesionalismo de los bibliotecarios y la cultura bibliotecaria se explica por esta misma praxis generada (*biblioteca como servicio*).

Tabla 1. Palabras-Clave y publicaciones que reflejan la identidad de la biblioteca pública

La biblioteca como...	Publicaciones
Espacio	Bisbrouck, Marie-Françoise <i>et al.</i> (2004)
Monumento	De Poli, Aldo (2007)
Tercer lugar	Jacquet, Amandine (2018)
Plaza	Agnoli, Antonella (2009)
Servicio	Reardon, Siobhan (2018)
Hipertexto	Ridi, Riccardo (2007)
Conversación	Associazione italiana biblioteche (AIB). Gruppo di studio sulle biblioteche digitali (2005)
Organización	Di Domenico, Giovanni (2009)
Derecho	Pérez Pulido, Margarita (2017)
Bien común	Galluzzi, Anna (2011)
Lugar de conexiones	Melot, Michel (2004)
Texto	Vivarelli, Maurizio (2016)
Memoria	Manguel, Alberto (2007)

Una segunda serie de puntos de vista declina esta visión de acuerdo con una perspectiva cuyas fuertes vetas ético-políticas se cruzan con los instrumentos del marketing social. La biblioteca pública se considera un lugar "tercero", "plaza" o "condensador social", capaz de albergar y procesar necesidades primarias y generalizadas en la sociedad. El posicionamiento de las colecciones queda relegado a un segundo plano en beneficio de la prioridad de una socialización genérica, que tiene poco que ver con las "artes" tradicionales de la mediación documental. A ciertos elementos de esta perspectiva es posible conectar extensiones de la representación y la comunicación de la biblioteca, en el que el tema principal es la capacidad de comunicarse con sus usuarios, el desarrollo de "conversaciones". En algunos lugares la fundación de esta línea creemos que se remonta a algunos temas centrales de la *New Librarianship* de David Lankes (2011) y el papel del bibliotecario "facilitador" que en ella se indica (*biblioteca como lugar de conexiones, tercer lugar, plaza*).

Una tercera perspectiva identifica el tema central en las posibilidades que ofrecen las culturas y las tecnologías digitales, visto en su tendencia a ofrecer nuevos modelos de organización y comunicación de contenido documental (*biblioteca como hipertexto, conversación*).

Un cuarto perfil es aquel en el que la cultura *biblioteconómica* clásica y la cultura organizativa más específica se entrelazan. El sentido de la biblioteca consiste en su capacidad para ser parte y expresión del contexto más amplio en el que se inserta, en su calificación como un sistema capaz de autointerpretarse como una parte constitutiva y reguladora (también en términos de bienestar) del cuerpo social en el que es parte y expresión (*biblioteca como organización, derecho, bien común*).

Finalmente, una última área está orientada a resaltar las características metafóricas y simbólicas de la biblioteca como un "edificio" físico y conceptual. En este contexto, los límites de la *biblioteconomía*, comprendidos en su dimensión más técnica y específica, se extienden al campo de la historia de la cultura y las ideas (*biblioteca como espacio, monumento, memoria, texto*).

Las piezas de un rompecabezas

Las numerosas expresiones utilizadas anteriormente dan una explicación intuitiva de las muchas formas según las cuales se imagina, concibe, diseña y comunica la identidad de la biblioteca. Estas formas diferentes se refieren a diferentes modos de interpretar el perfil de la disciplina que ya no se centra solo en el modelo clásico de la *Reference Library*. A partir de estas consideraciones preliminares, se originan los contenidos de esta contribución cuyo objetivo, con una metáfora, es intentar reconstruir de nuevo las muchas piezas de un rompecabezas gigantesco dentro del cual es ciertamente difícil navegar.

Junto con la colega Margarita Pérez Pulido organizamos una conferencia internacional en Turín en 2014, en la que participaron, entre otros, Paolo Traniello, Giovanni Solimine, Giovanni Di Domenico, Ernest Abadal y Aurora González-Teruel. Los temas discutidos en la conferencia fueron elaborados en el libro *The Identity of Contemporary Public Library: Principles and Methods of Analysis, Evaluation, Interpretation* (Pérez Pulido y Vivarelli, 2016)³. La identidad de la biblioteca es un concepto muy complejo, que no puede tratarse ni analizarse aquí. Simplificando mucho, sin embargo, podemos decir que la identidad de la biblioteca, como todos los demás objetos culturales, se manifiesta en su "forma", que luego es percibida e interpretada por las personas. Esta forma se realiza en el espacio. El espacio de la biblioteca no es un concepto único e indivisible, pero en él se pueden identificar algunos

³ Archivo pdf gratuito en <https://www.ledizioni.it/prodotto/m-perez-pulido-m-vivarelli-cura-the-identity-of-the-contemporary-public-library/>.

componentes que se describen aquí. En estos componentes, la identidad se manifiesta y, al mismo tiempo, se separa y se fragmenta a sí misma:

Espacio arquitectónico

En primer lugar, podríamos considerar que la identidad de la biblioteca está asociada con la belleza del espacio arquitectónico en su totalidad o se refiere a algunas de sus características específicas. Un ejemplo muy famoso de una biblioteca en la que la identidad está representada por la forma general del edificio es el de la Seattle Public Library, diseñada por Rem Koolhaas y Joshua Prince-Ramus de la OMA (Office of Metropolitan Architecture), inaugurada en 2004. La presencia en el espacio urbano de la biblioteca está fuertemente subrayada por la inconfundible *silhouette* del edificio, como se puede ver en la Figura 1.



Figura 1. Vista exterior de la Seattle Central Library.
Fuente: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1272517>

Un ejemplo de atención muy cuidada a los elementos de detalle se puede encontrar en la cinta roja que serpentea a través del espacio de la Biblioteca Central de Hjørring, en Dinamarca, diseñada por Rosan Bosch y Rune Fiord. La cinta conecta las diferentes partes del espacio y proporciona a cada una de estas partes su propia clara fisonomía. En la Figura 2, la cinta se convierte en un estante y, de esta manera, mejora desde un punto de vista estético la apariencia de una parte naturalmente importante de la identidad de la biblioteca en su conjunto.



Figura 2. La cinta roja de la Hjørring Central Library.

Fuente: <http://www.rosanbosch.com/en/project/hj%C3%B8rring-central-library#>.

Colecciones y espacio bibliográfico

Una segunda hipótesis de comprensión y explicación de la identidad de la biblioteca podría identificarse en sus colecciones, ya sea en su totalidad o en las unidades documentales individuales que las componen.

Espacio digital

Una tercera hipótesis de explicación podría centrarse en las particularidades y las seducciones del espacio digital en sus diferentes características estéticas, documentales y comunicativas.

Espacio antropológico

Una cuarta respuesta a la pregunta de cuál es la naturaleza de la identidad de la biblioteca podría consistir en cualidades, actitudes, comportamientos informativos y, más en general, los estados psíquicos de las personas que lo utilizan.

Bibliotecarios

Una quinta hipótesis de respuesta podría individualizar las cualidades que dan origen a la percepción de la identidad en las competencias, actitudes, en las *soft skills* de las bibliotecarias y los bibliotecarios.

De las partes al todo

El objetivo de nuestra investigación, lo mencionamos anteriormente, es armar las piezas del rompecabezas. Por esta razón es necesario pasar de un examen por separado de las partes individuales a una visión integrada, unitaria, tendencialmente integrada, holística que valora el conjunto en lugar de sus componentes individuales. Esta identidad holística no es un concepto simple. En particular, se introducen las "herramientas" que utilizamos durante la percepción e interpretación de la identidad. En realidad, cada una de las hipótesis de respuesta listadas arriba es fragmentada y parcial. La identidad de la biblioteca no se encuentra en una de sus partes componentes, examinada en su singularidad particular. Lo que se necesita, cuando se trata de "identidad" y "biblioteca", es una mirada panorámica que al menos se mueve en la perspectiva de una visión sintética y, en un sentido general, holística. Los personajes de la Figura 3 muestran el tipo de "mirada" panorámica que se puede usar para "ver" la Tianjin Binhai Library, diseñada por los arquitectos MVRDV.



Figura 3. Biblioteca de Tianjin.

Fuente: <https://www.archdaily.com/882819/tianjin-binhai-library-mvrdv-plus-tianjin-urban-planning-and-design-institute>

Modelos, metáforas, arquetipos

La identidad se hace visible mediante el uso de varias herramientas estéticas y cognitivas, que utilizamos para la percepción e interpretación de la biblioteca. El primer elemento es el "modelo" que nos permite reducir y simplificar la complejidad del objeto percibido. La literatura sobre el concepto de "modelo" es naturalmente muy amplia. Para una discusión

general del concepto es útil referirse a la cuidada voz enciclopédica escrita por Giulio Giorello para la *Enciclopedia Einaudi* (Giorello, 1980). Igualmente, las interesantes consideraciones propuestas por Alberto Salarelli, en relación con la aplicación del concepto de modelo al campo de la biblioteconomía (Salarelli, 2015 y 2016), y finalmente el dossier monográfico de *Biblioteche oggi Trends*, 4 (2018), n.1, titulado “I modelli biblioteconomici”, con especial referencia a Galluzzi y Salarelli (2018) a Vivarelli (2018) y Neri (2018).

Al lado del modelo hay “metáforas” visuales y verbales, con las cuales hacemos que el punto de vista se use más ampliamente, de esta manera aumentamos las posibilidades de conocer el objeto al que se dirige nuestra percepción. Finalmente, debajo de los modelos y metáforas, está la capa de “arquetipos”, en la que se condensan los valores y los significados arcaicos y originales. Los modelos, metáforas y arquetipos son, por lo tanto, las formas en que la identidad se representa, se comunica, se percibe. La identidad de la biblioteca es el resultado de la integración en una red compleja de modelos, metáforas y arquetipos que conectan elementos que de otra manera serían granulares y fragmentados, como las piezas de un rompecabezas. La identidad de la biblioteca es, por lo tanto, la “idea” enraizada en la “forma” que identificamos para denotar la capacidad de la biblioteca de organizar y comunicar conocimientos a través de ella. De esta “idea”, del lado de la percepción individual y social, las impresiones y rastros individuales y sociales pueden buscarse y, a veces, encontrarse.

Lo que se necesita entonces, llegado a este punto del camino, es una redefinición del perfil disciplinario de la biblioteconomía, que puede insertar estos principios en sí misma y hacer que se conviertan en metodologías y prácticas de gestión concretas. Resulta de hecho evidente que las oscilaciones semánticas en cuanto al término “biblioteca” se manifiestan también en el significado del perfil teórico de la disciplina de la que la biblioteca se ocupa.

Por este motivo, se constituyen expresiones atestiguadas en la literatura científica y profesional como “biblioteconomía digital” (Jacsó, 2000), “participativa” (Lankes, 2007), “documental”, “gestional”, “social” (Solimine y Faggiolani, 2013, Lindemann, 2014), en el ámbito hispano-americano, “bibliotecología social” (Civallero, 2018) o “bibliotecología progresista” (Civallero, 2013). Por lo tanto, es necesario un análisis más detallado para tratar de reconocer el perfil teórico y metodológico de la “biblioteconomía social”.

A la búsqueda de la Biblioteconomía Social

Reorganizamos entonces las expresiones utilizadas que hemos comentado anteriormente para describir las facetas de la identidad de la biblioteca pública y a partir de ellas intentar interpretar el perfil de la disciplina con un análisis, no tan profundo en este momento, de diferentes modelos teóricos que *a priori* son divergentes. Por tanto, esta reorganización de expresiones y facetas de la identidad de la biblioteca pública quedaría de la manera siguiente:

- Espacio/ tercer lugar/plaza/monumento/lugar de conexiones (*Espacio*)
- Hipertexto/memoria/texto (*Colecciones*)
- Conversación (*Usuarios*)
- Empresa/servicios (*Servicios*)
- Derecho/bien común (*Valores, normas, institución*)

Podemos decir que desde los años 80 se vienen produciendo tensiones entre los diferentes modelos teóricos adoptados por la Biblioteconomía. Desde el punto de vista de la llamada *Critical Librarianship* (Buschman, 2003; Lecki, Given y Buschman, 2010) el soporte y contenido de las teorías de carácter social que influyen en la Biblioteconomía como ciencia pueden sintetizarse en tres fundamentalmente: Racionalidad económica/Management, Postmodernismo y Comunicación, girando en torno al concepto de espacio público, bien público, democracia y tecnología.

El punto de vista de la *Racionalidad económica/Management* conceptualiza las ciencias sociales en general y la Biblioteconomía en particular, en términos económicos y cuantitativos. Se produce una tensión entre el capital y el valor social, y entre el bien público y el bien privado. Las instituciones públicas funcionan priorizando la gestión con proyectos privados. El desarrollo de las colecciones se efectúa con criterios económicos. Algunos autores como Buschman (2003) critican el hecho de que cambie la terminología de usuario a consumidor, por ejemplo, o surjan términos propios del capitalismo como Marketing, Impacto, Outsourcing, Fundraising o Gestión de calidad para justificar el servicio de la biblioteca.

Con la influencia del *Postmodernismo*, la tecnología se convierte en el factor clave del dominio de la gestión y del mercado, debido a la influencia de fenómenos sociales como la Globalización. De este modo, la formación de las colecciones se realiza con criterios diferentes a favor de los recursos electrónicos, y los presupuestos de las instituciones se dirigen a las nuevas tecnologías, en concreto, la digitalización. Se cree firmemente en la neutralidad de la tecnología, mientras en realidad el progreso técnico se aleja de lo ético, produciéndose el uso y abuso de la información, la invasión de la privacidad o los problemas con la propiedad intelectual. El espacio de una biblioteca es considerado como un lugar de entretenimiento por encima de un lugar para lectura e investigación (Buschman, 2003).

Bajo el fundamento teórico de la *Comunicación*, surgen nuevos conceptos relacionados con la Teoría del conocimiento como acción comunicativa y esfera pública, sobre todo, emanados de la epistemología del sociólogo Habermas. Como consecuencia, se produce entonces una combinación de economía de mercado y pluralismo democrático, y la gestión de la organización se basa en el diálogo respecto al espacio, las colecciones, los servicios y los valores, donde el conocimiento debe ser entendido en su contexto como pieza fundamental del funcionamiento de una organización, basado en leyes y normas propios de una democracia (Buschman, 2003). Por otra parte, desde este punto de vista, se prioriza el acceso igualitario a la información como valor imprescindible y se hace énfasis en la educación democrática (*critical literacy*) como factor fundamental del papel de las bibliotecas, siendo lo que da lugar fundamentalmente a la consideración de la biblioteca como espacio social.

Modelos teóricos de la Biblioteconomía que adoptan el adjetivo “social”

En la actualidad, podemos decir que existen varios modelos teóricos de la Biblioteconomía como consecuencia de estas fuerzas de pensamiento ya explicadas que adoptan el adjetivo “Social” como parte de su filosofía y gestión. En este momento, nos centramos en la Biblioteconomía basada en el Management, la Bibliotecología progresista o Progressive Librarianship, la Biblioteconomía participativa o Participatory Librarianship y la Biblioteconomía del Bien Común. En todas ellas aparecen representados los tres pilares, economía, política y sociedad, sobre los que se sustenta la disciplina.

La Biblioteconomía basada en el Management, como evolución de esta visión mercantilista que hemos relatado antes, se centra en el conocimiento profundo de la relación de la biblioteca con la sociedad a través de un análisis utilizando técnicas cuantitativas pero que, en su propia evolución, enfatiza las técnicas cualitativas de análisis, como la auditoría social. Centrada en el usuario, va más allá de la satisfacción, tomando como punto principal de su filosofía el contexto y el impacto social y económico. De igual manera, como parte de esta perspectiva, podemos incluir la filosofía y gestión de la calidad unidas a la llamada *Accountability* o rendición de cuentas con aspectos éticos⁴.

⁴ Para más conocimiento de este modelo puede consultarse, Pérez Pulido, Margarita y Vivarelli, Maurizio (eds.). *The Identity of the Contemporary Public Library*.

La Bibliotecología Progresista o Progressive Librarianship, se centra en el activismo socio-político (Samek, 2008; López, 2008; Civallero, 2013; Lindeman, 2014) y la obligación de justicia social en relación con los grupos minoritarios. Implica un rechazo a aplicar conceptos empresariales en las bibliotecas a favor de una gestión más social, con apuntes de activismo político en los diferentes grupos de interés, sobre todo, en los profesionales.

La Biblioteconomía participativa o Participatory Librarianship, surge de la aplicación de la Teoría de la Conversación por Lankes (2011) en la reciente creación de su propia teoría de la biblioteconomía, donde señala la importancia del diálogo y la libertad de expresión que acoge todos los puntos de vista divergentes, y considera el concepto de usuario como comunidad que participa en la gestión de la biblioteca. Su teoría antepone las relaciones entre personas a las transacciones de una biblioteca (colección, edificio) y aboga por subrayar el concepto de “Bienestar” desde principios y valores éticos de la institución, no tanto desde la gestión de calidad sino en la implementación de políticas, siendo los bibliotecarios proactivos en la política de la comunidad.

La Biblioteconomía basada en el Bien Común, parece que puede ser algo intrínseco a lo que debe ser esta ciencia, pero en la actualidad se convierte en algo más explícito debido a la fuerza de la reciente Teoría de la Economía del Bien Común (Felber, 2017). Esta teoría se basa, en general, en la idea del pensamiento económico conectado con el contexto cultural-ético, político-administrativo y natural-ecológico. En consecuencia, el concepto de “Sostenibilidad”, ya aparecido aunque con menos impulso en los modelos anteriores, cobra protagonismo en una idea y gestión conjunta, en una organización determinada, de la ley, la ética, la economía, la sociedad y el medio ambiente. Los usuarios participan y asumen responsabilidades, por ello es importante la Educación (*Literacy*), y los diferentes grupos de interés de la institución se comprometen de acuerdo a unos valores éticos (igualdad, libertad, justicia social, solidaridad) percibidos en conjunto. Este modelo recupera la filosofía de la calidad y gestión sostenible (responsabilidad social, certificación, auditoría social, informe de sostenibilidad) pero, en este caso, con el objetivo de medir el rendimiento ético además del monetario en un enfoque sistémico, donde conviven bienes públicos y privados, y donde la cooperación se considera un valor frente a la competitividad.

Conclusiones

En nuestra búsqueda de la Biblioteconomía Social como disciplina, han aparecido diferentes modelos que en la actualidad adoptan el adjetivo “social” con diferentes perspectivas. La Biblioteconomía Social, por tanto, concilia y asume los modelos teóricos existentes, provenientes de las ciencias sociales, sobre todo, a partir de los años 80 del siglo XX, para centrarse en el Bien Común y la Sostenibilidad, con un modelo de gestión tendente a lo social, ético, participativo y a la innovación, que se materializa en metodologías y prácticas de gestión concretas. No se opera fuera del contexto del Management, aunque los factores de medición cambian (Buschman, 2003; Lankes, 2011; Anglada, 2014; Felber, 2017) y se exige la participación de todos los grupos de interés en un contexto determinado que influye notoriamente, donde los movimientos sociales y políticos deben estar presentes, no como únicos, sino abogando por un respeto a la libertad de expresión y otros valores éticos, con los que todos los grupos de opinión se sienten identificados y participan en la construcción de la biblioteca en su contexto como eje principal del aparato teórico biblioteconómico.

Finalmente, nos gustaría establecer una diferencia entre la disciplina de la “Biblioteconomía Social” como teoría y modelo de gestión y la “Biblioteca Social” como identidad reconstruida de la biblioteca pública contemporánea, tal y como ya lo hicieron en su momento autores como Buschman (2003), Galluzzi (2016) o Di Domenico (2017). En este sentido, creemos que una “Biblioteca Social” es aquella que surge como bien social público, conectada democráticamente a su comunidad a través del diálogo y la participación, que

cuenta con espacios de funciones diferentes y espacios alternativos a la cultura dominante, con una oferta cultural diversificada, gestionada bajo los principios de la calidad y la sostenibilidad como evolución del Management, y cuya gestión se fundamenta en los principios teóricos de la disciplina de la “Biblioteconomía Social”.

Referencias bibliográficas

Agnoli, Antonella (2009), *Le piazze del sapere: biblioteche e libertà*. Roma-Bari: Laterza.

Anglada, Luis (2014), “Are libraries sustainable in a world of free, Networked, Digital information?”, *El profesional de la Información*, 23(6), 603-611. Consultado el 12-10-2018, disponible en <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2014.nov.07>.

Associazione italiana biblioteche (AIB), Gruppo di studio sulle biblioteche digitali (2005), *Manifesto per le biblioteche digitali*. Consultado el 12-11-2018, disponible en <http://www.aib.it/aib/cg/gbdigd05a.htm3>.

Bisbrouck, Marie-Françoise *et al.* (eds.) (2004), *Libraries as Places: Buildings for the 21st Century*. Munich, K.G.: Saur.

Buschman, John E. (2003), *Dismantling the Public Sphere: situating and sustaining Librarianship in the Age of the New Public Philosophy*. Westport, C, London: Libraries, Unlimited.

Civallero, Edgardo (2013), “Aproximación a la bibliotecología progresista”, *El Profesional de la Información*, 22(2), 155-162. Consultado el 14-10-2018 en, disponible <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2013/marzo/10.html>.

Civallero, Edgardo (2018), “La bibliotecología social está en la calle”, *Bibliotecario: un blog de Edgardo Civallero*, Consultado el 30-11-2018, disponible en <http://bibliotecario.blogspot.com/2014/07/bibliotecologia-critica-y-progresista.html>. (Pre-print).

De Poli, Aldo (2007), “Tra monumento e macchina. Alla ricerca della biblioteca ideale”, in *Made in Italy: architettura di biblioteche, biblioteche di architettura: atti delle nove giornate di studio del CNBA*, Napoli, 23-25 giugno 2005, a cura di Serena Sangiorgi, Roma: CNBA Coordinamento nazionale di architettura, 37-44.

Di Domenico, Giovanni (2009), *Biblioteconomia e culture organizzative: la gestione responsabile della biblioteca*. Milano: Editrice Bibliografica.

Di Domenico, Giovanni (2017), “Leggere lo spazio della biblioteca”. *AIB Studi*, 57(3), 523-541. Consultado el 14-10-2018, disponible en <http://aibstudi.aib.it/article/view/11702>.

Faggiolani, Chiara; Solimine, Giovanni (2013), “Biblioteche moltiplicatrici di welfare: verso la biblioteconomia sociale”, *Biblioteche oggi*, 31(3), 15-19.

Felber, Christian (2017), *La economía del Bien Común*. 3ª ed. Barcelona: Deusto.

Galluzzi, Anna (2011), “Biblioteche pubbliche tra crisi del welfare e beni comuni della conoscenza: rischi e opportunità”, *Bibliotime*, 14(3). Consultado el 12-11-2018, disponible en <http://www.aib.it/aib/sezioni/emr/bibttime/num-xiv-3/galluzzi.html>.

Galluzzi, Anna (2016), “Scenari e contesti: le parole della biblioteconomia”, in Maurizio Vivarelli, *A partire dello spazio, lo spazio della biblioteca: punti di vista e profili di interpretazione*. Milano: Ledizioni.

Galluzzi, Anna; Salarelli, Alberto (2018), “Dialogando sui modelli”, *Biblioteche oggi Trends, I modelli biblioteconomici*, 4(1), 4-11.

- Giorello, Giulio (1980), “Modello”, *Enciclopedia*, Torino: Einaudi, 9, 383-422.
- Gorman, Michael (2000), *Our Enduring Values: Librarianship in the 21st Century*. Chicago; London: American Library Association.
- Jacquet, Amandine (2018), *La biblioteca come luogo terzo*. Milano: Ledizioni.
- Jacsó, Péter (2000), “What is digital librarianship?”, *Computer in Libraries*, 20(1), 54-55.
- Lankes, David R. (2007), *Participatory Librarianship*, Presentation to OCLC, Dublin, OH. Consultado el 14-10-2018 en <https://davidlankes.org/participatory-librarianship/>.
- Lankes, David R. (2011), *The Atlas of New Librarianship*. Cambridge, Mass.: MIT.
- Leckie, Gloria J.; Given, Lisa M.; Buschman, John E. (eds.) (2010), *Critical Theory for Library and Information Science: exploring the Social from Across the Discipline*. Santa Barbara, Oxford: Libraries Unlimited.
- Lindemann, Catia R. (2014), *A busca pela biblioteconomia social por meio da Ciência da Informação*. Universidade Federal do Rio Grande. Consultado el 14-10-2018, disponible en <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6000/BIBLIO%20SOCIAL.pdf?sequence>.
- Lindemann, Catia R. (2015), *Biblioteconomia social: missão bibliotecária*, Mural interactivo do bibliotecário. Seção Biblioteconomia social, 9 junho 2015. Consultado el 14-10-2018, disponible en <https://muralinterativodobibliotecario.blogspot.com/>.
- López López, Pedro (2008), “El mito de la neutralidad en Biblioteconomía y Documentación”, *Educación y Biblioteca*, 166 (julio-agosto), 62-68.
- Manguel, Alberto (2007), *La biblioteca de noche*. Madrid: Alianza.
- Melot, Michel (2004), *La sagesse du bibliothécaire*. Paris: L'Oeuil Neuf Édition.
- Neri, Franco (2018), “Campo di tensioni”, *Biblioteche oggi Trends, I modelli biblioteconomici*, 4(1), 23-36.
- Pérez Pulido, Margarita (2017), *Ethics Management in Libraries and Other Information Services*. Cambridge: Chandos Publishing.
- Pérez Pulido, Margarita; Vivarelli, Maurizio (eds.) (2016), *The Identity of the Contemporary Public Library: principles and methods of analysis, evaluation, interpretation*. Milano: Ledizioni.
- Reardon, Siobhan (2018), “Changing focus: The Free Library as a public service”, *Al Día*. Consultado el 12-11-2018, disponible en <http://aldianews.com/articles/leaders/changing-focus-free-library-public-service/53383>.
- Ridi, Riccardo (2007), *La biblioteca come ipertesto: verso l'integrazione dei servizi e dei documenti*. Milano: Editrice Bibliografica.
- Salarelli, Alberto (2015), “Per un critica del concetto di modello in biblioteconomia”, *Biblioteche oggi Trends*, 1(1), 99-208.
- Salarelli, Alberto (2016), “Towards a Critique of the Concept of Model in Library Science”, in Margarita Pérez Pulido; Maurizio Vivarelli (eds.) (2016), *The Identity of the Contemporary Public Library: principles and methods of analysis, evaluation, interpretation*. Milano: Ledizioni, 153-168.
- Samek, Tony (2008), *Biblioteconomía y derechos humanos: una guía para el siglo XXI*. Gijón: Trea.

Vivarelli, Maurizio (2016), “Lo spazio della biblioteca. Punti di vista e prospettive di interpretazione”, in Maurizio Vivarelli (ed.) *A partire dallo spazio. Osservare, pensare, interpretare la biblioteca*. Milano: Ledizioni, 11-52.

Vivarelli, Maurizio (2018), “Parlare d’altro: i fatti della biblioteca e la loro interpretazione”, *Biblioteche oggi Trends, I modelli biblioteconomici* 4(1), 12-22.

Como envolver a comunidade com a Biblioteca através da arte?

Maria Manuel Alves Rijo,¹ Biblioteca Municipal Ary dos Santos, Câmara Municipal de Loures
maria_rijo@cm-loures.pt

Resumo: A Biblioteca Municipal Ary dos Santos, em dois anos de abertura ao público, constituiu diversos grupos/comunidades em torno de vários projetos, apresentando-se como um espaço de conhecimento, cultura, de encontro e diálogo com os cidadãos. A estratégia de ação tem sido a de envolver a comunidade com a Biblioteca através da arte, promovendo a aprendizagem ao longo da vida, apostando na experimentação de diversas artes, ao mesmo tempo que proporciona espetáculo culturais.

Palavras-chave: arte, cultura, leitura, partilha, cidadania cultural.

Introdução

Em contraciclo, alguns Municípios, têm desenvolvido políticas culturais e de leitura pública nos seus concelhos. Disso, é exemplo o Município de Loures.

A Biblioteca Municipal Ary dos Santos em Sacavém, concelho de Loures, em 2 anos de abertura ao público, tem mais de 140 000 visitantes. A estratégia de ação tem sido, a de trazer a comunidade à biblioteca através da arte, promovendo a aprendizagem ao longo da vida, apostando nas literacias digitais e artísticas e, criando grupos de interesses, incentivando-os a permanecerem ligados a outras atividades.

São intervenientes, as Associações culturais e recreativas, a comunidade educativa, os artistas, os escritores, a academia, tornando-os apoiantes e promotores da cultura, pretendendo contribuir para uma cidadania cultural.

Nas minhas mãos a madrugada abriu a flor de Abril

José Carlos Ary dos Santos Santos, *in Um homem na cidade* (1989: 29)

Refiro-me a este poema pela sua simbologia – Abril, Democracia e Liberdade. A abertura de uma Biblioteca Pública está associada, de alguma forma, a estas palavras magnas, porque as Bibliotecas Públicas, como as conhecemos, só existem depois do 25 de Abril e são os equipamentos culturais mais democráticos, primeiro porque todos os cidadãos têm acesso livre aos serviços prestados, e também porque eles são gratuitos. Três conceitos políticos, se assim podemos chamar, que dão grandeza às Bibliotecas Públicas, mas também dão responsabilidades, no sentido de que é fundamental, que estas desenvolvam o seu trabalho em interação com a comunidade, assumindo um papel interventivo na sociedade, contribuindo para cidadãos com mais conhecimento e mais cultura. Para que isso aconteça os profissionais têm de ter consciência que é preciso fazer mais, fazer bem, com qualidade e encarar o seu trabalho como um serviço público de excelência.

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Aberta; Licenciada em Ciências da Informação e da Documentação – Minor em Educação e Leitura pela Universidade Aberta; Coordenadora da Biblioteca Municipal Ary dos Santos, desde 2016.

A arte é muito importante em tudo. Comunica noutros planos, junta as pessoas de uma outra forma, comunica com o mundo de maneira diferente.

Mathias Énard (2016)

Esta frase do escritor Mathias Énard é reveladora da importância da arte na vida dos cidadãos. Numa sociedade cada vez mais individualista, a arte poderá ser um caminho agregador, porque proporciona bem-estar, aprendizagem ao longo da vida, sociabilidade e finalmente cultura. Daí que as Bibliotecas Públicas poderão encontrar na arte um caminho, de entre tantos, que poderá juntar as pessoas em torno de uma motivação que poderá confluir no interesse pela cultura.

A arte é uma expressão do artista, e poderemos sempre ver o artista como um cidadão comum predisposto a aprender técnicas expressivas e desafiantes para o seu intelecto. É admissível que todos possamos ter talento ou talentos, em qualquer idade. Quero com isto dizer que independentemente da nossa idade ou formação académica, todos podemos ser capazes de nos exprimirmos em qualquer arte. Teremos de experimentar para saber daquilo que somos capazes de aprender e de nos expressarmos esteticamente.

A arte poderá assim ser vista como um bem que nos proporciona prazer, mas também um bem ou uma necessidade de interação com os outros, a comunidade, a consciência de como somos seres individuais. Cada homem, um artista (Beuys, 2011), mas com capacidade de se dar e de contribuir para algo comum.

Sendo uma atividade prazerosa, que nos faz bem enquanto seres humanos e sociais, ela pode ser decisiva para a formação do cidadão, numa sociedade cada vez mais materialista e tecnológica. É quase imprescindível e até urgente a procura da arte como alternativa à rotina quotidiana, numa aprendizagem constante e benéfica, com vista ao equilíbrio físico e mental do ser humano (Benjamin, 1998).

As Bibliotecas Públicas poderão afigurar-se como os equipamentos onde tudo acontece em torno da arte. A arte é conhecimento (Azevedo Junior, 2007) e nessa perspetiva, podem assumir-se como equipamentos culturais capazes de intermediar e facultar esse conhecimento. Elas têm a possibilidade de trazer para o seu meio pessoas que procuram, em primeiro lugar, o bem-estar e o prazer do saber fazer ou de saber mais, e em segundo lugar saber envolvê-las em projetos com essas características. A literatura, a pintura, o teatro, o cinema, a dança, contribuem para uma maior riqueza intelectual do ser humano, para a sua formação cidadã, tornando-o um ser mais capaz, mais crítico e interventivo na sociedade em que vive.

A aprendizagem ao longo da vida permite uma possibilidade de crescimento intelectual, preparando-o para a alteridade, porque mais capacitado para trabalhar com o outro, expressando-se e possibilitando uma atividade conjunta, que permita dizer “nós fomos capazes” dessa expressividade em torno de um objetivo comum, colaborando com um equipamento de proximidade, como é a Biblioteca Pública. “A relação estabelecida com uma comunidade comprometida com o seu próprio desenvolvimento configura um impacto duradouro e combatente” (Lucas, 2015: 63). Esta ideia é essencial à prossecução de objetivos maiores, como por exemplo, contribuir para uma cidadania ativa, através da arte.

Numa sociedade envelhecida, a participação de cidadãos seniores em atividades de carácter artístico, vai influenciar uma forma diferente de nos situarmos face à vida e à mudança de comportamentos, desde logo, no tratamento de diversas doenças de cariz depressivo. Contribui para uma maior autoestima e afirmação na sociedade enquanto indivíduo.

Combate o isolamento, contribuindo para a socialização do indivíduo. A arte pode ser importante aliada na recuperação da saúde mental e já é encarada na psicologia como uma coadjuvante.

Nem todos conseguimos frequentar uma escola de arte – mas todos somos capazes de pensar criativamente.

Rod Judkins (2016)

A arte tem um enorme potencial na educação, na reflexão e no pensamento. Ao criarmos, pensamos, desafiamos a imaginação que, por sua vez, permite o ato da criação. É, portanto, importante para todos, desde as crianças até aos mais idosos.

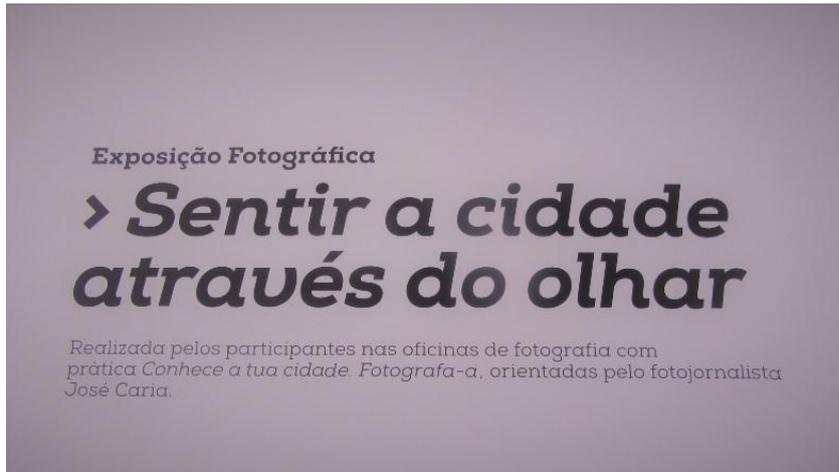
A fruição do prazer, mas também o esforço, estão presentes no processo criativo e lúdico (...). Desta forma, o diálogo permanente entre educação, arte, comunicação, ludicidade, criatividade, permite a autoconstrução estética do mundo, (...). E tudo começa no interior de cada pessoa. A expressão é potenciada pela interação de um mediador (Lucas, 2015: 52).

No caso, o mediador pode ser a Biblioteca Pública que assume, um papel vanguardista, de chamar as pessoas ao encontro e ao diálogo, realçando que, nos dias hoje, elas se encontram afastadas das Associações culturais e de outras, e que necessitam desse espaço de fruição, mas também de partilha.

Esta ideia surgiu de atividades realizadas na Biblioteca Municipal Ary dos Santos, primeiramente com a ideia de convidar as pessoas a envolver-se com a Biblioteca Municipal, no caso através da arte fotográfica que se assumiu como ideal para iniciar este projeto. A parceria com o fotojornalista José Caria, da revista *Visão* e do jornal *Expresso*, jovem residente na cidade de Sacavém, possibilitou a realização de oficinas – *Conhece a tua cidade. Fotografa-a* – que permitiram que durante sete semanas os participantes pudessem aprender a técnica de fotografia digital e pusessem em prática esta arte, através da experimentação, com três percursos pela cidade de Sacavém. Grupo heterogéneo e intergeracional, entre os 23 e 81 anos, os participantes puderam experimentar as aprendizagens, empregando o seu talento artístico neste trabalho que resultou numa exposição fotográfica na Biblioteca Municipal Ary dos Santos. Este exercício estético, por avaliação empírica, leva-nos a tirar conclusões positivas no que respeita ao envolvimento do cidadão com a noção de que a Biblioteca também é sua. O efeito que produz ao nível da autoestima é incomensurável, porque puderam expor os seus trabalhos. Finalmente, a componente social é frutífera para o bem-estar enquanto indivíduo social.



Oficinas de fotografia com prática (Foto: Câmara Municipal de Loures)



Exposição *Sentir a cidade através do olhar* (Fotografias: Maria Rijo)

Esta experiência veio demonstrar que este poderá ser um caminho a percorrer, com um sentido bem definido, constituindo uma estratégia capaz de tornar a Biblioteca Pública num centro cultural e comunitário, no sentido da sua utilização.

A arte vem da vida. [...] A arte é um privilégio, uma bênção, uma consolação.

Louise Bourgeois (1998: 164)

A arte vista como um privilégio que a Biblioteca Municipal pode oferecer à comunidade, chamando a si a responsabilidade de ter iniciativas culturais, que incentivem ao gosto pela arte ou artes. Conhecer e motivar para o gosto, constitui uma consolação do indivíduo. As Bibliotecas Públicas podem e devem ter a iniciativa de proporcionar à comunidade o prazer de ver, sentir e participar nela, através da experimentação ou simplesmente do ponto de vista da sua fruição.

Promover a leitura é o papel ou um dos papéis fundamentais de uma Biblioteca Pública, porque é através dela que incentivamos ao conhecimento e à formação dos cidadãos. “A leitura, os cinemas constroem imagens que misturadas com milhares de outras imagens vão

produzir qualquer coisa” (Tavares, 2011). É isso que é preciso fazer, proporcionar às pessoas a construção das suas imagens, impulsionadoras de individualidades mais criativas.



**Alunos do Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro assistem a uma sessão de cinema.
(Fotografia: Maria Rijo)**

Crianças, alunos do agrupamento de escolas Eduardo Gageiro, em Sacavém, assistiram a sessões de cinema na Biblioteca Municipal Ary dos Santos. Esta é uma parceria com o Play – Festival Internacional de cinema Infantojuvenil que envolve três entidades e que proporciona a muitas centenas de crianças a possibilidade de ver cinema e participar em ateliês ligados a esta arte.



Animação “A Menina do Mar” de Sophia de Mello Breyner Andresen (Fotografia: Maria Rijo)

A leitura encenada de um texto constitui uma mais-valia para despertar as crianças e família, no geral, para o interesse pelos livros e pela leitura. As animações para todas as famílias estão integradas no projeto “Tardes Mágicas” e decorrem aos sábados à tarde, na Biblioteca Municipal.

Estes dois exemplos de atividades artísticas são um veículo de expressão para as crianças que participando nestas atividades na biblioteca através da escola ou da família, possibilitam experiências enriquecedoras e capazes de revelar interesses e sentimentos por parte das crianças e de gerar proximidade com a Biblioteca.

No caso do público adulto, outros projetos têm-se consolidado e mostrado como a arte é potenciadora de comportamentos de simpatia de grupo e de partilha. Um exemplo é o Projeto Comunidade de Leitores que traz as pessoas leitoras à leitura, à conversa, à reflexão sobre obras literárias, mas mais do que isso, à socialização, ao convívio rico e saudável. O compromisso da leitura com outras formas de arte tem sido estimulante a outros níveis. Tem possibilitado palco a jovens talentos das associações culturais e recreativas do concelho, mas não só. Tem trazido jovens a esta atividade de leitura, numa tentativa de mostrar que as artes se entrecruzam, se acrescentam e nos completam como pessoas. Esta é a lógica de que todos somos úteis e que todos poderemos construir algo de belo. As palavras sempre se deram bem com outras artes. Os jovens são intervenientes em clubes de leitura, por via de outras artes. Mas é isso que poderá despoletar pensamento(s) de união entre todos os intervenientes nas artes.



**Eunice Barbosa (aluna da Academia Sons & Harmonia), sessão Comunidade de Leitores de 11-01-2018
(Fotografia: Câmara Municipal de Loures)**



**Rapper Dave Wolf, no encontro com o escritor Sandro William Junqueira de 9-6-2018
(Fotografia: Maria Rijo)**

Dois exemplos de jovens talentos nas suas artes, no primeiro caso, uma aluna de música, no género jazz, da Academia Sons & Harmonia de Loures e a atuação de um jovem rapper, morador do bairro de habitação social, Quinta do Mocho, em Sacavém. Duas sessões dedicadas à literatura, a primeira na Comunidade de Leitores e a segunda na apresentação dos romances pelo autor, o escritor Sandro William Junqueira, onde as histórias ficcionadas se cruzaram com as histórias de vida de um jovem com vivências no bairro social.

Com um patrono poeta – José Carlos Ary dos Santos –, poeta das canções como é conhecido, não poderíamos deixar que a poesia, de um modo geral, não entrasse pela porta da Biblioteca Municipal. Pretendíamos aproximar as pessoas, começando pelas que conheciam o poeta e a sua poesia. E depois, fomos apostando numa oferta cultural ligada à poesia, com espetáculos e recitais, onde a palavra poética tem sido ouvida. E hoje são muitos e de todas as idades os que ouvem poesia e se familiarizam com os poetas portugueses e estrangeiros.

Como escreveu Eugénio de Andrade em *Rosto Precário* “são as palavras, a luz e o calor que de umas às outras se comunicam” (2015: 20). Também poderemos aplicar este pensamento poético às pessoas, ou seja, a arte em forma poética poderá trazer essa luz e calor, desencadeando nelas o prazer de estar, de escutar e sentir a poesia. Provocando sentimentos muitos fortes, desencadeia-se o gosto pela palavra poética e por essa arte tão perfeita que é a poesia.



Pedro Lames, espetáculo “Entre Nós e as Palavras”, de 4-6-2017 (Fotografia: Maria Rijo)

Pedro Lames, *diseur*, comemorou connosco o 1º aniversário da BMAS. Recordo sempre a menina de 12 anos, Ana, que assistiu com a mãe ao Recital de Poesia “Entre Nós e as Palavras” porque ambas o conheciam das telenovelas. Hoje, Ana tem 13 anos e afirma-se como uma apaixonada pela poesia.

Este é um exemplo do que a arte pode provocar nas pessoas. Elas poderão ser humanizadas pela arte, seja a poética ou outra. Investir na arte é com certeza, um caminho que as Bibliotecas Públicas poderão fazer, porque as artes revelam o melhor do ser humano.

Conclusão

A arte, a sua aprendizagem, experimentação e exposição, seja ela qual for –, a fotografia, o canto, a dança, a poesia ou outra –, poderá ser um tempo de lazer, mas poderá igualmente ser um tempo de liberdade, fundamental ao ser humano para que se desenvolva enquanto cidadão participativo, e em última análise, um bem imaterial adquirido.

As Bibliotecas Públicas devem ser incentivadoras, programadoras e mediadoras das artes, porque elas são socializadoras. Combatem o isolamento dos cidadãos e permitem soltar a imaginação, criando ainda a partilha de ideias e respeito pelas opiniões do outro. Apoiam o direito à diferença, ao pensamento livre e têm um carácter interventivo do ponto de vista do conhecimento.

Esta estratégia de ação consignada no Plano Estratégico Municipal – Área das Bibliotecas, tem-se revelado positiva, tendo em consideração a análise de dados estatísticos e dados subjetivos. Os números podem refletir uma tendência ou mudança na atitude das Bibliotecas Públicas face aos cidadãos. O número de visitantes, em 2 anos - 140 000 -, é bastante superior ao número de inscritos – 1 298. Podemos estar perante uma mudança de paradigma, em razão do trabalho desenvolvido estar focalizado nas pessoas e não nos livros e, nesse sentido, o espaço da biblioteca passar a ser um local de utilização/participação ativa das pessoas nas atividades culturais e outras que lhes são proporcionadas.

O diálogo de uma obra com cada um de nós é sempre a descoberta de uma plenitude que mal suspeitávamos haver ou de uma agonia que ignorávamos a que ponto fosse nossa.

Eugénio de Andrade (2013: 111)

A arte leva ao conhecimento e à cultura e por isso contribui para que os cidadãos da comunidade onde a Biblioteca Pública se insere e de outras, por opção, tenham um envolvimento salutar na vida em sociedade. A arte numa Biblioteca Pública pode ser inclusiva, porque a biblioteca é para todos e os seus serviços e iniciativas são gratuitos, permitindo que todas as pessoas possam usufruir da cultura de igual modo.

As Bibliotecas Públicas têm tido um papel fundamental no desenvolvimento humano e na coesão social. Continuam a palmilhar um caminho que não sendo fácil, continua a ser importante, o da promoção da leitura. Aliando a promoção da leitura a outras artes, sabemos que podemos contribuir para cidadãos mais felizes e mais cultos, interessados e que usufruam de uma cidadania cultural profícua para a sociedade em que vivemos.



Recital de poesia de Lorca por Sinde Filipe e Pedro Jóia, 2018

Há futuro numa Biblioteca, nas cordas da guitarra de Pedro Jóia e nas palavras do poeta Federico García Lorca, ditas por Sinde Filipe (na imagem abaixo), se soubermos dialogar com as pessoas da comunidade, somos capazes de manter as bibliotecas vivas.

Referências bibliográficas

Andrade, Eugénio (2013), *Afluentes do silêncio*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Andrade, Eugénio (2015), *Rosto precário*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Azevedo Júnior, José Garcia de (2007), *Apostila de arte: artes visuais*. São Luís: Imagética Comunicação e Design.

Benjamin, Walter (1998), *The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction*. Marxists Internet Archive. Consultado a 09.12.2018, disponível em <http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/benjamin.htm>

Beuys, Joseph (2011), *Cada homem um artista*. Porto: 7 NÓS.

Bourgeois, Louise (1998), *Destruction of the father: Reconstruction of the Father*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Câmara Municipal de Loures (2017), *Plano Estratégico Municipal – área de bibliotecas*, 2017.

Câmara Municipal de Loures (2017), *Relatório de atividades da Biblioteca Municipal Ary dos Santos*.

Énard, Mathias. (2016), Nem sempre percebemos que todos somos globalizados, entrevista de Rita Silva Pereira. *Observador*. Consultado a 09.12.2018, disponível em <https://observador.pt/especiais/mathias-enard-nem-sempre-percebemos-que-todos-somos-globalizados/>.

Judkins, Rod (2016), *A arte do pensamento criativo*. Lisboa: Temas e Debates.

Lopes, Conceição, Lucas, Ana Galvão e Pais, Natália (2015) *E a estética onde fica? - Conversas sobre arte e educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Santos, Ary dos (1989), *As palavras das cantigas*. Lisboa: Avante.

Tavares, Gonçalo M. (2011), *Entrevista de Anabela Mota Ribeiro*. Consultado a 09.12.2018, disponível em <https://anabelamotaribeiro.pt/62336.html>.

Do privado ao público: a biblioteca pessoal e suas metamorfoses

Débora Dias,¹ CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa /CEIS XX-Universidade de Coimbra
deboradm@gmail.com

Resumo: Às destruições, dispersões e formações de novos acervos, a biblioteca se difunde com tipologias que convivem e acompanham as mundividências das sociedades no tempo, como também o mutável, o precário, o que resiste nas bordas e que é menos visível. Partindo de uma reflexão global sobre a história da biblioteca no Ocidente, esta comunicação se propõe a discutir os elos entre a formação e o destino de bibliotecas privadas com o espaço público, incluindo sua inserção nas políticas culturais. Para isso, irá se aprofundar em um estudo de caso que, chegando aos dias atuais, tem seus momentos-chaves durante o Estado Novo português (especialmente nos anos 1950).

Nesse contexto, será analisado mais verticalmente o caso da biblioteca de Joaquim de Carvalho (1892-1958), filósofo, historiador, professor, ex-diretor da Biblioteca da Universidade de Coimbra e da Imprensa da mesma Universidade, até o seu fechamento por Salazar (1934). Considerada aqui como obra construída, numa dimensão autobiográfica, a biblioteca de Carvalho suscita diferentes questões em dois momentos: durante a vida do seu autor, com ênfase na formação de alguns dos principais núcleos; e após o falecimento de Carvalho até a compra da biblioteca pelo Estado português (1979) e incorporação ao patrimônio da Universidade de Coimbra, onde hoje se encontra.

Palavras-chave: bibliotecas pessoais, acervos públicos, Estado Novo, Joaquim de Carvalho, Universidade de Coimbra.

A Biblioteca é, por excelência, o lugar dos lugares da memória escrita. Na visão de Jorge Luís Borges, quando chegou o momento de se proclamar que a Biblioteca abriga todos os livros, logo todos os saberes da humanidade, em todas as línguas e variações possíveis, a primeira impressão foi de grande felicidade. “Todos os homens se sentiam senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse: nalgum hexágono. O Universo estava justificado, o Universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas da esperança” (Borges, 2013: 80). No entanto, mesmo quando todos os livros finalmente estavam reunidos, o enigma da biblioteca não cessou e à “desaforada esperança” sucedeu a profunda depressão. Em algum lugar da biblioteca, que abrigava todas as variações e combinatórias linguísticas, haveria livros preciosos, mas inacessíveis por desconhecidos, perdidos, diluídos em um todo inalcançável.

¹ Investigadora integrada do Centro de Humanidades (CHAM-FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, colaboradora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS XX) da Universidade de Coimbra. Doutora em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma instituição. Tem experiência na área de História e Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: história editorial, história social da leitura, história dos intelectuais e das instituições, intercâmbios luso-brasileiros, intelectuais e Estado Novo. Este artigo foi, em parte, realizado com apoio de uma bolsa de doutorado pleno da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil.

A Biblioteca de Babel, interminável, labiríntica, de galerias hexagonais, contada pelo escritor argentino em 1941, incorporou a força do mito da universalidade, que participa do próprio conceito de biblioteca na história do Ocidente e do seu sonho de alcançar uma *mathesis universalis*. É a biblioteca que conjuga futuro e passado em sincronia, por conservar aquilo que foi e é a possibilidade de continuação qualitativa da humanidade. É espaço onde pensamentos de origens diversas, próximos ou distantes, são reunidos. É projeto, é instituição, é manifestação de poder, que comporta o desejo universalista com os imperativos da matéria e as tensões da seleção, o impulso à acumulação da memória com a inevitabilidade do esquecimento. Em síntese, pretende-se que ela seja eterna, embora traga consigo o temor permanente da sua própria destruição.

O paradigma alexandrino

É na cidade egípcia de Alexandria, ponto de encontro entre culturas no século III a.C, que se firma o modelo de todo projeto ocidental de reunião da memória escrita e da escrita como *ars memoriae*.²² Diferente de outras bibliotecas da Antiguidade – com funções mais ligadas à guarda da escrita do que à leitura (Goulemot, 2011: 27; Sobrinho, 1990), ou integradas numa escola filosófica, logo mais seletiva e orientada por interesses particulares, como em Atenas –, em Alexandria nasceu a biblioteca de vocação mais universal, porque tornou-se uma decisão de Estado o projeto político e intelectual de adquirir todos os livros da terra, presentes ou passados, gregos ou bárbaros (Jacob, 2000: 45-73).

Ressalve-se que a ideia mítica de acumulação de todo saber não é invenção da antiguidade greco-helênica. É a tal ponto um mito primordial que, em algumas concepções, ela seria mesmo anterior a criação do mundo e, portanto, ao aparecimento do livro.³ Mas foi em Alexandria que se firmou o paradigma fundador para as bibliotecas ocidentais principalmente após os desdobramentos desse objetivo inicial, isto é, “os procedimentos intelectuais usados pelos letrados e pelos sábios para dominar essa acumulação e tornar produtiva essa memória absoluta” (Jacob, 2000: 72). Destaque-se aqui a combinação de duas ideias subjacentes a esses procedimentos: a herança, ou melhor, o aprofundamento do conceito de que todo saber se funda no saber precedente; e a noção de que a biblioteca incita ao nascimento e acumulação de novos livros.

Tal afirmação nasce da reunião significativa de volumes manuscritos e se refere não só às cópias de rolos de papiros sob posse de outros donos (que por diferentes modos eram levados para reprodução em Alexandria), como à política de traduções instaurada para se conhecer o pensamento em diferentes línguas (e que mobilizam um número significativo de sábios contratados) e à elaboração de catálogos contendo a relação e descrição dos livros. Refere-se ainda, e principalmente, aos textos criados a partir da combinação de textos antecedentes: sínteses, edições críticas, recortes temáticos, comentários, aprofundamento de conhecimentos existentes, como exemplo, os vindos da análise filológica dos textos e a fixação de uma gramática (Baratin, 2000: 227-233), como também da constituição de bibliotecas disciplinares, utilizadas por geógrafos, mecânicos, médicos, astrônomos. O que fez da biblioteca um lugar de produção da escritura, de *tradução* e de leitura revivificadoras (Riaño Alonso, 2005).

²² Ao tratar dos efeitos da desmemorização que resultaram do alargamento do uso da escrita e do decréscimo do papel instituinte do rito, Fernando Catroga invoca Platão, no *Fedro*, ao caracterizar a invenção da escrita como um *phármakon* ambíguo, que se constituía um remédio eficaz para a preservação da memória, mas também a enfraquecia ao diminuir o esforço mental para a manter, o que fez crescer o recurso à *ars memoriae*. Cf. Catroga (2011: 35).

³ Entre outros, José Furtado (2007: 38), invoca o exemplo da tradição Hindu, onde os Vedas seriam a soma de todo o conhecimento e verdades eternas, espirituais e nunca escritos, sem origem nem fim, vibrações no espaço reveladas pelo sopor do Senhor.

A outra face dessa moeda reside nesta inevitabilidade: reunir livros é igualmente uma prática de produção de seletividades, hierarquizações e olvidos, fazendo do “esquecimento” e da “perda” elementos constituintes “do progresso do pensamento e do saber” (Jacob, 2000: 73). Em suma, a idealizada biblioteca primordial concretizou um modelo em que o recurso às fontes escritas foi predominante e emergiu como instrumento privilegiado da memória.

Na construção de um método de conhecimento e ordenamento dos livros, surge a figura do bibliotecário.⁴ Como instrumento do trabalho científico, não foi por acaso que a paradigmática Biblioteca de Alexandria apareceu integrada ao Museu e ao Laboratório, no coração do palácio real inserido na cidade. E, se não foi uma biblioteca pública na acepção moderna, Jean Marie Goulemot não deixou de frisar que ela o foi no sentido da ampla publicidade da sua existência feita pelo poder.

No entanto, a dimensão encantada da grande Biblioteca, fundada na cidade egípcia que se tornou capital do helenismo na Antiguidade, segue junto à incerteza da sua história, das informações em torno do seu funcionamento, localização, características do acervo e causas da sua definitiva destruição. No que Luciano Canfora considera um problema não de escassez de dados, mas de excesso de fontes contraditórias. Ao largo dessa discussão pluritemática, que se relaciona, entre outros temas, com a constituição das matrizes do cristianismo e do pensamento ocidental, e que inclui tensões que não se esgotam na relação com o Oriente, interessa-nos ressaltar, sobretudo, uma outra dimensão inerente ao sucesso da preservação dos escritos, receio bem sintetizado nos mitos da ruína que acompanham os grandes acervos do saber.

É a biblioteca como pesadelo da destruição, alvo privilegiado por tudo aquilo que ela é e, principalmente, pelo que representa. É a obsessão do irremediável, a iminência do fogo, do esquecimento, da morte (Jacob, 2000: 10). É a memória dos atentados, saques, incêndios, que atingem as grandes coleções de livros. É a metáfora da violência praticada contra as bibliotecas dentro de uma extensa relação de exemplos (Báez, 2009; Polastron, 2014), quer na destruição física de um projeto, de uma crença ou de um símbolo, quer sob os ideais de purificação, alcançáveis pela interdição de obras, pela proibição de autores, pelo descarte de leituras.

Ao depender do lugar e do(s) tempo(s) em que se fala, o livro tanto pode ser apresentado como necessário e libertador, como perigoso e merecedor de depurações estéticas ou utilitárias (Goulemot, 2000: 259). Mas, a biblioteca, como o livro, ao salvaguardar a memória das línguas e das culturas, ao assumirem simbologias e ao transmitirem patrimônios, estão sujeitos ao paradoxo de encontrarem na destruição a demonstração da sua importância. Ou ainda, como alerta Umberto Eco, a ânsia excessiva por conservar e impedir a sua destruição pode tornar o seu acesso tão limitado ao ponto de anular a função pública a que se destina a própria manutenção do acervo (1994).

As metamorfoses da biblioteca

Às destruições, dispersões e formações de acervos, a biblioteca se difunde com tipologias que convivem e acompanham as mundividências das sociedades no tempo, como também o mutável, o precário, o que resiste nas bordas e que é menos visível. Mais ou menos ligadas às funções da leitura e da escrita, são localizadas como públicas, privadas, voltadas à fruição ou de uso profissional, constituídas como memória, demonstração de poder e riqueza, ornamento.

⁴ O método e a ação de bibliotecário do erudito Calímaco de Cirene, em Alexandria, foram destacados por Manguel (2010: 198).

A biblioteca do século XIX aumenta em tamanho e volume, com uma oferta avassaladora de impressos à sua disposição. Foi o momento em que se desenvolveram, igualmente, as grandes bibliotecas universitárias, se alargou a rede de bibliotecas públicas e se ergueram majestosas bibliotecas nacionais, crescimento que nem sempre foi visto com vantagem pelos homens de letras tementes dos efeitos negativos da “avassaladora dispersão bibliográfica” (Pombo, 2011: 174-175).

Em paralelo, frente à necessidade de atualização e especialização do conhecimento, em um momento de emergência do intelectual, assistiu-se à proliferação das bibliotecas mais privadas e personalizadas, com tipologias que também dizem sobre seus usos e seus proprietários: é a biblioteca do jornalista, do escritor, do investigador, do professor, do universitário, do bibliófilo.⁵ Embora centrados no caso francês, Masson e Salvan sublinham que a biblioteca enciclopédica tende a se diversificar em Oitocentos, período em que se identifica o desenvolvimento das bibliotecas universitárias e a criação de anexos populares (1961: 43). Nessa diversificação, não há somente um alargamento dos tipos, mas também uma maior privatização dos acervos.

No campo do ensino, a crescente especialização universitária contribui para que docentes investissem na formação da sua própria biblioteca, espaço de acesso mais assíduo e íntimo com o livro, onde é possível reunir uma bibliografia direcionada aos temas de investigação, com maior liberdade na escolha dos títulos e mais rápida atualização bibliográfica do que suas alternativas públicas e institucionais. São, em geral, bibliotecas não herdadas, caracterizadas por uma aquisição recente e em função dos interesses pessoais e profissionais.

Dito de outro modo, a consolidação e alargamento das bibliotecas universitárias no decorrer do século XIX não anularam, pelo menos nos acadêmicos mais bibliófilos ou nos de maior vocação investigadora, a simultânea formação de bibliotecas privadas e domiciliárias, tanto mais que os poderes públicos nem sempre revelaram possuir recursos e sensibilidade política suficientes para prosseguirem naquela senda. Não obstante as singularidades, essas bibliotecas são expressões mais especializadas do impacto social da revolução *gutenberguiana* e dos processos que aceleraram a secularização do saber, traduzidos no triunfo das línguas vernáculas, no crescimento vertiginoso do impresso e na difusão do livro. Com isto, convocamos a sua inserção num movimento de média duração iniciado pela emergência das “sociedades das letras” e do espírito crítico modernos.

A biblioteca de Joaquim de Carvalho

Se, até agora, interessou-nos, sobretudo, fazer uma caracterização geral da problemática das bibliotecas, do livro e da leitura, tal se deve ao propósito de contextualizar melhor uma biblioteca concreta que, na sua vertente de biblioteca de um universitário e intelectual das primeiras décadas do século XX, sintetiza muito do que se afirmou, incluindo a dimensão autobiográfica do seu edificador e utilizador. Referimo-nos a Joaquim de Carvalho (1892-1958),⁶ Professor da Universidade de Coimbra e cuja “livraria” (termo que o próprio adota como sinônimo da sua coleção) – expressão do seu amor pelo livro e do seu próprio sentido de vida – se tornou, por fama e acesso, numa das facetas mais marcantes do seu modo de

⁵ Para o caso do Rio de Janeiro, Tânia Bessone constata uma ampliação de acervos e instalações de bibliotecas públicas durante as últimas décadas do século XIX e inícios do século XX, assim como a formação de um círculo de leitores bastante eclético na sua composição, formado por jornalistas, literatos, *bons vivants*, *flâneurs*, comerciantes, políticos e boêmios, além de categorias profissionais “mais afeitas aos livros”, com destaque para advogados e médicos que “tinham um trato mais íntimo com bibliotecas” (Bessone, 1999: 20-27).

⁶ Joaquim de Carvalho nasceu na Figueira da Foz em 10 de junho de 1892, filho do comerciante Manuel José de Carvalho (1859-1942), natural de Tomar, e de Ana Ferreira dos Santos (1867-1945), de Pereira do Campo, freguesia de Montemor-o-Velho. Na memória familiar, o pai foi modesto empregado do caminho-de-ferro da Beira Alta, quando, por um acaso ferroviário, conheceu a futura esposa, Ana, que era guarda de linha (Carvalho, 1992: 483-501, 483).

estar na “República das Letras”. Daí que seja pertinente estudar os “livros de Joaquim de Carvalho” na totalidade do seu acervo e não só aqueles que escreveu e publicou.

Em termos mais imediatos, a grande biblioteca do professor de Coimbra corporiza, com as singularidades próprias das suas especializações, o tipo de biblioteca do “homem de letras”, ou melhor, do autor-escritor e, em particular, dos inícios do século XX, da livraria do professor universitário, nesta tríplice função: ler por prazer, para investigar e para ensinar. E, em alguns casos, o surgimento de regimes ditatoriais e de “políticas do espírito”, fez com que algumas delas também espelhem a existência de censura à impressão, importação e circulação de livros, o que lhes confere um valor histórico-cultural acrescido. Demais, a história da sua formação também reflete a relação íntima e recíproca que inevitavelmente se gera entre o criador e o criado, já que, como afirmou Pina Martins (1982:7-8), a pensar no exemplo de Joaquim de Carvalho,

A biblioteca pessoal de um investigador representa não só uma documentação preciosa para ajuizar dos seus interesses histórico-culturais, filosóficos e científicos, mas ainda um instrumento de pesquisa de valor extraordinário: uma tal biblioteca, dado o seu carácter monográfico, é por assim dizer a arquitetura ideal e o lanço estrutural sonhado pelo seu organizador para a obra que, se não conseguiu realizar, pelo menos desejou construir

Nos depoimentos dos contemporâneos, a sua biblioteca é definida como uma livraria-suporte para investigação e docência, mas também como um espaço generosamente aberto ao convívio dos visitantes, incluindo estudantes. Não raro, o Mestre agia como um animador dos jovens espíritos à cata das leituras decisivas. A biblioteca tinha continuidades no gabinete de estudos e era a parte da casa onde se recebia quem chegasse: “Ele estava sempre nesse escritório. Entravam, subiam, os alunos, os colegas, os estudantes, e iam ter com ele no escritório. Tudo lá”, lembrou a filha Dulce, aos 85 anos.⁷

Os livros vinham amiúde parar à mão dos convivas em função da conversa, ou podiam mesmo viajar em empréstimo para o domicílio de alguns dos interlocutores.⁸ Barahona Fernandes, ao consultar antigos alunos, confirmou essa prática: Joaquim de Carvalho “recebia de bom grado em casa os estudantes, discutia com eles, aconselhava-os e emprestava-lhes livros generosamente (Fernandes, 1963: 11)”. E um cronista do jornal *República*, em 1956, tornou pública essas liberalidades: “A sua casa esteve sempre aberta para os que procuram esclarecer dúvidas ou adquirir novos conhecimentos, e os seus numerosos livros, e dos mais variados assuntos, foram sempre emprestados sem reboço de qualquer espécie”.

E já Flausino Torres,⁹ ex-revisor da Imprensa da Universidade de Coimbra e licenciado em Histórico-Filosóficas, em 1935 louvava esse comportamento, lembrando aos adversários do seu professor que “a sua livraria está sempre ao alcance de todos, os seus esclarecimentos não faltam acerca dos mais variados assuntos e os trabalhos pessoais do estudante têm nele um animador” (1935: 89). Daí que valorizasse este tipo de magistério, por ultrapassar a sala

⁷ Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora no dia 5 de dezembro de 2012 na cidade da Figueira da Foz.

⁸ O que é também confirmado pelo próprio Carvalho em carta a Victor de Sá, de Braga, que havia retomado os seus planos de estudo na Universidade: “Quando voltar a Coimbra passe por esta sua casa, donde saio raramente; além do desejo de o ver, gostaria de lhe proporcionar livros q [sic] possam servir ao seu estudo. Seria bom indicar-me os q [sic] precisa por poder dar-se o caso de os ter na Figueira”. Cf. Biblioteca Pública de Braga (BPB). Fundo Victor de Sá. Carta de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá, Coimbra, 18/12/1952, fl.1.

⁹ Historiador, professor, jornalista e sociólogo, Flausino Esteves Correia Torres (1906-1974) se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra (1932). Durante seus anos na cidade, foi ainda diretor-bibliotecário da Associação Académica de Coimbra, secretário da loja maçónica *A Revolta* e revisor da Imprensa da Universidade (1932-1934), até ao seu encerramento compulsivo por ordem de Salazar. Em 1937, fixou-se em Lisboa e comprometeu-se num ativismo político mais intenso ligado ao Partido Comunista (PCP), ao Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (Munaf) e ao Movimento de Unidade Democrática (MUD). Mudou-se para Tondela (1947), partindo para o exílio em 1965, passando por França, Argélia, Roménia e Checoslováquia, até 1968. Cf. Bento, Paulo Torres. *Documentos e fragmentos biográficos de um intelectual antifascista*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

de aula, por em ação uma pedagogia moderna e de conteúdos atualizados, condições necessárias para se “chamar a atenção para novos pontos de vista, relacionar o que se vai descobrindo com o já conhecido, despertar a ânsia de conhecer mais e conhecer por si; fazer desaparecer a tendência para as certezas inabaláveis, criando em sua substituição a insatisfação com os conhecimentos adquiridos” (1935: 88-89).

Para além do comum ao ofício de professor, Joaquim de Carvalho cedo também se afirmou como um especialista em livros e bibliografias. No seu trânsito entre bibliotecas, incluindo a sua própria em permanente formação, cimentou a imagem de um sábio portador de uma grande erudição. Prova-o este testemunho, datado de 1949, e narrado por Pina Martins: estava então em Roma para estudos quando encontrou o professor de Direito da Universidade de Coimbra, Cabral de Moncada. Pina solicitou-lhe a indicação de uma obra-síntese sobre o pensamento religioso, filosófico e jurídico do século XVIII. Na resposta, o jurista disse-lhe não conhecer nenhuma síntese que preenchesse essa temática. Porém, aconselhou-o a ouvir Joaquim de Carvalho: “Verá que ele vai resolver seu problema. Carvalho sabe tudo” (Martins, 1982: 11).

Da casa de Coimbra, a biblioteca foi sendo transferida, aos poucos, para a sua casa da Figueira, situada na rua do Pinhal, onde passou a trabalhar com mais assiduidade nos anos de 1950, aos fins-de-semana e nas pausas letivas. No início da correspondência com o brasileiro João Cruz Costa, explicava que a Figueira “é minha terra natal e onde tenho a minha casa, q [sic] é a casa da família e arquivo da minha livraria e papéis. A minha vida corre entre Coimbra, onde passo durante o tempo de aulas, e a Figueira, onde passo as férias e vou por vezes em fins-de-semana; pode, pois, escrever-me indiferentemente para as duas cidades”.¹⁰ Movimento de livros entre as duas moradas que Cruz Malpique amiúde testemunhou: “Na sua casa da Figueira, ia concentrando a pouco a pouco a sua vastíssima biblioteca. Era o seu sonho – que infelizmente não chegou a realizar – passar aí uma velhice tranquila a ler, a meditar, a escrever suas memórias” (1959: 114).

E, se as motivações cognitivas condicionaram fortemente a formação da sua biblioteca, o apreço às edições antigas ou originais, o valor à artesanaria dos volumes, a possibilidade de tecer suas notas manuscritas no canto das páginas, o diálogo com as gentes e agentes do impresso, a atenção dada aos carimbos de livreiros e encadernadores, a marca de posse, com o ex-libris colado aos exemplares, a deferência de afetos intelectuais (vistas nas dedicatórias) também foram fortes na tessitura desse projeto. É que eles são expressões sensoriais que vão além da visão, sinais que podem revelar mais sobre a posse do que sobre as leituras, mais sobre o colecionador do que sobre o leitor.

Victor de Sá (1921- 2003) confirmou estas descrições (1958) e, aquando da morte de Carvalho, imediatamente manifestou as suas preocupações sobre o destino da famosa biblioteca do seu professor, que ele considerava “um gigante da cultura portuguesa”. Em sua opinião, tão importante como a divulgação dos escritos de Carvalho e a reedição dos seus livros esgotados, seria perceber a sua biblioteca como uma obra outra “que levou uma vida inteira a constituir, onde ficaram colecionadas, como em nenhuma parte, as obras fundamentais e subsidiárias da nossa cultura.

O livreiro-historiador explicou a dinâmica dos livros de Joaquim de Carvalho entre as duas cidades, com uma biblioteca compartilhada entre a casa da Figueira e as “várias salas” na casa da Rua de São Cristóvão, sua última residência coimbrã, e confirma a função pedagógica que ela desempenhou, ao mesmo tempo que também enfatizava a necessidade de se não confundir o amor de Carvalho ao livro com as atitudes típicas da bibliomania.

Bibliófilo como poucos – não bibliómano apreciador de livros pelas suas encadernações e gravuras ou pelo brilho que dão às estantes – mas colecionador como poucos de todos os livros necessários à nossa cultura,

¹⁰ Biblioteca Florestan Fernandes – Universidade de São Paulo. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 16/12/1950, sem cota, fl.1, verso.

a sua biblioteca, que andava dispersa entre a sua casa da Figueira e várias salas da sua casa na Rua de S. Cristóvão, em Coimbra, estava sempre franqueada aos alunos, aos amigos e aos estudiosos que lá encontravam com facilidade aquele livro raro ou esgotado que não havia na Biblioteca Geral ou na Municipal, que as livrarias não tinham à venda e que também não aparecem nos balcões dos antiquários.¹¹

Por outro lado, se alguma bibliofilia não consegue fugir à perspectivação do livro como mercadoria futura, a posição de Carvalho foi bem diferente. Prova-o o pedido que formulou aos seus herdeiros: desejava que a biblioteca não fosse dispersa após a sua morte.

O espectro do leilão

Com a morte de Joaquim de Carvalho (1958), a sobrevivência da sua biblioteca pessoal começou a correr riscos. Sem poder contar mais com os cuidados de seu criador, sobre ela começou a pairar o fantasma, comum a boa parte das bibliotecas particulares, da sua desagregação, não obstante a vontade de Carvalho e de seus descendentes: não ser destruída por venda a alfarrabistas, ou mutilada, à peça, nos lotes de leilões, ou diluída em outros acervos, ou ainda repartida em heranças, tudo destinos que desmantelavam a sua unidade, aniquilando-se, assim, o valor imaterial da sua “monumentalidade”.

A preocupação com o destino que a biblioteca do professor de Coimbra teria depois da sua morte foi transversal aos seus amigos, não obstante saber-se a vontade de quem a organizou e o propósito do seu cumprimento por parte dos herdeiros. Todavia, o modo como iria sobreviver enquanto totalidade, e como poderia desempenhar funções culturais públicas, eram questões em aberto.

Uma das mais significativas manifestações destes receios, acompanhada pela apresentação de possíveis soluções, foi apresentada por Victor de Sá. A deferência e o diálogo entre os dois são vistos na correspondência que mantiveram,¹² onde se surpreendem provas de amizade e a existência de cumplicidades várias, a saber: opções políticas no campo democrático e antissalazarista; interesses intelectuais e de investigação histórica (recorde-se os iniciais trabalhos de Victor de Sá sobre Antero de Quental e Ribeiro Sanches, autores da reflexão de Carvalho); o mesmo amor e dedicação ao objeto impresso, esfera de interesse já bem patente no projeto *Bibliotecas Móveis*, criado por Victor de Sá aos 21 anos, com o parco salário de empregado de balcão da Livraria Galdino, em Braga.

Quando se levantou o problema do destino da biblioteca de Joaquim de Carvalho, Victor de Sá, que a conhecia bem, publicou no *Diário de Lisboa*, a exatos 21 dias após o falecimento do mestre, um artigo intitulado “Sugere-se a integração da notável biblioteca de Joaquim de Carvalho no património do povo e ao serviço da cultura nacional”. O escritor procurava sensibilizar os leitores do jornal para a importância de um legado que espelhava uma vida inteira de estudo, dedicação e sacrifício. Para ele, a herança tinha estatuto de “património”, pelo que, quanto à sua sobrevivência e função, o seu valor cultural teria de se sobrepor a quaisquer conveniências financeiras.

Em concreto, estava-se perante um “templo do saber”, onde “todos os estudos se podem empreender”, e que o articulista considerava tão importante quanto os escritos do construtor. Em termos mais pragmáticos, defendia a criação ou de uma Casa-Museu, ou a sua integração no património nacional, com o apoio não só do Estado e da Universidade de Coimbra, mas também da Fundação Calouste Gulbenkian (solução a que se recorrerá 20 anos depois).

¹¹ BPB. Fundo Victor de Sá. Carta de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá, Coimbra, 4/9/1956, fl.1.

¹² Somam-se às cartas de Victor de Sá, localizadas no espólio pessoal de Carvalho (Arquivo Municipal da Figueira da Foz), outras nove cartas, entre 1952 e 1957, enviadas pelo professor de Coimbra ao livreiro sediado em Braga. BPB. *Fundo Victor de Sá*. Cartas de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá.

Da Casa-Museu à Sala Joaquim de Carvalho na Faculdade de Letras

Dois dias antes de falecer, Joaquim de Carvalho escreveu a António Pereira Forjaz, então secretário-geral da Academia de Ciências de Lisboa, sobre o projeto de edição das Obras Completas de Pedro Nunes, que estava a organizar. “Continuo retido no leito, melhorando lentamente”.¹³ No relato da filha, Dulce Montezuma de Carvalho, o professor manteve durante o internamento a esperança de recuperação por ignorar, por decisão da família, o quão grave era o seu estado de saúde (tinha um câncer de intestino não tratável).¹⁴ O falecimento prematuro do pai, aos 66 anos, em plena produção intelectual, introduziu profundas mudanças na vida familiar. Dulce, que trabalhava como secretária particular do professor, escritor e editor, e a mãe, Irene Montezuma de Carvalho, entregaram aos proprietários a casa arrendada em Coimbra e passaram a viver na Figueira da Foz. Com isto, o que restava da biblioteca, em Coimbra, juntou ao muito que já estava arrumado em sua terra natal.

O filho advogado, Joaquim Montezuma de Carvalho (1928-2009), que se dedicou à memória e ao legado do pai, reiterou a vontade manifesta de que essa biblioteca não fosse desfeita, tanto que, logo após o falecimento, a família garantiu sua integridade. Para isso, “religiosamente se constituiu a Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho. O nome que deixou – porque não deixara dinheiro, Joaquim de Carvalho morria pobre em bens materiais – era uma herança nacional” (1959: 6). Mesmo morando em Moçambique, em 1959, Montezuma foi o mentor de um amplo projeto familiar que incluía a instalação da biblioteca, a edição de uma revista *in memoriam* (com colaboração de investigadores de diversos países) e o propósito de editar as *Obras Completas* do universitário e investigador. Em 1964, há registro do funcionamento dessa Biblioteca-Museu e de acesso público de leitores.

A Biblioteca-Museu foi responsável por iniciativas culturais que tiveram êxito por alguns anos, como foi o caso da publicação da *Miscelânea em Memória de Joaquim de Carvalho*, que saiu até 1963. No entanto, na década de 1970, muitos livros estavam encaixotados e a Biblioteca não contava com recursos humanos e financeiros para custear o seu funcionamento. Encerrado na solidão dos livros, indisponível para consultas, o velho “templo” estava agora em risco de ruína e de esquecimento.

A memória universitária acerca da importância científica e cultural da biblioteca de Joaquim de Carvalho despertou o interesse da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, como resposta, mobilizou a atenção de alguns figueirenses para que a aquisição fosse realizada pela Câmara Municipal da Figueira.¹⁵ Da parte da Universidade, em 1978, iniciou-se oficialmente a negociação entre a Faculdade de Letras e os herdeiros. O então diretor do Centro de História da Cultura, professor Sebastião Silva Dias, tomou a iniciativa do contato e da busca de um entendimento,¹⁶ tarefa que posteriormente foi transferida para o Conselho Diretivo da Faculdade de Letras,¹⁷ presidida pelo professor Miguel Batista Pereira.

¹³ Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa (AACL). *Processo académico Joaquim de Carvalho*, pasta n.º 2. Carta de Joaquim de Carvalho a António Pereira Forjaz. Coimbra, 25/10/1958.

¹⁴ Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora em 5/12/2012, na cidade de Figueira da Foz.

¹⁵ Correspondência nesse sentido é localizada nos documentos de Joaquim de Carvalho depositados no Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz (AHMFF). “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”.

¹⁶ Em ofício de 5/5/78, o professor Sebastião da Silva Dias comunica à família que o Ministério da Educação deu aquiescência à aquisição da biblioteca e espólio para o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra pela importância de 4 mil escudos. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”.

¹⁷ Os ofícios sugerem que as iniciativas dentro da Universidade foram tomadas em paralelo (e com autonomia) pela direção da Faculdade de Letras e pelo Centro de História da Sociedade e da Cultura. Sobre o tema, Silva Dias escreve para Montezuma de Carvalho, em 19 de dezembro de 1978, referindo às três cartas já trocadas entre eles até então. O professor diz que soube por um boletim do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade das diligências de membros

Na sequência do diálogo com a família, Miguel Batista Pereira solicitou ao reitor da Universidade que diligenciasse junto do Ministério da Educação e Investigação Científica a compra da biblioteca do antigo professor por parte da Faculdade de Letras. Na justificativa, esta instituição declarava-se como compradora do espólio, incluindo a parte da correspondência¹⁸ e, para suas instalações, garantia que a biblioteca “transitaria, intacta” da Figueira para Coimbra “a fim de servir o estudo e a investigação, mormente interdisciplinar, no domínio da Filosofia, da História e da Literatura”.¹⁹ Definir um valor financeiro que, simultaneamente, agradasse à família, mas também fosse acessível às finanças de um estabelecimento público universitário, representava um dos entraves a ser superado, como explicou o presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, no ofício enviado ao filho do professor, Montezuma de Carvalho, em 26 de janeiro de 1979. “Nunca estive em causa o valor ímpar da Biblioteca de seu Pai e, por isso, a sua aquisição não é, de modo algum, uma compra. Por outro lado, não se pode ignorar o peso da argumentação da Família, que propõe uma verba diferente da inicial”, escreveu o professor Miguel Batista Pereira.²⁰

A proposta final da Universidade fixou o valor a ser pago em 4.500 contos (o equivalente, em 2002, a cerca de 22.445 euros), excluindo as despesas de instalação e catalogação. O acordo foi fechado nos inícios de 1979. Tardiamente, nesse ano, a Câmara da Figueira da Foz entrou em contato com os herdeiros para resgatar o espólio. Em fins de setembro, o presidente, José Manuel Bravo Teixeira Leite questionou ao filho mais velho de Joaquim de Carvalho, o cirurgião Manuel Montezuma Dinis de Carvalho (1918-2010) nesse sentido.²¹ Mas foi Montezuma de Carvalho quem respondeu em nome da família, dizendo-lhe que essa possibilidade só seria aberta caso a negociação com a Faculdade de Letras “ou não fosse avante ou não fosse tão célere”. No entanto, a verba pedida ao Ministério foi autorizada e a venda ficou acertada pouco depois, opção que não agradou inteiramente a Montezuma de Carvalho, como se depreende das palavras que dirigiu ao líder do município figueirense: “Fora mais cedo alentado tal propósito, haveria então esse desejo, talvez tivesse sido outro o destino – e mais próprio, mais bairrista, mais puro (aos olhos meus, pelo menos). Agora é tarde”.²² Na verdade, pouco depois, e após 21 anos do falecimento de Joaquim de Carvalho, sua biblioteca retornava à Alta de Coimbra. Desta vez, não mais ao lado, mas dentro do prédio da Faculdade de Letras, uma outra das “casas” que muito marcaram seu percurso.

deste junto à família do professor para aquisição da sua biblioteca. “É evidente que, no caso de tais diligências existirem, com a sua aquiescência ou a dos seus familiares, devo considerar-me desligado do assunto. Desde que a biblioteca venha para a Faculdade, tanto monta que a compra seja feita com ou sem a minha mediação”. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”. Ofício do Centro de História da Sociedade e da Cultura, n.º I-163/78, de Sebastião da Silva Dias a Joaquim Montezuma de Carvalho.

¹⁸ Quanto a este ponto, nunca foi efetivado. Por isso, a ausência da correspondência nesse espólio foi apontada por meio de ofício a Montezuma de Carvalho, em 1983, escrito pelo então presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva. O professor catedrático, aposentado desde 2002, reiterou no documento que, em toda comunicação trocada entre a família e a Faculdade de Letras para negociação do espólio, “sempre se considerou que a correspondência (bem como, aliás, os jornais) se incluía na biblioteca vendida”. Alarcão constatava que, “até a data, não recebemos ainda essa parte do espólio, parte em que, obviamente, estamos extremamente interessados”. Arquivo familiar Joaquim Montezuma de Carvalho. Ofício FL-853/83, do presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Jorge Alarcão, a Joaquim Montezuma de Carvalho, de 26/10/1983.

¹⁹ AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1 Ofício FL-967, do presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Miguel Batista Pereira ao reitor da Universidade de Coimbra, 24/11/1978.

²⁰ AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. Ofício FL-298/79, de Miguel Batista Pereira a Joaquim Montezuma de Carvalho, de 26/1/1979.

²¹ AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. Ofício n.º 10274, do presidente da Câmara da Figueira da Foz, José Manuel Bravo Teixeira Leite a Joaquim Montezuma de Carvalho, 21/9/1979.

²² AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. Cópia da carta manuscrita de Joaquim Montezuma de Carvalho ao presidente do Município de Figueira da Foz, Lisboa, 1/12/1979.

A reconstrução de um ordenamento imaginado

Após a aquisição pela FLUC, a biblioteca pessoal de Joaquim de Carvalho passou a integrar o patrimônio bibliográfico da Universidade de Coimbra e tudo foi feito para que se tornasse um lugar de acesso público. Como a coleção do professor não foi diluída fisicamente em outras bibliotecas, é possível captá-la sensorialmente, no seu todo e nas suas partes. Mais ainda, a sua materialidade, hoje, nos oferece desenhos nítidos dos livros postos em ordem pelo pensamento de Joaquim de Carvalho, uma vez que, ao contrário do que acontece em outras bibliotecas patrimoniais da instituição, ela não incorporou novos títulos.²³ Para quem chega e sabe do que se trata, a sua totalidade é como se fosse um exemplar fechado que, em mãos, antes de ser lido, dá a conhecer a forma, a dimensão, as características do volume.

Desde os inícios da sua transferência, em 1980, para a Universidade de Coimbra até os dias atuais, ela está localizada no 2º piso da Faculdade de Letras. Da entrada principal do prédio, é preciso descer dois andares e, no subsolo, após contornar os corredores em quadrilátero, e passar pela Biblioteca Central, chega-se à Sala que leva o nome do antigo professor. Ou melhor, entra-se na primeira das duas divisões contíguas, retangulares, de piso de madeira, com estantes de livros ocupando as paredes, do chão ao teto, excetuando o lado com janelas.

Na sala principal, duas compridas mesas de madeira escura, juntas, cercadas de cadeiras de estudo, ocupam o centro. No canto direito, em cima do volumoso armário de aço com as fichas catalográficas em papel datilografado, o busto de Joaquim de Carvalho, em bronze,²⁴ chama o olhar de quem entra. A imagem do professor também é vista em cores. No alto da porta que leva à segunda câmara, está fixado o retrato a óleo pintado pelo prestigiado João Reis, em 1939, adornado por uma moldura. O quadro, a estátua, os livros e impressos compõem o “monumento”, entendido, desde as suas origens filológicas, como “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (Le Goff, 1984: 95). Também por isso, cada livro pode ser visto como um documento não isolado do “monumento” de que faz parte.

Visto isto, será agora importante perceber quais os critérios de classificação e organização da atual biblioteca, ressaltando que não se trata de uma reprodução exata do desenho que Joaquim de Carvalho foi fazendo (e desfazendo) na sua residência. Nesse sentido, a bibliotecária-arquivista Natércia Coimbra, que participou da equipe de catalogação e organização da Sala Joaquim de Carvalho desde os inícios da década de 1980, deu um valioso testemunho: “O importante era organizar a biblioteca, não da maneira que ele tinha em casa, porque nós não sabíamos, nem a família sabia muito bem, mas tentando perceber qual foi o espírito que tinha presidido ao colecionar aquela biblioteca”.²⁵

²³ Há um pequeno número de livros enviados a Joaquim de Carvalho após o falecimento do professor que, por serem continuidades de relações firmadas na constituição da biblioteca, não serão desconsiderados, numa amostra de 60 exemplares, todos vindos do estrangeiro, em maior número do Brasil, França e Espanha, com títulos do México, Panamá e Venezuela. Os temas são aqueles já identificados como de interesse do professor, como os livros de Julio García Morejón, *Unamuno y el Cancionero: la salvación por la palabra* (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1966) e *Dos coleccionadores de angustias: Unamuno y Fidelino de Figueiredo* (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1967). Outros exemplos: Gil Vicente, *Dois autos de Gil Vicente*, 2ª. ed. melhorada e acrescida (Rio de Janeiro: Organização Simões, 1973); *Textos de sociologia: problemas da abordagem interdisciplinar* (Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Brasil, 1963); Juan Zaragüeta, *Estudios filosóficos* (Madrid: Inst. Luis Vives de Filosofia, 1963); Andrés Bello, *Borradores de poesía. Obras completas de Andrés Bello n.º 2* (Caracas: Ministerio de Educación, 1962); Stanislas Breton, *L'être spirituel: recherches sur la philosophie de Nicolai Hartmann* (Lyon: Imprimerie Emmanuel Vitte, 1962); Ernst Zinner, *Einige Handschriften des Johann Regiomontan: aus Königsberg in Franken*. (s/l.: s/a., 1964).

²⁴ Busto de Joaquim de Carvalho, do escultor Raul Xavier (1940).

²⁵ Entrevista a Maria Natércia Vieira de Vasconcelos Coimbra, em 24/10/2012. Licenciada em Direito (1978) e pelo curso de Bibliotecário Arquivista (1980), ambos na Universidade de Coimbra. Desde 1985, é coordenadora técnica do Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) da mesma Universidade, trabalhando sobretudo na área dos arquivos privados de políticos.

“Era uma biblioteca excepcional”, como recorda o bibliotecário Carlos Santarém, que coordenou os trabalhos de catalogação.²⁶ Segundo ele, foi com financiamento da Fundação Gulbenkian que se formou uma equipe que oscilou entre 7 e 10 pessoas, em regime de trabalho pós-laboral, com alguns funcionários da própria Faculdade de Letras, para registrar e carimbar os livros. O bibliotecário destacou o peso dos trabalhos de história na biblioteca, com temáticas que logo sobressaíram, como o do liberalismo, com primeiras edições e encadernações que denotam o zelo do professor. O número de livros de filosofia e história em língua estrangeira, bem como as traduções de autores estrangeiros foram outras das características que mais chamou a sua atenção durante os trabalhos. “Julgo que é nítida a importância do Brasil na biblioteca dele”, acrescentou.²⁷ O próprio Santarém, antigo morador da Alta Coimbra, rememorou a figura de Joaquim de Carvalho – que vivia na rua paralela à casa que o recebeu em 1957 –, com quem muitas vezes se cruzou, sem chegar ao relacionamento pessoal. No entanto, confessou que, devido ao seu prestígio intelectual e por ser um professor antissalarista, era “uma pessoa por quem eu tinha consideração”.²⁸

De acordo com Natércia Coimbra, a equipe de catalogação buscou conciliar a busca por compreender o espírito da biblioteca com um sentido de eficiência na organização do espaço para, o mais breve possível, possibilitar o acesso dos leitores aos títulos.²⁹ Havia ainda o critério economicista, uma vez que contavam com recursos financeiros, humanos e temporais limitados: “era prudente”.³⁰ Da lembrança dos muitos caixotes de livros espalhados, Natércia chegou a esta comparação: “Era a biblioteca de Babel, estava lá tudo e não se sabia onde... ninguém se entendia...”. Na prática, o material das caixas que chegava da Figueira da Foz era reagrupado em pilhas pelo chão e em cima das mesas. Depois, foi separado por grandes áreas do conhecimento: Filosofia, Literatura, História, Ciências. Na sala menor, guardaram-se revistas, bibliografias estrangeiras e alguma parte do livro antigo. Sobre esse processo, Carlos Santarém lembrou:

Havia uma parte que era claramente a biblioteca de trabalho dele. A biblioteca da área da Filosofia, das Ciências afins, porque ele tinha muita coisa da psicologia, também já tinha muita coisa da sociologia. Tinha as grandes correntes do pensamento, todas representadas. E, depois, havia também áreas que percebemos como muito fortes. A literatura portuguesa, a literatura espanhola, o Brasil, também bem representado. Havia outras áreas menos importantes, (como a) da Medicina... Ele tinha um pouquinho de tudo. Talvez porque, percebemos que derivava, provavelmente, daqueles seus anos à frente da Imprensa da Universidade.³¹

Na reorganização do espaço, foi a Filosofia eleita para ficar à entrada, na parede que ocupa todo lado esquerdo de quem cruza a porta. Um dos critérios internos foi o cronológico: Filosofia Clássica, Medieval, Moderna, Contemporânea. Mas também se utilizou o critério comparativo por países, como as prateleiras que reúnem livros de História da Filosofia no

²⁶ Entrevista a Carlos Santarém Andrade, em 3/12/2014, em Coimbra. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Carlos Santarém concluiu o curso de Bibliotecário-Arquivista na mesma universidade. Foi diretor da Biblioteca Municipal de Coimbra e é autor dos livros *Presença, uma revista, um movimento...* (Coimbra: s/e, 1980); *Coimbra na vida e na obra de Camilo* (Coimbra Editora, 1990); *A Coimbra de Eça de Queirós* (Coimbra: Minerva, 1995); *A envolvimento coimbrã de Régio e Nemésio* (Coimbra: Câmara Municipal, 2001), entre outros.

²⁷ Entrevista a Carlos Santarém Andrade, 3/12/2014, em Coimbra.

²⁸ *Idem, ibidem.*

²⁹ Entrevista a Maria Natércia Vieira de Vasconcelos Coimbra, 24/10/2012, em Coimbra. “Nossa obrigação foi essa, cumprir os objetivos que a família tinha pedido, rapidamente se podia por a biblioteca a funcionar... e encontrar um esquema que fosse lógico, suficientemente eficaz para também fazermos logo aquilo que gostávamos, que era: responder positivamente às solicitações de quem viesse à procura de alguma coisa mais específica”. A bibliotecária explica que a reorganização nas prateleiras foi a opção de fundo, “de maneira que se viesse uma pessoa perguntar se o professor Joaquim de Carvalho tinha o Merleau-Ponty na primeira edição, nós sabemos onde é que ele está”.

³⁰ *Idem, ibidem.*

³¹ Entrevista a Carlos Santarém Andrade, 3/12/2014, em Coimbra.

Brasil, no Uruguai, em Portugal, na França, na Itália, na Alemanha, entre outros. Desse modo, um mesmo autor pode estar em estantes diferentes. Natércia explicou:

O primeiro (critério) foi esse, grandes áreas do conhecimento. Dentro de cada área do conhecimento, descemos à cronologia, ao critério cronológico de arrumação na estante, e depois do critério cronológico foi o da ordem alfabética dos autores. Portanto, pode ter Locke em dois sítios da estante, por exemplo.³²

Segundo a bibliotecária-arquivista, a exclusividade de alguns, bem como a preciosidade de outros – como algumas primeiras edições – foram as principais características que logo despertaram a atenção dos utilizadores, em maioria, investigadores da universidade. Numa época em que não contavam com o meio informático, todo o seu trabalho foi manual, com fichas datilografadas e disponibilizadas em um ficheiro.

Também por isso, os quantitativos de títulos que formam a biblioteca continuam em aberto. Durante o processo de compra, a livraria foi estimada em mais de 17.500 volumes. Atualmente, no catálogo digital, estão inseridos 11.494, o que é somente parte da primeira sala, uma vez que livros das prateleiras de Brasil, por exemplo, não estão incluídos. Nas fichas manuais, estão catalogados 16.596 livros. No entanto, há um número relevante de impressos, entre brochuras, catálogos, folhetos, revistas e volumes que não chegou a ser inventariado manualmente, acervo que está fora dessa contagem. Como exemplo, as cinco prateleiras da coleção de Catálogos, com cerca de 450 exemplares. Deste modo, não se estará longe da exatidão a estimativa aproximada de 20 mil volumes guardados na Sala Joaquim de Carvalho.

Para efeitos de comparação, em um exemplo extremo, o acervo que o bibliófilo brasileiro José Mindlin (1914-2010), junto com sua esposa Guita Mindlin, reuniu durante oitenta e três anos, chegou a aproximadamente 38 mil títulos. A sua *Brasiliiana*, que é tida como o maior acervo privado do gênero existente, com 32 mil livros, foi doada à Universidade de São Paulo (USP) em 2006.³³ Sabe-se, porém, que uma biblioteca para ser excepcional não exige tais dimensões, como mostrou o bibliófilo, investigador e autor de obras fundamentais sobre o tema, Rubens Borba de Moraes (1899-1986), que deixou sua preciosa biblioteca de 2.300 obras ao casal Mindlin após seu falecimento. Não por acaso, esta biblioteca foi mantida intacta na nova morada e arrumada como estava no domicílio de Borba de Moraes. Outro grande nome da bibliofilia brasileira, Plínio Doyle (1906-2000), formou uma biblioteca de referência ao longo de 60 anos, depois comprada pela Fundação Casa de Rui Barbosa, com aproximadamente 25 mil volumes (Doyle, 2004: 54). Em Portugal, a biblioteca que os familiares do crítico literário Pedro de Moura e Sá doaram à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em 1959, foi estimada em 19 mil volumes.

Mas, se o número de exemplares revela a dimensão do espólio, a biblioteca de Carvalho se torna de valor peculiar pela qualidade e pelo critério seletivo que a formou. Frente a edições raras ou exemplares aparentemente comuns, de larga circulação, cada livro se renova no contexto de que faz parte. A biblioteca, cujo todo é mais que o somatório de suas partes, e que, neste caso, manteve a sua integridade conservada, oferece ao investigador múltiplas chaves de leitura, permanentemente relacionáveis tanto com a personalidade daquele que a formou, como com o tempo que atravessou (e condicionou) sua formação. Como referiu Antônio Cândido, ao escrever sobre a biblioteca do próprio pai: “A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. Através desta cultura é possível esclarecer a

³² Entrevista a Natércia Coimbra, em 24/10/2012.

³³ A *Brasiliiana* reunida por Guita e José Mindlin e considerada a mais importante coleção do gênero formada por particulares, conta com aproximadamente 32,2 mil títulos, que correspondem a cerca de 60 mil volumes. Cf. *A biblioteca Mindlin na USP*. Site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. [Em rede: www.bbm.usp.br/node/1 (último acesso em 7/9/2015)]; MINDLIN, José. *Uma vida entre livros. Reencontros com o tempo*. São Paulo: Edusp/Companhia das Letras, 1997.

história intelectual de um período, pois a formação de uma biblioteca equivale geralmente à superposição progressiva de camadas de interesse, que refletem a época através da pessoa” (Cândido, 1990: 82).

Do particular a uma totalidade enciclopédica

Construção enciclopédica feita à luz dos seus interesses intelectuais, a biblioteca de Carvalho abriga chaves de leitura tanto da obra que escreveu, como também daquela que sonhou escrever. Ou melhor dito, a biblioteca *carvalheana* espelha o caráter de alguém empenhado na conciliação do particular com o cosmopolita e cujo pensamento assentou, por isso, “numa permanente reflexão epistemológica respeitadora da autonomia” (não independência) das formas de saber, como bem identificou Fernando Catroga quando assinalou os nexos existentes entre Ciência e Filosofia, e entre Filosofia e Conhecimento histórico em Joaquim de Carvalho (Catroga, 1994: 10).

Na sua biblioteca, estão facilmente referenciadas as temáticas que diretamente estudou e publicou, como as questões da cultura portuguesa ou relacionadas; ou aquelas respeitantes a “personalidades para quem vai, sobretudo a sua simpatia de investigador”, exemplo de Antero de Quental e Baruch Espinosa, como Flausino Torres caracterizou, “simultaneamente pensadores profundos e almas torturadas” (Torres, 1935: 91). Para o mesmo sentido apontaram, ainda, os seus trabalhos historiográficos, seja no campo da História Política, da História das Ciências, da História da Educação, da História da Filosofia, uma vez que cada um destes campos tem de ser mobilizado na compreensão da biblioteca como um todo. No entanto, as atualizações que esta sofreu ao longo dos anos demonstram que o seu fundo enciclopedista estava vivificado pela produção intelectual e editorial de cada momento. É que Joaquim de Carvalho, se foi um “homem do livro”, também foi um “homem da leitura”.

Para Eduardo Lourenço, que na juventude foi assistente de Joaquim de Carvalho na Faculdade de Letras, a assimilação e o impacto na docência de algumas dessas leituras era gradual, mas visível no seu antigo mestre, como foi o caso da influência da Fenomenologia por altura dos anos 1940. Significa isto que nem tudo que lia era aproveitado. “Em Joaquim de Carvalho, o pendor “historicista” como que fazia *écran* à pressão das “influências”. Da massa imensa das suas leituras extraía o que convinha a seus propósitos e abandonava o resto. Mas neste diálogo, acaso sem ele próprio se dar conta disso, a música outrora sem mistério do racionalismo cultural ia mudando de tom” (Lourenço, 2011: 419-429).

A construção desse edifício enciclopédico não prescindiu da dimensão crítica e imaginativa, pois não confundia sabença com sabedoria, meta final da pedagogia racionalmente emancipadora. Só por ela o estudioso podia sair do labirinto livresco, como disse Cruz Malpique sobre Joaquim de Carvalho, e ser capaz de enxergar os pensamentos, sonhos, fantasias, sentimentos e problemas suscitados pelos desafios da própria historicidade do pensar. Na combinação entre o erudito e a imaginação aventureira, foi capaz de ver a vida que corre na substrutura dos livros, bem como “as almas que neles se ocultam, a experiência que neles se guarda, os anseios que neles pulsam, o pensamento que neles lateja, os sonhos que neles dormem, as fantasias que deles se evolvem, os sentimentos que os fazem palpitar, os heroísmos que deles extravasam, a temática e a problemática que neles se contêm (MALPIQUE, 1959: 123)”.

Se o acervo reunido por Joaquim de Carvalho carrega informações sobre sua personalidade, intercâmbios e ideias-chave da sua reflexão, não pode, entretanto, ser dissociado da ampla e intensa relação que o próprio manteve com os suportes materiais, intelectuais e afetivos da leitura. Tal conexão se revela sob muitas faces conectadas, incluindo o seu trabalho como editor e guardião da sua e da grande biblioteca da Universidade de Coimbra (que dirigiu), e apreender a maneira como serviu o livro e a sua divulgação numa

conjuntura em que se foi impondo uma vigilante e repressiva “política do espírito” que logo o escolheu como uma das suas primeiras e exemplares vítimas.

Referências bibliográficas

Báez, Fernando (2009), *História universal da destruição dos livros*. Tradução Maria da Luz Veloso. Lisboa: Texto Editores.

Baratin, Marc (2000), “Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação”, in Baratin, Marc; Jacob, Christian (dir.), trad. Marcela Mortara, *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 227-233.

Bessone, Tânia Maria (1999), *Palácio de destinos cruzados. Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Borges, Jorge Luís (2013), *Ficções*. Lisboa: Quetzal.

Canfora, Luciano (1986), *A biblioteca desaparecida. Histórias da Biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras.

Canfora, Luciano (2000), “As bibliotecas antigas e a história dos textos”, in Baratin, Marc; Jacob, Christian (dir.), trad. Marcela Mortara, *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 234-245.

Cândido, Antônio (1990), “A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu”, in *Notícia Bibliográfica e Histórica*, XXII (138, abril-junho), 82-86.

Carvalho, Joaquim Montezuma de (1959), “Apresentação”, in *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 1. Figueira da Foz: Biblioteca Museu Joaquim de Carvalho, 3-6.

Carvalho, Joaquim Montezuma de (1992), “Posfácio”, in Espinosa, Bento de, trad. Joaquim de Carvalho *Ética*. Lisboa: Relógio d’Água, 483-501.

Catroga, Fernando (2011), *Os passos do homem como restolho do tempo*. Coimbra: Almedina.

Catroga, Fernando (1994), “Joaquim de Carvalho e a História”, *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XLII, 9-16.

Doyle, Plínio (2004), “Amigo dos livros”, in Silveira, Julio e Ribas, Martha (org.), *A paixão pelos livros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 53-60.

Eco, Umberto (1994), *A Biblioteca*. Lisboa: Difel.

Fernandes, Barahona (1963), “Joaquim de Carvalho: pessoa e atitude espiritual”, *Separata da Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, (9), 35 p.

Flower, Derek Adie (2010), *Biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Nova Alexandria.

Furtado, José Afonso (2007), “O mito da biblioteca universal”, *Separata dos Cadernos BAD*, (2), 37-55.

Le Goff, Jacques (1984), “Documento/Monumento”, in *Enciclopédia Einaudi*. vol. 1, Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 95-106.

Goulemot, Jean Marie (2011). *O amor às bibliotecas*. São Paulo: Unesp.

Goulemot, Jean Marie (2000), “Bibliotecas, enciclopedismo e angústias da perda: a exaustividade ambígua das luzes”, in Baratin, Marc; Jacob, Christian (org.), trad. Marcela Mortara, *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Jacob, Christian (2000), “Ler para escrever: navegações alexandrinas”, in Baratin, Marc; Jacob, Christian (dir.), *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Lourenço, Eduardo (2011), *Obras Completas [vol. I]. Heterodoxias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 419-429.

Manguel, Alberto (2010), *Uma história da leitura*. Lisboa: Presença.

Malpique, Cruz (1959), “Perfil intelectual e moral do professor Joaquim de Carvalho”, *Miscelânea*, (2), 109-143.

Martins, José V. Pina (1982), “Joaquim de Carvalho, historiador da Cultura Portuguesa (Juventude e primeira maturidade)”, in Carvalho, Joaquim de. *Obra Completa [vol. III]*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, VII-XXVII.

Masson, André; Salvan, Paule (1961), *Les Bibliothèques*. Paris: Presses Universitaires de France.

Mindlin, José (1998), “Rubens Borba de Moraes: um intelectual incomum”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 79(192), 108-111.

Polastron, Lucien X. (2014), *Livros em chamas: a história da destruição sem fim das bibliotecas*. Rio de Janeiro: José Olympio - Grupo Record.

Pombo, Olga (2011), *Unidade da Ciência. Programas, figuras e metáforas*. Lisboa: Gradiva.

República, 18/5/1956, 2ª série, ano 45º, (9127).

Riaño Alonso, Juan José (2005), *Poetas, filósofos, gramáticos y bibliotecarios*. Gijón: Editora Trea.

Sobrinho, Hipólito Escolar (1990), *Historia de las bibliotecas*. Madrid: Pirámide.

Sá, Victor de (1958), “Sugere-se a integração da notável biblioteca de Joaquim de Carvalho no património do povo e ao serviço da cultura nacional”. *Diário de Lisboa*, 17/11/1958, 7.

Souza, Rogério (2009), *Alexandria: a encruzilhada do conhecimento*. Porto: Faculdade de Letras/Biblioteca Digital.

Torres, Flausino (1935), “Joaquim de Carvalho”, in *Homenagem aos professores Azevedo Gomes, Hernâni Cidade e Joaquim de Carvalho*. Lisboa: edição dos alunos da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Letras de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia, 81-93.

A Biblioteca do Liceu Alexandre Herculano no Porto: entre políticas estigmatizantes e uma estratégia de mobilização social

Carla Silva,¹ professora-bibliotecária coordenadora das bibliotecas do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, Porto
carlasilva230@gmail.com

Resumo: A Escola Pública está, há largos anos, refém de políticas neoliberais e de interesses partidários que têm vindo a condicionar o direito de acesso à educação e à cultura junto da população mais carenciada, agravando, por conseguinte, as desigualdades sociais e aprofundando as assimetrias locais. Nesta perspetiva, partindo do exemplo do antigo Liceu Alexandre Herculano no Porto, apresenta-se neste artigo uma reflexão sobre os constrangimentos que algumas medidas nacionais e/ou locais têm infligido numa escola-sede de um mega-agrupamento com consequências diretas nos serviços prestados pelas suas bibliotecas. São aqui elencados alguns dos esforços da biblioteca para contornar esses obstáculos, tentando proporcionar à sua comunidade um acesso equitativo ao conhecimento, à aprendizagem, à leitura e ao seu património histórico e cultural, através da mobilização social e de práticas de cidadania ativas num exercício de democracia.

Palavras-chave: bibliotecas, políticas culturais, desigualdades sociais, leitura, mobilização social.

Escola pública e desigualdades sociais

A constatação de que a escola pública está profundamente ferida na sua dimensão humana é cada vez mais uma realidade. Ao invés de promover práticas democráticas, fomenta, inadvertidamente, o distanciamento entre classes sociais. Este é o reflexo de uma sociedade construída segundo uma lógica de mercado que espelha a ausência de políticas educativas e culturais estáveis, equitativas, de medidas inequívocas que esbatam as assimetrias sociais e, principalmente, de linhas orientadoras que sobrevivam à mudança dos diferentes executivos.

É comumente aceite que a escola, enquanto serviço público, está carente de estratégias eficazes que combatam a iliteracia e a exclusão social, pelo que em pleno século XXI continuamos a debater-nos com a existência de dois tipos de instituição: uma escola do povo preocupada somente com questões de alfabetização social e, por outro lado, uma escola de elites preparada para o êxito e para a dominância. Com efeito, esta dupla vertente põe em causa o Estado social que, na verdade, deveria garantir a fruição de bens públicos para todos em condições de igualdade através de políticas universais inclusivas:

O Estado, mal ou bem, não se tem alheado do acompanhamento e monitorização dos processos educativos centrados na escola, embora, em muitos casos, tenha, na prática, cedido uma boa parte das suas responsabilidades às lógicas do mercado e abdicado de, através das suas funções de regulação, intervir

¹ Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas - Estudos Franceses e Alemães, Universidade do Porto. Professora do ensino secundário - lecionação e exercício de cargos. Coordenou projetos escolares de âmbito local, nacional e internacional. Funções técnico-pedagógicas no depº de programação cultural da Porto 2001, Capital Europeia da Cultura e no Inst. Português da Juventude. Proferiu algumas comunicações, das quais se salienta *A função, a formação e a avaliação do professor bibliotecário* e que aguarda publicação.

mais activamente na atenuação dos mecanismos sociais que geram e reproduzem desigualdades, ainda que sob a aparência de uma generalização e extensão dos níveis de instrução básica (Costa *et al.*, 2008: 252).

A implementação por parte dos sucessivos governos portugueses de políticas neoliberais, exacerbadas por um clima de austeridade onde a visão economicista e a falta de sensibilidade para as questões sociais se têm revelado um flagelo, ditou um retrocesso inigualável na escola, o que é particularmente perceptível na aplicação de uma lógica empresarial ao contexto escolar. Em termos práticos, constata-se que os resultados e os *rankings* são o objetivo último do sistema educativo. O espírito democrático, outrora existente em órgãos colegiais, tem sido substituído por um regime autoritário centralizado numa só figura, a do diretor.

O enorme desinvestimento na escola pública e nas suas bibliotecas encontra-se também espelhado na ausência de condições logísticas, de recursos humanos e materiais, nomeadamente nas zonas mais carenciadas do país. Isto contraria a ideia de que “A política deve deixar claro que a biblioteca é para todos” (IFLA, 2016: 25). Nas localidades do interior, por exemplo, assiste-se, com alguma regularidade, ao encerramento de estabelecimentos de ensino e nas grandes cidades os estabelecimentos de ensino privados proliferam:

O Estado vem-se retirando de vários sectores da vida social, que antes lhe incumbia proteger, deixando o espaço aberto a um individualismo que destrói a ação colectiva e permite o desenvolvimento do sofrimento em diversos segmentos da população. A mundialização aparece então como um mito justificador da estrutura do campo mundial – económico e político – que actualmente exerce influência sobre os Estados e os desresponsabiliza da ação social, fazendo com que a ruptura dos ligames sociais acabe por se inscrever igualmente numa determinada actuação política (Fernandes, 2000: 205).

Nas grandes cidades, designadamente em escolas centenárias, quer ao nível do edificado, quer ao nível dos acervos documentais, constata-se um desrespeito pela preservação do património e memória coletivos enquanto práticas democráticas ativas. Acresce a tudo isto uma crescente ausência de reflexão e de produção de pensamento crítico, que convém a quem quer governar sem contestação, e uma contínua desarticulação entre as políticas educativas e culturais pensadas nos gabinetes ministeriais, isto apesar de os vários governos constitucionais realçarem, nos seus conteúdos programáticos, a importância das bibliotecas e do ato de ler, bem como a imprescindível

necessidade de articulação entre as tutelas da Cultura e da Educação tanto ao nível dos equipamentos (bibliotecas públicas e biblioteca escolares), como dos públicos-alvo (crianças e jovens em idade escolar, adultos), (Neves e Lima 2009: 20).

No que diz respeito à formação de públicos e simultânea difusão de produtos culturais vislumbra-se uma manifesta ausência de uma política para o setor, consubstanciada num benefício para as elites que põe em causa a igualdade de oportunidades e o acesso a práticas criativas e emancipadoras. Ultrapassada a lógica de uma democratização cultural, nas palavras do sociólogo João Teixeira Lopes Lopes (2007: 103), os públicos deveriam situar-se “no coração do furacão, isto é, nas contradições e discussões fundadoras da própria democracia cultural”, sustentando a ideia de que o mais importante será o “suscitar a interrogação do que dar a resposta”, ou seja, “criar socialmente as condições para a emergência das questões”.

Políticas locais

Ora estas políticas nacionais são, muitas das vezes, exacerbadas pelos decisores locais quando estes, mais preocupados com os interesses político-partidários instalados, conduzem ao agravamento das assimetrias sociais, na linha do que António Teixeira Fernandes

(1993:33) defende: “Sem um adequado ordenamento jurídico que configure uma verdadeira democracia participativa, dificilmente se poderá obstar a uma cultura política que propicia o elitismo e o favoritismo”. A título de exemplo, a constituição de mega-agrupamentos na cidade do Porto gizada pela tutela com orientação dos responsáveis da autarquia, aliada à redução drástica de recursos humanos, criou barreiras intransponíveis nalgumas escolas e para alguns alunos, designadamente nas zonas mais carenciadas da cidade. Por outro lado, a enorme desigualdade na distribuição de recursos financeiros, nomeadamente na requalificação das escolas, do qual foram exemplo desastroso as opções encontradas no âmbito da Parque Escolar. Essas opções permitiram que, sem imparcialidade, algumas escolas usufríssem de verbas avultadas e gastos exorbitantes, enquanto outras, em local bem próximo das primeiras, tivessem sido votadas ao abandono, ainda que urgisse a sua preservação, quer pelo seu interesse histórico-cultural, quer pelo seu valor patrimonial e arquitetónico. Este é o caso do antigo Liceu Alexandre Herculano.

O Liceu Alexandre Herculano

Na verdade, esse liceu está hoje integrado num mega-agrupamento (Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano) constituído por nove escolas que contemplam os diferentes níveis de ensino. Em termos institucionais é um Território Educativo de Intervenção Prioritária pelo facto de fazerem parte do seu público-alvo um elevado número de alunos em risco de abandono escolar.

Situado na zona oriental da cidade, onde se registam altos índices de pobreza e de exclusão social, este Agrupamento é o reflexo da desagregação económica e familiar da sua população estudantil, patente no elevado número de beneficiários da Ação Social Escolar e de famílias que sobrevivem pelos apoios do Rendimento Social de Inserção. Da população escolar contam também múltiplos casos sinalizados nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, bem como estudantes provenientes de lares de infância e de juventude em regime de internato. Também inclui crianças e jovens com necessidades educativas especiais decorrentes da referenciação de problemas cognitivos, motores, surdez, baixa visão e multideficiência e que integram as suas Unidades de Autismo e de Apoio à Multideficiência.

A escola-sede do Agrupamento, também Escola de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos, é um antigo edifício da autoria do arquiteto portuense José Marques da Silva, construído no início do século XX e classificado em 2011 como Monumento de Interesse Público pelo seu valor arquitetónico e urbanístico. Contudo, esta escola debate-se, há alguns anos a esta parte, com a patente falta de recursos humanos, materiais e tecnológicos, constrangimentos que já puseram em causa inclusivamente, e por diversas vezes, a segurança da sua comunidade educativa.

Verdadeiro exemplo de sucessivos erros políticos, este liceu foi um dos poucos casos a nível nacional que, em 2010, não beneficiou da implementação do propalado Plano Tecnológico. O argumento invocado foi o de que se avizinhava uma requalificação do edificado, o que até aos dias de hoje, lamentavelmente, não aconteceu. De salientar que a escola está situada em frente à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a qual inclui nas suas competências “Acompanhar a requalificação, modernização e conservação da rede de escolas”, bem como “identificar as intervenções nos edifícios escolares” (DGEstE, 2013). Contudo, observa, há largos anos e sem intervir, uma crescente deterioração do edifício centenário. Esta situação já foi inclusivamente alvo de diversas notícias na comunicação social, designadamente em fevereiro de 2017 devido ao seu encerramento abrupto, levado a cabo por alunos e respetivas famílias, ante as consequências nefastas provocadas por um inverno mais rigoroso. Além disso, esta escola secundária possuiu um acervo documental ímpar que se encontra num lamentável estado de degradação, sem acesso público e sem

recursos condignos para o tratar. Possui um serviço de biblioteca fortemente condicionado por medidas avulsas de gabinete, desarticuladas entre si, que adensam a falta de equidade e de justiça social, do qual a seguir se dará conta.

O serviço da biblioteca

Na realidade, as boas intenções e todas as mais-valias trazidas pela Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) às bibliotecas das escolas públicas, designadamente com a institucionalização da figura do professor-bibliotecário, não tem sido possível atenuar o impacto de algumas políticas imponderadas no seio das bibliotecas, particularmente no caso daquelas que comportam um património documental considerável, como se referiu anteriormente a propósito da Escola Secundária Alexandre Herculano. A criação daquela figura, aliás, permitiu a inclusão da biblioteca nos documentos orientadores da escola e reforçou o papel desta no suporte às atividades letivas e ao desenvolvimento de projetos pedagógicos. Contudo, sem recursos próprios e com falta de apoio da autarquia, torna-se inexecutável proteger o Fundo Antigo do liceu e acautelar o seu património histórico e cultural. Este Fundo integra obras dos últimos cinco séculos e dele fazem parte inúmeros livros didáticos, utilizados por diferentes gerações de docentes e por algumas personalidades da nossa sociedade. Não será, portanto, obrigação da autarquia a preservação e acautelamento do seu património, bem como a sua devolução à cidade? Ressalve-se que alguns desses documentos têm sido regularmente procurados por investigadores e leitores curiosos de vários pontos do país.

Para além das questões de património, e em termos de responsabilidade da autarquia, o tratamento desigual conferido às diferentes bibliotecas das escolas com Jardim de Infância/1º ciclo, muitas vezes condicionado pela cor política dos presidentes de Junta de Freguesia, é um exemplo da obstrução à democracia condicionada por interesses partidários. Efetivamente, já em 1997, aquando da publicação do documento *Lançar a rede de bibliotecas escolares*, pretendia-se criar condições nas bibliotecas para que fosse possível desenvolver nos estudantes competências para o exercício livre da sua cidadania “contribuindo assim para que os cidadãos se tornem mais conscientes, informados e participantes” (Veiga, 1997: 16). Porém, constatava-se a ausência de uma política responsável, articulada e concertada entre instituições que impedia as escolas de 1º ciclo de “oferecerem as condições mínimas” para estimularem o prazer da leitura (Veiga, 1997: 20). E não será, igualmente, uma fonte de discriminação social o facto de a RBE designar nas suas plataformas as “Bibliotecas da Rede” e as “Bibliotecas fora da Rede”, ainda que ambas possam estar integradas num mesmo agrupamento? Ora, antes de mais, esta classificação põe em causa o dever do professor-bibliotecário de prestar um serviço equitativo e justo social e culturalmente, de acordo com a legislação, pois cabe a este “Assegurar o serviço de biblioteca para os alunos do agrupamento” - (Portaria nº 192-A/2015).

A este propósito pode referir-se o exemplo concreto da situação do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano em que somente sete das suas nove escolas contemplam bibliotecas integradas na Rede, ficando duas escolas sem usufruir de um espaço reconhecido como biblioteca. Na verdade, numa dessas escolas já foram submetidas diversas candidaturas para que a sua biblioteca pudesse integrar a Rede, beneficiando assim de algum apoio sobretudo documental, mas sem sucesso. Foi invocado, basicamente, que a biblioteca não cumpria requisitos tais como: número de metros quadrados e quantidade de alunos suficientes, apesar de estes serem cerca de uma centena. Na outra escola, onde até há pouco tempo não existia espaço próprio de biblioteca, foi necessário mobilizar a comunidade. Assim se transformou uma antiga sala de aula em biblioteca – solicitou-se, à autarquia, mobiliário usado e efetuou-se uma campanha para angariar livros. Será legítimo privar alunos, docentes e pessoal não docente das mesmas oportunidades dos restantes, dentro de um mesmo

agrupamento, porque estão alocados a um determinado edifício? Deve o ou a professora-bibliotecária tratar a sua comunidade de forma diferenciada, dependendo do local onde estão diariamente, sobretudo quando as carências económicas e sociais são já, e por si só, uma fonte de desigualdade e um flagelo na vida dessas crianças e jovens?

Aqui levanta-se igualmente a discussão sobre a incoerência na definição do número de professores-bibliotecários existentes hoje em dia nas escolas, nomeadamente no seio destes mega-agrupamentos. A Rede de Bibliotecas Escolares reconhece esta realidade, mas ainda não foi capaz de a alterar quer do ponto de vista político quer do ponto de vista legal. Recorde-se que esta determinação está diretamente relacionada com o número de alunos num dado agrupamento, independentemente da quantidade de escolas que o constituam. Aliás, para se compreender melhor, basta comparar dois agrupamentos de escolas da cidade do Porto: o Agrupamento de Escolas Clara Resende, situado numa zona da cidade menos carenciada, que alberga duas escolas com duas bibliotecas cada com um professor-bibliotecário; e, na parte oriental da cidade, zona desfavorecida, surge o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, o qual integra nove escolas com nove bibliotecas geridas pelo mesmo número de docentes, isto é, dois professores-bibliotecários.

Através deste exemplo, torna-se óbvia a impossibilidade de se prestar um serviço equitativo e condigno a essa comunidade, sem funcionários alocados e com inexistência de horas e docentes disponíveis para integrar a equipa das bibliotecas e as manter, prestando o apoio técnico-pedagógico exigido. Acresce ainda o facto de, até há pouco tempo nesse agrupamento, três das nove bibliotecas debaterem-se com um funcionamento ininterrupto – uma escola secundária e duas escolas com segundo e terceiro ciclos –, o que pressupunha a existência de pelo menos um professor-bibliotecário em cada e de funcionários que assegurassem o serviço quando este docente tem de lecionar. Recorde-se ainda que, dados os constantes cortes ao nível dos recursos humanos, hoje em dia as equipas de biblioteca sobrevivem com o trabalho de ex-professores que pediram a reconversão das carreiras por não se sentirem capazes de lecionar, o que contempla a agravante de estes apresentarem incapacidades físicas e/ou psicológicas.

Com a revisão da Portaria do professor-bibliotecário em 2015 (Portaria nº 192-A/2015), a RBE perdeu, igualmente, a oportunidade de corrigir algumas destas incongruências. Se se fizer uma comparação com a Portaria anterior (n.º 756/2009), constata-se que houve alguns recuos inclusivamente na dignificação do papel do PB no Conselho Pedagógico. De lá para cá esse docente só terá assento no dito órgão se assim estiver estipulado no Regulamento Interno das escolas, aprovado por elementos indicados pelo diretor. Mais uma vez, a inexistência de órgãos colegiais e a assunção de uma hierarquia na figura do diretor, segundo uma lógica empresarial.

A biblioteca como mobilizador social

Com efeito, esta panóplia de constrangimentos, agravados desde a megafusão, obrigou a biblioteca Alexandre Herculano a reinventar-se e a encetar esforços no sentido de não adensar as desigualdades sentidas pelos seus utilizadores, sobretudo em comparação com outras escolas da mesma cidade, com vista a ser “uma plataforma essencial na redução das desigualdades de oportunidades” (Pires, 2017: 10). Aliás, em virtude das condições socioeconómicas da comunidade escolar, a implementação de ações pontuais de acesso ao livro e à leitura tem sido dificultada pelos interesses comerciais de editoras. Exemplo disso são as Feiras do Livro que ainda hoje não se realizam por alegada falta de poder de compra do seu público-alvo. O convite a autores, escritores ou figuras públicas tem sido fortemente condicionado por editoras que condicionam a vinda à venda de um número determinado de exemplares. Ora:

O acesso aos serviços e colecções deve orientar-se pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem das Nações Unidas e não deverá ser sujeito a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais (IFLA, 2016: 67).

Perante a inexistência de verbas para atualização da coleção, procurou-se resgatar os velhos livros para o centro das iniciativas da biblioteca e, num trabalho de mobilização social e de proximidade com as famílias e restantes elementos da comunidade, incluindo auxiliares técnicos e operacionais, pediu-se a colaboração de todos para ajudarem a *limpar o pó* a esses livros antigos, literal e metaforicamente falando. Retirando-os das estantes, foi-lhes pedido que seleccionassem um excerto ao seu gosto e partilhassem essa leitura numa sessão conjunta de leitura em voz alta.

O envolvimento da comunidade abrange os esforços de programação, desenvolvimento da coleção e acolhimento de populações diversas do ponto de vista cultural, linguístico, étnico e outros nas nossas bibliotecas. As bibliotecas escolares devem reconhecer a importância das famílias na educação dos seus filhos e o valor da transmissão intergeracional de conhecimento. (IFLA, 2016: 67)

Limpar o pó permitiu igualmente que familiares encarregados de educação e outros, pessoal docente e não docente, pudessem visitar essa leitura através do empréstimo domiciliário (*Biblioteca para Gente Grande*). Concomitantemente, foi-se desafiando a comunidade à prática de sessões de leitura de alunos para alunos, de familiares para as suas crianças. Algumas destas sessões traduziram-se num serviço de leitura pública com arranque na biblioteca escolar e que se prolongou em iniciativas em parceria com as Bibliotecas Municipais do Porto, designadamente com a Biblioteca Pública Municipal do Porto (casos da Biblioteca Sonora e de várias edições da *Maratona Leitura*) ou com a Biblioteca Municipal Almeida Garrett (*Projeto de Animação Comum, Concurso Nacional de Leitura, Projeto Histórias com Sentidos*).

Será que essas sinergias entre bibliotecas escolares e municipais não poderiam ser aprofundadas com vista a delinear uma política de leitura pública mais consentânea e mais eficaz? Não seria possível resolver definitivamente as tensões existentes entre ambas, cumprindo

o desígnio de articulação entre os sectores cultural e educativo, traduzido na prática pelo apoio das bibliotecas públicas municipais às bibliotecas escolares (Neves e Lima, 2009: 27),

almejado por sucessivos governos e plasmado nas suas orientações programáticas? Na verdade, num dos estudos sobre a Leitura efetuados entre 1997 e 2000, João Teixeira Lopes e Lina Antunes constatavam que “as lógicas de utilização e apropriação de ambas as bibliotecas (escolar e municipal) não se distanciam” (Lopes e Antunes, 2000: 25).

Com o intuito de experimentar as potencialidades de um serviço de biblioteca vivo e ativo, optou-se, então, por implementar uma política concertada de promoção da leitura entre os diferentes elementos da comunidade, dinamizando atividades culturais diversificadas com o intuito de atrair e envolver o seu público e trazê-lo a esse espaço.

A biblioteca escolar dá resposta às necessidades da comunidade educativa em que se encontra e trabalha para o benefício de todos os membros dessa comunidade (IFLA, 2016: 23).

Efetivamente, “É o investimento nas pessoas que aparece como pré-requisito de um verdadeiro alargamento dos públicos da cultura” (Fernandes, 2004: 207). Mesmo rejeitando o ato de ler, os alunos poderiam visitar e frequentar o espaço da biblioteca para outras finalidades. Paralelamente, procedeu-se à implementação de atividades em articulação com outras estruturas da escola, designadamente com o Museu de História Natural, numa espécie de serviço educativo integrado: tanto alunos internos como os externos visitavam o Museu no

primeiro andar, desciam posteriormente à biblioteca para assistirem à leitura de uma Fábula e terminavam a sua visita com pintura facial animal, orientada por alunos do Curso Profissional de Animador Sociocultural. Além disso, procurou-se a articulação curricular com os conteúdos de diversas disciplinas e dinamizar atividades que, localizadas na biblioteca, propiciassem as diferentes formas de expressão artística: cinema, música, artes performativas, teatro, exposições, atividades lúdicas e manualidades.

Projetos transversais com a comunidade

Procurou-se, também, e através da biblioteca, aprofundar o compromisso da comunidade escolar com outras instituições, no sentido de potenciar uma prática de cidadania ativa: “os usos do espaço público fazem parte das competências do cidadão”, sendo que “a participação cultural que nele se pode desenrolar é uma condição da cidadania global e múltipla” (Lopes, 2007:71). Tal implicou a execução de projetos transversais com diferentes instituições, entidades, grupos ou associações de âmbito local, nacional e internacional, dos quais se seguem alguns exemplos. O principal objetivo foi a aproximação da comunidade educativa ao livro e à leitura, potenciando o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo e criando oportunidades de conhecimento e de aprendizagem, numa prática de cidadania ativa, pois a biblioteca é uma

porta de acesso local ao conhecimento e à informação, proporcionando as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais (IFLA e UNESCO, 1994).

Ao nível local, por exemplo, criou-se um Banco do Livro em parceria com o Movimento REUTILIZAR.COM, assegurado por familiares encarregados de educação desempregados; dinamizaram-se palestras e sessões de esclarecimento com a Associação para o Planeamento da Família e com o Agrupamento de Centros de Saúde Porto-Oriental; promoveram-se exposições sobre Direitos Humanos com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; implementaram-se sessões de partilha de práticas culturais e artísticas com Associação do Porto de Paralisia Cerebral; envolveram-se os avós da comunidade (Lares de Terceira Idade) em ciclos de cinema intergeracionais, com direito a pipocas. Estabeleceram-se parcerias com a autarquia na implementação de programas regulares, como é o caso de *O Porto a Ler* e com a Universidade do Porto a biblioteca envolveu-se em projetos incluídos no programa camarário *Porto de Futuro*, particularmente na *Sociedade de Debates*, nas *Aulas sem Fronteiras* e no *Projeto de Voluntariado Estudantil*, este último com o intuito de evitar o abandono escolar. Mais recentemente, com a Associação Espaços-Projetos Alternativos de Mulheres e Homens realizou-se na biblioteca o *workshop Partilhar Lideranças nos Espaços Público e Privado* com a participação de vários elementos da comunidade interna e externa e dinamizou-se ainda a *Oficina Maria de Lourdes Pintasilgo: um percurso singular* junto de docentes e alunos do ensino secundário.

No plano nacional, destacam-se algumas atividades orientadas para a formação dos alunos para a cidadania ativa e para a construção de uma consciência social. Destes destacam-se a mostra *Braga Capital Europeia da Juventude* e o concurso *Namorar com Fair Play*, em articulação com o Instituto Português do Desporto e da Juventude, sobre a violência no namoro e no qual a biblioteca arrecadou o 3º Prémio; com a Associação de Solidariedade Internacional e com o Centro Local de Apoio a Integração de Migrantes, através do projeto *Bibliotecas Humanas*, e que se desenrolou nas nove bibliotecas do agrupamento; com a AJA, Associação José Afonso em atividades musicais e de declamação de poesia; e, finalmente, com a ANIMAR/Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade na ação *Roteiro da Cidadania em Portugal*, que percorreu de carrinha o país.

Em termos internacionais, destaca-se a parceria com a Associação Juvenil MEDesTU, materializada em dinâmicas com voluntários de outros países, numa espécie de *livros vivos*. O Programa Internacional Rotas Solidárias.org/Laboratório do Erro possibilitou o desenvolvimento do projeto *Rota dos Livros com Cabo Verde*, com uma campanha de angariação de livros para a biblioteca da Escola Secundária da Ilha da Boa Vista em Cabo Verde. Este projeto, orientado por uma docente de filosofia do agrupamento, tem sido um exemplo de como o livro e a leitura têm a capacidade de humanizar a escola, unindo comunidades educativas além-fronteiras, atestando que o acesso à cultura é determinante para a produção de pensamento crítico e, sobretudo, para a construção de uma forte consciência social.

Conclusão

As políticas neoliberais de sucessivos governos têm tido impacto significativo nas desigualdades sociais, com consequências negativas no direito universal de acesso a uma escola pública de qualidade que inclua bibliotecas aptas a responder aos desafios de uma sociedade em mudança e que fomente novos públicos para a cultura.

As políticas locais e os conflitos partidários têm agravado essas assimetrias, pondo em causa um Estado social que propicie condições de igualdade e que preserve o património histórico e cultural locais. Na cidade do Porto, uma enorme desarticulação institucional e opções político-partidárias que não envolvem a população, evidenciam os constrangimentos na gestão da rede escolar. Estes constrangimentos, materializados em mega-agrupamentos, colocam dificuldades à própria Rede de Bibliotecas Escolares na resolução de tensões que prejudicam o trabalho das suas bibliotecas.

O caso do Alexandre Herculano pode ser tomado como um exemplo positivo de preocupação em preservar um património documental que é também da cidade. Tem-se procurado suprir algumas carências sociais da comunidade educativa através de um serviço de biblioteca ativo, uma espécie de polo cultural, que valoriza a identidade do coletivo e cria laços com as famílias e com a comunidade envolvente.

Limpando o pó aos livros antigos, no sentido literal e metafórico, ensaiou-se uma tentativa de aproximação da comunidade educativa ao livro, à biblioteca, à leitura através de livros esquecidos nas estantes. Desempoeirando-os, incentivou-se a comunidade a fazer as suas próprias escolhas e a pensar livremente. Tentou-se contornar alguns efeitos das políticas de desigualdade social, envolvendo a comunidade em iniciativas culturais de âmbito local, nacional e internacional.

A biblioteca é neste agrupamento entendida como um local de aprendizagem, espaço de encontro, de cultura e de fruição, que promove a leitura e a participação democrática de crianças, jovens e adultos num exercício da cidadania. Neste sentido, pretende-se que a biblioteca seja um lugar de todos/as e de cada um/a na concretização de um Estado social

Não é possível construir o futuro e afirmar a nossa identidade cultural se não possuímos bibliotecas abertas a todos – bibliotecas que sejam o refúgio da memória, presença do quotidiano, espaço de interrogação (Nunes, 1998: 100).

Um objetivo último será uma possível utilização autónoma das Bibliotecas Públicas Municipais, por parte de elementos da comunidade, potenciando o serviço de leitura pública e aproveitando sinergias entre bibliotecas escolares e públicas.

A oferta de uma escola pública de qualidade com bibliotecas vivas e ativas poderá permitir a resistência a estigmas sociais e proporcionar oportunidades de mobilizar e, sobretudo, de reinventar a sociedade.

Referências bibliográficas

Costa, António Firmino da; Pinto, José Madureira; Pereira, Virgílio Borges (2008), Desigualdades sociais e relação com a escola, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XVII-XVIII: 251-252. Consultado a 6-12-2018, disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426539979010>.

DGEstE (2013), *Competências das DSR*. Lisboa: Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Consultado a 6-12-2018, disponível em <http://www.dgeste.mec.pt/index.php/competencias-das-dsr/>.

Fernandes, António Teixeira (1993), Poder autárquico e poderes difusos, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, (03): 7-33. Consultado a 6-12-2018, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8458/2/1307.pdf>.

Fernandes, António Teixeira (2000), Desigualdades e representações sociais. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*, (10): 203-214. Consultado a 6-12-2018, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8198/2/1478.pdf>.

Fernandes, António Teixeira (2004), Reflexividade social e regulação cultural. *Públicos da Cultura*. Lisboa: OAC.

IFLA (2016), *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar*. 2ª ed. Tradução da Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares. Consultado a 6-12-2018, disponível em www.rbe.min-edu.pt/np4/file/1853/guide_lines_2016.pdf.

IFLA; UNESCO (1994), “Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas.” *International Federation of Library Associations and Institutions*. Consultado a 06-12-2018, disponível em <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>.

Lopes, João Teixeira; Antunes, Lina (2000), “Desescolarizar as bibliotecas?”, *Boletim OBS*, 8, 25.

Lopes, João Teixeira (2007). *Da democratização à democracia cultural: uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*. Porto: Profedições.

Neves, José Soares; Lima, Maria João (2009), *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*. Lisboa: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. Consultado a 6-12-2018, disponível em [http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/arquivo/escolas/uploads/projectos/promocao_leitura_bibliot-publicas\(1\).pdf](http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/arquivo/escolas/uploads/projectos/promocao_leitura_bibliot-publicas(1).pdf).

Nunes, Henrique Barreto (1998), *Da biblioteca ao leitor : estudos sobre a leitura pública em Portugal* [2ª ed]. Braga: Instituto Português do Livro e da Biblioteca.

Pires, Hermínia (2017), *O contributo da biblioteca escolar para o reforço da escola inclusiva*. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares. Consultado a 6-12-2018, disponível em <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/1954.html>.

Portaria n.º 756/2009 de 14 de Julho. Diário da República n.º 134/2009, Série I. Lisboa: Ministério da Educação.

Portaria nº 192-A/2015 de 29 de junho. Diário da República n.º 124/2015, 1º Suplemento, Série I. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Veiga, Isabel (coord.); Barroso, Cristina *et al.* (1997), *Lançar a rede de bibliotecas escolares*. Lisboa: Ministério da Educação. Consultado a 6-12-2018, disponível em http://www.rbe.mec.pt/np4/file/94/lancar_rbe.pdf.

Na biblioteca pública, ler por prazer: uma mirada feminista

Paula Sequeiros,¹ Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
psequeiros@ces.uc.pt

Resumo: O prazer da leitura, declarado por leitoras e leitores diversos e em diversas circunstâncias, não parece ter um assento simples no contexto da leitura pública. Proponho indagar um desajustamento entre modos desejados de leitura, em torno do prazer leitoral, e os lugares da sua prática em bibliotecas públicas. Dadas as marcas patriarcal e produtivista nos constrangimentos históricos ao prazer de ler, proponho partir de um quadro teórico feminista orientado para o questionamento do contentamento proporcionado pela leitura, enquanto forma de trabalho reprodutivo, dos cuidados. Pretendo lançar algumas bases que permitam esclarecer a forma presente desses constrangimentos assim como compreender como se pode produzir um lugar praticado de leitura pública que reconheça e acolha esse modo leitoral.

Palavras-chave: leitura pública, leitura por prazer, perspectivas feministas, moralismo, contentamento.

Ler simplesmente por prazer.

A primeira reação é de estranheza: fundamentar porque a leitura por prazer pode e deve ter lugar em bibliotecas públicas assemelha-se, a meu ver, a um contrassenso.

Se o prazer na leitura é corrente, legítimo, se é expectável pelo menos para a leitura privada, não é frequente que as bibliotecas de leitura pública se ofereçam como um lugar explicitamente marcado para a sua concretização. Seja através do escrutínio das políticas de leitura aplicadas a esses espaços, seja pela perceção da cultura institucional ou das atmosferas de leitura (Sequeiros, 2011) de muitas delas, a questão ganha corpo. Comparativamente, a leitura mais marcada por fins utilitários, como a dirigida à aprendizagem ou à informação proporcionada pelos jornais, parece ser uma prática que, em geral, não carece de justificação.

Neste trabalho, proponho perguntas e avanço um enquadramento teórico dirigido ao questionamento da desejabilidade da leitura por prazer naqueles espaços institucionais. Selecciono e articulo conceitos e abordagens que se me afiguram frutíferos.

Para compreender se existe esse lugar marcado, não partirei tanto da perplexidade, já que muitas possíveis respostas ressoam face a essa questão, aparentemente ingénua e deslocada. Partirei antes da insatisfação percecionada nas próprias práticas de leitura pública dirigidas ao prazer leitoral, de relatos sobre as suas condições, num contexto de instituições que reúnem, contudo, potencial para tanto.

Entendo por *biblioteca pública desejável* um espaço propício para conjugar as dimensões leitorais estéticas e prazerosas, da imaginação e da criação, da reparação corpórea e da convivialidade, no âmbito das práticas quotidianas mais correntemente associadas ao lazer e à cultura.

¹ Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Pesquisa na área das bibliotecas públicas e novas tecnologias, bibliotecas públicas e leitura. Pós-doutoranda no CES com o projeto "A biblioteca no tempo: bibliotecas dos paradigmas do impresso, do oral e do digital", 2017. Licenciatura em História, Universidade do Porto; Mestrado Sociedad de la Información y del Conocimiento, UOC; Doutoramento em Sociologia, Universidade do Porto. Foi documentalista em empresas e bibliotecária em instituições do ensino superior. Trabalhos depositados em <http://eprints.rclis.org/>.

O quadro teórico que adiante dirige-se ao questionamento do que é a leitura prazerosa. A partir deste quadro, evidenciarei os constrangimentos da moralidade produtivista e patriarcal às práticas leiturais por prazer. Convocarei miradas feministas sobre as possibilidades da leitura como território de imaginação, reparação, recreação e contentamento.

a partilha da alegria,² seja física, emocional, psíquica ou intelectual forma uma ponte entre quem partilha que pode ser a base para compreender muito do que não é partilhado entre essas pessoas e diminui a ameaça da diferença (Lorde, 1984:56)

Invocarei, por fim, a deseabilidade de um lugar que ofereça essas possibilidades dentro das bibliotecas.

Destaco de seguida conceitos centrais para esta reflexão.

Abordagem concetual

Práticas e espaços: leitura, pública e privada

Começarei por caracterizar a leitura pública como aquela que se frui em espaços públicos de leitura, a partir de objetos, materiais ou não, e de serviços disponíveis em bibliotecas de acesso público. As práticas de leitura nesses espaços produzem diversos lugares leiturais, operando uma fusão entre, por um lado, um espaço de leitura individual, íntimo (Petit, 2001), e, por outro, um espaço social, de fruição coletiva de bens organizados em torno da escrita e da leitura. A este artifício analítico, de separação entre as dimensões pública e privada da leitura, farei referência de seguida.

Mesmo que produzida em espaço público, a leitura revela traços da prática individual, interpretativa e concentrada no objeto de leitura, prática que acrescenta uma outra camada espacial ao cruzamento entre o espaço social e o físico: lendo, o corpo parece ausentar-se do seu lugar e, sem desancorar, flui para o lugar singular recriado pela leitura. A este espaço leitoral, chamou Michèle Petit “íntimo”, não “público”, realçando que se pode constituir como uma saída das “prescrições familiares ou sociais”, em qualquer idade ou condição social, incluindo uma saída de condições físicas muito adversas (2001, 42-43). Esse lugar íntimo da leitura tem sido especialmente escrutinado pelo moralismo conservador e patriarcal.

As representações sobre o ato de ler convocam, provavelmente em primeiro lugar, o espaço privado, as imagens domésticas da leitura. Por aí começo.

Jeannette Winterson usou para um dos seus títulos uma curiosa analogia em *Oranges are not the only fruit* enfatizando como viveu conflitos agudos em torno das prescrições familiares e o seu desejo de explorar outras formas de viver. Apaixonada defensora das bibliotecas, Winterson pronunciou-se publicamente nos momentos em que os poderes locais encerraram mais de seiscentas bibliotecas de bairro no Reino Unido. E explicou em entrevista a um jornal (2012):

Eu costumava dar uma ajuda na biblioteca. Era uma miúda bruta e dura, não muito boa na escola, a não ser com as palavras. Tínhamos seis livros em casa, mas eu tinha a biblioteca. Adorava aquele edifício – construído para as classes trabalhadoras – construído para mim. Adorava a sensação de tranquilidade energética. Quando saí de casa aos 16 e vivi dentro de um Mini, ia para a biblioteca a noite toda até fechar.

Não pretendendo abordar as questões do gosto na leitura, entendo ser imprescindível, contudo, um percurso pelas representações sobre a leitura como lugar privado, marcado por constrangimentos, particularmente pelos de género, como referirei. Acontece ser o doméstico, frequentemente, um lugar de violência, física e simbólica, sobre quem deseja ler livremente,

² Tradução própria do original para este extrato de texto e seguintes. *Joy* traduzido como alegria, aqui e subsequentemente.

como aquela *miúda*. A biblioteca pública que não integre fortes limitações à liberdade de ler pode adicionar, em comparação, oportunidades de abertura a vidas encerradas.

Quando inserida em contexto público ou de serviço público, a leitura é também demarcada por constrangimentos e facilitações, desde os dos conteúdos disponibilizados – provavelmente mais notórios –, aos dos modos de leitura esperados, cultural e institucionalmente acolhidos, e propiciados pela configuração dos espaços – constrangimentos estes de leitura mais subtil. Quem lê, percebe o seu possível lugar a partir de pistas corporizadas, aparentes. A *hexis* corporal dominante – posturas, atitudes, maneiras de estar – (Bourdieu, 1977, 87) em cada área da biblioteca é contrastada com os *habitus* próprios de quem entra. O social evidencia-se a partir das pistas corporizadas de género, de classe, racializadas, as quais tacitamente pontuam a adequação, ou não, da pessoa que quer ler. No quadro da cultura institucional, das políticas de leitura locais ou gerais, há contudo lugar para algumas práticas de leitura não conformes, não esperadas nem imaginadas e que poderão ser aceites, toleradas. A ação individual ou grupal pode criar lugares praticados imprevistos, como sinalizei em pesquisa baseada em observação numa biblioteca pública, desde a deslocação de peças de mobiliário para local mais apetecível, até ao à-vontade para fazer a sesta ou ainda a posição vantajosa de leitoras e leitores frequentes na regulação do ruído e na aceitação de usos imprevistos da Internet (Sequeiros, 2011). Destaco, neste ponto, o conceito de *práticas legítimas imaginadas* (Bourdieu e Darbel, 1966, 60) em instituições culturais, para questionar se a leitura por prazer é uma prática adequada, esperável, desejável no lugar institucional que a biblioteca é.

A análise da leitura pública requer portanto a consideração integrada do público e do privado, do íntimo e do partilhado, do sensorial, do inteligível, da conformidade e do inesperado. Requer ainda uma atenção particular à normatividade não explícita, tacitamente produzida no decurso das sociabilidades leitorais.

Criar o lugar da e pela leitura

A leitura, logo enquanto lugar de prática, pode constituir-se como transgressão, tanto pelo que se lê como pela capacidade de evasão de um espaço controlado para um outro criado pela pessoa leitora. Na visão de Michèle Petit (2001, 51):

Uma vez que a alegria é um sentimento que nos eleva acima do quotidiano, não podemos facilmente andar à sua procura, mesmo que consigamos adquirir formas rotinizadas de escapar à ansiedade ou às fontes de tristeza. O contentamento é certamente uma emoção mais simples de compreender, enquanto que a alegria raramente pode ser prevista.

Adotarei a sua visão pelas possibilidades que oferece para pensar o prazer de ler, prazer particular que entendo situar-se entre a alegria e o contentamento. Outro traço, relevante para compreender a leitura pública, em companhia, é o destaque dado às várias manifestações de felicidade como produto da vivência social. Momentos fortes de contentamento, que Segal trata com detalhe, pressupõem um sentimento de *união*.³

A oportunidade para gozar de companhia de outras pessoas igualmente envolvidas na leitura, numa atmosfera de grupo, foi tratada antes por Maria Bakardjieva (2004) a partir de uma motivação frequente para a ida às bibliotecas, mesmo para quem possuía livros em casa. Este sentimento de *união* não perturbava o espaço pessoal da leitura, a coprodução de um lugar leitural antes o estimulava. Uma parte do leitorado que visita a biblioteca pública procura um espaço onde possa “estar com”, observar e sentir pessoas igualmente ocupadas e reunidas numa mesma prática, como analisei em pesquisa etnográfica numa biblioteca

³ *Togetherness* no original; tradução que retirei para textos de outras autoras.

pública. Essa forma de união, em interação sem intrusão, nem proximidade vicinal ou familiar, facilita a concentração, impulsiona a ler. O encontro com quem é diferente, quebra isolamentos e reconforta. Isto é, do meu ponto de vista, o que Winterson referiu como *tranquilidade energética*. Por tudo isso vários leitores e leitoras da biblioteca pública liam melhor dentro da biblioteca, se comparada com espaços outros de isolamento (Sequeiros, 2010).

As questões que emergem, assim, no decurso desta reflexão são: há lugar para a leitura prazerosa nas bibliotecas públicas? Em caso de resposta afirmativa, como se poderá produzir esse lugar? E ainda, como se apresentam esses modos leiturais?

Para completar esse enquadramento torna-se necessário abordar ainda os constrangimentos à leitura orientada para o prazer.

As três pechas: o perigo social, a imoralidade, a inutilidade

Representações e narrativas sobre a leitura na sua relação com os padrões da conformidade social contêm, impressas, marcas genderizadas de moralismo de género e pelos imperativos produtivistas. Por ter permanecido um campo histórico de transgressão hiperbolizada e de prescrição afinada, a leitura *de mulheres* é o ponto de ancoramento inicial para o questionamento que proponho. Tomarei por base alguma reflexão produzida sobre esse campo, apostando na sua capacidade interpretativa em relação a modos não conformes, transgressores de leitura pública.

Em décadas passadas, o termo então em voga de *leitura amena* – também usado em bibliotecas – exprimia, pelo menos parcialmente, o conceito de leitura por prazer, ao designar práticas de leitura não utilitárias e sem fins produtivos. E esta forma de apropriação leitoral estava associada à leitura *por mulheres*.

Para Portugal, sabemos pouco sobre como leem elas em bibliotecas públicas na atualidade. Percebeu-se que a percentagem que comprava livros há alguns anos era significativamente superior à dos homens (Neves e Lima, 2008; Neves, 2011), em linha com dados homólogos europeus. Ler na biblioteca, muda o contexto da prática e não é claro, face à lacuna estatística, que as mulheres predominem como visitantes ou leitoras. A observação que conduzi em bibliotecas públicas não o confirmou (Sequeiros, 2010; Sequeiros e Grünig, 2012).

É relevante lembrar a perspetiva de Bernard Lahire de que, a diferença entre sexos na leitura, é mais proficuamente observada através dos diferentes modos de apropriação da leitura do que pela quantificação de obras lidas (1998: 217-219). Importa também ter em conta a sua chamada de atenção para o facto de não ser a diferença genderizada na escolarização tão esclarecedora, em termos comparativos, como a distribuição genderizada de papéis sociais na família e na sociedade (Lahire, 1993).

Referir-me-ei de seguida a três rotulagens que têm vindo a ser apostas à leitura de e para mulheres.

O perigoso, o imoral

A leitura permite uma certa forma de “ubiquidade”, o espaço criado pela leitura pode constituir-se como uma “ausência impertinente” (Rosolato, *apud* Certeau, 1990: 250). É esta impertinência que certamente produz a irritação de agentes sociais que aspiram a controlar as *públicas virtudes*. O lugar indeterminado da leitora, refúgio ou transgressão, cristalizou-se em décadas passadas nas imagens de mulheres jovens e maduras entregues à leitura do romance, em áreas privadas e íntimas, em posturas ambíguas de abandono e sedução por um objeto leitoral que competia com o privilégio da masculinidade patriarcal.

O romance foi ele próprio objeto vigiado e suspeito pelo público a que se dirigia – sobretudo feminino – e pelas paixões que teria capacidade de incendiar. Alvo particular do escrutínio moral, se fora do espaço doméstico e emocionalmente fora ainda de um controle subordinante, a imagem da mulher letrada, das classes médias, absorta pelo romance, fez-se sinédoque da leitura perigosa com uma cristalização histórica surpreendente (Vaquinhas, 2010). A ênfase na leitura como forma de apropriação individual, é central na obra precursora de Janice Radway (1984). Esta criticou detalhadamente o olhar patriarcal sobre a leitora de romances, enfatizando a diversidade e a complexidade das formas de apropriação, as quais incluíam dimensões recreativas, de experiência e aprendizagem vicarial, sublinhando o enraizamento social dessas apropriações e descentrando do enfoque no escapismo, na superficialidade e na hiperemocionalidade.

Entender a leitura como trabalho de cuidado, a par de outras formas de reparação do corpo, proporciona ainda a ultrapassagem de uma abordagem medicalizadora aos benefícios da leitura a qual tem recebido crítica pontual (Barone, 1977). A retórica clínica sobre o contentamento, visto como terapia quando associado à fruição cultural e à recreação, tem recentemente encontrado nova formulação. Caracterizar largos números de indivíduos como sofrendo de depressão, carentes de autoajuda, como observa Segal (2018), tem o seu equivalente histórico na caracterização da nostalgia que teria tomado posse de algumas cabeças nas sociedades ocidentais há décadas atrás. Os modos de vida das sociedades capitalistas contemporâneas engendram tropismos e rotulagens provenientes de taxonomias orientadas para individualizar e penalizar uma *morbilidade* – em alastramento – que tem antes uma origem societal.

O inútil

Produtivismo e leitura como prática de lazer, fora da esfera produtiva, não parecem conjugar-se. Refere Barthes, em *O prazer do texto*, todo um leque de opositores à fruição do texto, insistentemente mas sem surpresa, “sendo improdutivo o prazer” (1970: 70). Frequentemente se encobre em público o prazer simples da leitura com uma capa de dignidade, literalmente o caso das capas especiais na reedição para adultos da série Harry Potter.⁴ Observei, ainda, como alguns estudantes apresentavam finalidades *sérias* para as suas estadias numa biblioteca pública, colocando livros de estudo e dicionários sobre as mesas, não assumindo, por crerem ser prática aí desaconselhada, a consulta de objetos de leitura como mensagens pessoais ou livros não escolares trazidos consigo.

O reconforto retirado da leitura, integra expectavelmente as narrativas de leitores assíduos e torna-se referência destacada em condições de vida adversas. Pensar a leitura como uma forma de trabalho dos cuidados, de cuidado de si, é uma interessante perspetiva:

Assim a construção de si pela leitura leva a inscrever-se em formas de sociabilidade diferentes das sociabilidades ligadas às socializações primárias e secundárias. A entrada na leitura coletiva vai desde logo contribuir para o desenvolvimento de um sentido prático que se pode qualificar de cuidado de si pela leitura. Este cuidado de si, porque é cultivado na e para a leitura, aparece indissociavelmente ligado ao cuidado das e dos outros (Albenga, 2011: 93).

São conhecidas experiências de situações críticas em que, mesmo estando em falta a satisfação das chamadas necessidades básicas, em condições extremas de emocionalidade abalada, a leitura proporciona reparação, como mostram os casos de leitura em condições extremas. Entre estas, estão a prisão política (Oliveira, 2011) ou comum feminina (Sequeiros, 2018), as ocupações do espaço público por movimentos de protesto (Bidgood, 2011; Pérez

⁴ Ler mais em “See Harry Potter book covers through the years” de 2018, por Madeline Boardman, em *Entertainment*, <https://ew.com/gallery/harry-potter-book-covers/>.

Martín, 2011). Pela ancestral alocação do trabalho dos cuidados às mulheres, e ainda pela possibilidade de passar, a partir de uma reflexão feminista para uma esfera mais pública, entendo que é especialmente desafiante tomar esta ponta do fio.

Por fim, o facto de se estar perante a prestação de um serviço público, de leitura neste caso, pode, nas presentes condições socio-políticas, agravar uma valorização negativa dessa prestação, alegando-se não ser a leitura um serviço básico que responda a uma necessidade universal, ou alegando a ilegitimidade de financiar *públicos vícios*. Embora dificilmente verbalizado nestes precisos termos, a expressão financeira nos orçamentos das bibliotecas fala sobre a relevância que lhes é atribuída pelo poder central e local. Durante os anos recentes da intervenção da Troika, várias bibliotecas tiveram as aquisições de novos livros fechadas, apesar da observável persistência ou aumento das visitas de leitoras e leitores.

A leitura como território de imaginação, reparação, recreação e contentamento

Reconhecendo a dificuldade de discorrer sobre o prazer sem resvalar para o moralismo e as prescrições de comportamento, tomo emprestadas as palavras de Audrey Lorde (1984: 59), claras e incisivas:

Só agora encontro cada vez mais mulheres que se identificam como mulheres, com a bravura suficiente para arriscarem partilhar o que é a carga elétrica do erótico, sem terem de desviar o olhar e sem distorcerem a natureza enormemente poderosa e criativa dessa troca. Reconhecer o poder do erótico nas nossas vidas pode dar-nos a energia para procurar uma mudança genuína no nosso mundo, em vez de somente nos conformarmos com uma troca de personagens no mesmo drama estafado. Porque não só tocamos a nossa fonte mais profundamente criativa, como fazemos aquilo que é feminino e autoafirmativo face a uma sociedade racista, patriarcal e anti-erótica.

A conhecida associação freudiana do prazer ao erotismo, pode facilitar a compreensão das reações adversas ao prazer na leitura – conotado com o feminino – em parte, certamente. Associar o de prazer de ler à imaginação, e esta à abertura para cenários alternativos de vida não terá, espero, menos capacidade explicativa.

O que me proponho é seguir estas trilhas em pesquisa futura, tomando a leitura pública como prática social em que o cuidado de si se inscreve como uma dimensão do trabalho reprodutivo, entendendo de que forma esse trabalho de cuidado se articula com a imaginação, a reparação corporal, a recreação e o contentamento de quem lê e, por fim, de que forma esse cuidado mediado pela leitura encontra um lugar à disposição em bibliotecas públicas.

Referências bibliográficas

Albenga, Viviane (2011), “Devenir soi-même” par la lecture collective: une approche anti-individualiste’, *Culture & Musées*, (17), 85-106. Consultado 16-12-2018, disponível em <https://doi.org/10.3406/pumus.2011.1598>.

Bakardjieva, Maria (2004), “Virtual togetherness: an everyday life perspective.” in *Community in the digital age: Philosophy and practice* (Ed.), Andrew Feenberg e Darin Barney. Lanham: Rowman & Littlefield, 121–142.

Barone, Richard M. (1977), “De-programming prison libraries”, *Special Libraries*, 68(9), 293–298.

Bidgood, Jess (2011), “Tent libraries occupy Boston and beyond”, *The New York Times*, 21 October. Consultado 16-12-2018, disponível em <https://www.nytimes.com/2011/10/22/us/tent-libraries-occupy-boston-and-beyond.html>.

Barthes, Roland (1973), *Le plaisir du texte*. Paris: Seuil.

Bourdieu, Pierre (1977), *Outline of a theory of practice* [Vol. 4]. Cambridge: Cambridge University Press.

Bourdieu, Pierre; Alain Darbel (1966), *L'amour de l'art: les musées et leur public*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Certeau, Michel de (1990), *L'invention du quotidien: art de faire* [2ª ed]. Paris: Gallimard.

Lahire, Bernard (1993), *La raison des plus faibles: rapport au travail, écritures domestiques et lectures en milieux populaires*. Lille: Presses Universitaires de Lille.

Lahire, Bernard (1998), *L'homme pluriel: les ressorts de l'action*. Paris, Nathan.

Lefèbre, Henri (2000), *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.

Lorde, Audre (1984), “Uses of the erotic: the erotic as power”, in *Sister outsider*. Freedom, CA: Crossing.

Neves, José (2011), *Práticas de leitura da população portuguesa no início do século XXI*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE. Consultado 16-12-2018, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6696>.

Neves, José, Lima, Maria João (2008), “A leitura em Portugal: perfis e tipos de leitores”, in *Mundos sociais: saberes e práticas*, 10. Consultado 16-12-2018, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4536512>.

Oliveira, Eliana Catarina Gonçalves de (2012), *Aljube, uma cadeia política*. Tese. FCSH, Universidade Nova de Lisboa. Consultado 16-12-2018, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/9390>.

Pérez Martín, Miguel (2011), “Los indignados del movimiento 15-M se levantan bajo el lema ‘No nos vamos, nos expandimos.’” *El País*, Junio 12. Consultado 16-12-2018, disponível em https://elpais.com/elpais/2011/06/12/actualidad/1307866617_850215.html.

Petit, Michèle (2001), *Lecturas: del espacio íntimo al espacio público*. México: Fondo de Cultura Económica.

Radway, Janice (1984) *Reading the romance: women, patriarchy, and popular literature*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Segal, Lynne (2018), *Radical happiness: moments of collective joy*. Brooklyn: Verso.

Sequeiros, Paula (2010), *Ler uma biblioteca nas inscrições de leitores, espaço e Internet: usos e representações de biblioteca pública*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Consultado 16-12-2018 em <http://hdl.handle.net/10760/20396>.

Sequeiros, Paula (2011), “The social weaving of a reading atmosphere”, *Journal of Librarianship and Information Science*, 43(4), 261–270. doi: 10.1177/0961000611425823.

Sequeiros, Paula (2018). “‘Holding the Dream’ ”: women’s favorite readings in a Portuguese prison’, *Qualitative Sociology Review*, 14(1), 110–128. doi: <http://dx.doi.org/10.18778/1733-8077.14.1.06>.

Sequeiros, Paula e Grünig, Silvia (2012), “A tale of two libraries: space, place and reading in Porto’s public libraries”, in Lau, Tammara, e Bothma (eds.) *Libraries driving access to knowledge*. The Hague: IFLA, de Gruyter, 247–288. Consultado 16-12-2018 em <http://www.degruyter.com/view/books/9783110263121/9783110263121.247/9783110263121.247.xml>.

Vaquinhas, Irene (2010), “Perigos da leitura no feminino: dos livros proibidos aos aconselhados (séculos XIX e XX)”, *Ler História*, (59), 83–99. Consultado 16-12-2018 em <http://lerhistoria.revues.org/1327>.

Winterson, Jeanette (2012), “We must protect and reinvent our local libraries”, *The Guardian*. 23 November. Consultado 16-12-2018, disponível em <http://www.theguardian.com/books/2012/nov/23/protect-our-libraries-jeanette-winterson>.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

• U



C •

